



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA

A ATUAÇÃO DOS MILITARES NA REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA

JOÃO PESSOA-PB
2019

ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA

A ATUAÇÃO DOS MILITARES NA REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes

Co-orientadora: Profa. Dra. Luciana Aliaga

João Pessoa-PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729a Souza, Ana Karoline Nogueira de.
A ATUAÇÃO DOS MILITARES NA REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA
/ Ana Karoline Nogueira de Souza. - João Pessoa, 2019.
155 f.

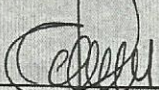
Orientação: Cláudia Maria Costa Gomes.
Coorientação: Luciana Aliaga.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Capitalismo Brasileiro. 2. Revolução Passiva. 3.
Intelectuais Orgânicos. I. Gomes, Cláudia Maria Costa.
II. Aliaga, Luciana. III. Título.

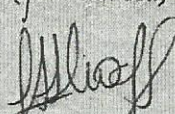
UFPB/CCHLA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DA ALUNA ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA. No dia 25 de Julho de 2019, (25/07/2019), às 14h00min, na sala de Vídeo Conferência 404B/CCHLA/UFPB, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: CLAUDIA MARIA COSTA GOMES (Orientadora e Presidente da Banca), LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA (Coorientadora), CARLOS EDUARDO ZALESKI REBUÁ (Examinador Externo), RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS (Examinador Externo), com o objetivo de proceder à arguição da aluna ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA, sobre sua Dissertação intitulada: "A ATUAÇÃO DOS MILITARES NA REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA", requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública a Prof.^a Dr.^a CLAUDIA MARIA COSTA GOMES, convidou os membros a comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra à aluna ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pela aluna e procedida à arguição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. A presidente da Banca Examinadora Prof.^a Dr.^a CLAUDIA MARIA COSTA GOMES comunicou à aluna, à Banca e aos presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento a aluna obteve o conceito APROVADA. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 25 de Julho de 2019.

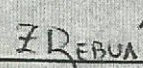
BANCA EXAMINADORA



CLAUDIA MARIA COSTA GOMES
(Orientadora)



LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA
(Coorientadora)



CARLOS EDUARDO ZALESKI REBUÁ
(Examinador Externo)

RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS
(Examinador Externo)

Para a minha mãe Lindalva, com muito amor!

AGRADECIMENTOS

Nas entrelinhas que constituem este trabalho, muito tem das pessoas que me acompanharam nessa trajetória do Mestrado, de longe ou de perto. Com vocês esse processo foi menos árduo e o percurso no caminho das pedras tornou-se mais leve.

Agradeço a minha mãe, Lindalva, a minha primeira inspiração enquanto mulher e professora. Pela presença constante em minha vida, pelo seu amor incondicional e por todo o apoio nessa trajetória. Gratidão pela compreensão nos momentos em que estive ausente e a acolhida calorosa em cada retorno ao Sertão Teixeiraense. Amo-te!

Ao meu irmão, Felipe, por dividir as alegrias e as angústias desse processo de formação. Pelo incentivo a seguir os caminhos da pesquisa e pelo exemplo de docente comprometido. Gratidão pelos cuidados e pela solidariedade em meio as minhas necessidades.

A Joilton, meu noivo, pelo apoio nas minhas decisões e por “dar asas” aos meus sonhos, pela paciência e companheirismo. Também agradeço pela força e apoio na fase final desta dissertação.

À minha orientadora, Cláudia Gomes, por toda a contribuição na construção desse trabalho, pela seriedade e dedicação no processo de orientação. Gratidão por todo o conhecimento compartilhado ao longo dos últimos cinco anos, por conduzir com maestria a minha formação desde a Iniciação Científica até o Mestrado, foi através desse processo que eu me aproximei da temática estudada e escolhi perquirir nos estudos de Gramsci. Muito obrigada pela atenção, carinho e disponibilidade de sempre.

À minha co-orientadora, Luciana Aliaga, por ter me acompanhado na trajetória desta pesquisa, pelo compromisso e pelas orientações valiosas. Gratidão por ter me acolhido no Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político de A. Gramsci, onde eu pude amadurecer teoricamente e avançar na pesquisa. Sem dúvidas, através da nossa interlocução a minha formação assumiu uma qualificação imensurável.

Ao professor Eduardo Rebuá, pela leitura atenta e pelas contribuições com esta pesquisa nas bancas de qualificação e defesa da dissertação, sempre solícito às minhas demandas por referências bibliográficas.

Ao professor Rodrigo Castelo, pela prontidão ao aceitar o convite para contribuir com este trabalho na banca de defesa, como também agradeço pelos

diálogos construídos acerca desta pesquisa sempre que nos encontrávamos em outros espaços da universidade.

Ao professor Adilson Júnior, pelas indicações e contribuições com os meus estudos em Gramsci, no desenvolvimento desta pesquisa e na ocasião da banca de qualificação. Agradeço pela partilha do conhecimento e pelas discussões no Grupo de Estudos sobre os Cadernos do Cárcere na UFPE.

Aos colegas dos Grupos de Pesquisa: GEPET e Materialismo e Modernidade, pelas instigantes trocas e os debates realizados que foram de suma importância para o avanço na minha formação intelectual e profissional. Em especial, sob o risco de esquecer alguns, agradeço à: Jéssica Mélo, Conceição, Emanuelle, Carol, Fernanda Maranhão, Thiago, Gabriel e Hévilla.

À minha amiga Ana Manoela, minha duplinha dinâmica desde a iniciação científica, que dividiu comigo o dia a dia em casa e no Mestrado. Agradeço pelas partilhas de conhecimento, alegrias e angústias. Sempre recordarei com carinho de todos esses momentos.

À minha amiga Márcia Gomes, por todo o apoio no decorrer do Mestrado, pelas partilhas das inquietações nas nossas pesquisas e pelas conversas que sempre rendem boas risadas.

Às colegas da turma do Mestrado do PPGSS (2017), pelo companheirismo e pelos debates. Em especial, agradeço a Alessandra, Maressa, Luciana, Rany, Janine, Thélia, Andréa e Rayssa.

Aos amigos do Sertão Teixeiraense, que a cada reencontro revigoram as minhas forças para trilhar os caminhos do conhecimento e que sempre me acolhem com alegria. Agradeço a Rakely, Malonny, Kaline, Júnior Lira, Vanessa Xavier, Elisson, Vanessa Martins, Renaly, Josa, Vinícius, Isabelle, Raylanny e as amigas do Sertão na Capital: Brenda e Jéssica.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante os vinte e quatro meses de realização desta pesquisa, que possibilitou as condições objetivas para dedicação integral à pós-graduação.

O lugar do intelectual na luta de classes só pode ser fixado, ou melhor: escolhido, em função de sua posição no processo de produção.
Walter Benjamin: Ensaio sobre Bertold Brecht
(Mapero)

SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. A atuação dos militares na revolução passiva brasileira. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba. CCHLA/ PPGSS. 2019.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar os elementos que caracterizam a revolução burguesa brasileira de 1930 como revolução passiva, buscando compreender o protagonismo dos intelectuais militares nesse processo. A nossa hipótese é de que o protagonismo desempenhado pelos militares na revolução brasileira, enquanto dirigentes e organizadores das classes médias, permite a sua classificação como intelectuais orgânicos. A partir de uma perspectiva crítica de análise da realidade, esta pesquisa de natureza qualitativa, foi desenvolvida através de dois procedimentos de pesquisa: bibliográfica e documental. Na análise da realidade brasileira, nos apropriamos da “tradutibilidade” enquanto recurso metodológico que permite aplicar as categorias e os conceitos de Gramsci para outras nacionalidades semelhantes. Verificamos nesta pesquisa que o processo de formação de um Estado burguês no Brasil em 1930, a partir de uma revolução burguesa que não ocorreu de maneira jacobina, mas ao contrário modernizou-se pelo “alto” – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – caracteriza-se como uma revolução passiva. Na particularidade do caso brasileiro, a pesquisa aponta que os militares do movimento tenentista, sujeitos políticos fundamentais desta dissertação, constituíram uma das forças propulsoras deste processo “revolucionário” em 1930, bem como não se encaixam em nenhuma fórmula preexistente e rígida. A partir do protagonismo desempenhado por este setor, enquanto dirigentes e organizadores das classes médias, analisamos os militares sob a perspectiva da categoria Intelectuais de A. Gramsci. Portanto, chegamos à conclusão de que os militares caracterizam-se como intelectuais orgânicos e não como tradicionais, com ênfase na sua vinculação de classe. Apesar de ter nascido no interior de uma corporação pertencente ao aparelho de Estado, voltada institucionalmente para a formação de intelectuais defensores da ordem, o movimento dos tenentes defendia pautas de contestação, utilizando-se de guerra de movimento e de táticas rupturistas.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo Brasileiro. Revolução Passiva. Intelectuais Orgânicos.

SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. The performance of the military in the Brazilian passive revolution. Dissertation (Master in Social Work). Federal University of Paraiba. CCHLA / PPGSS. 2019.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the elements that characterize the Brazilian bourgeois revolution of 1930 as a passive revolution, seeking to understand the protagonism of the military intellectuals in this process. Our hypothesis is that the protagonism played by the military in the Brazilian revolution, as leaders and organizers of the middle classes, allows them to be classified as organic intellectuals. From a critical perspective of reality analysis, this qualitative research was developed through two research procedures: bibliographical and documentary. In the analysis of the Brazilian reality, we have appropriated "translatability" as a methodological resource that allows us to apply the categories and concepts of Gramsci to other similar nationalities. We verified in this research that the process of formation of a bourgeois state in Brazil in 1930, starting from a bourgeois revolution that did not occur in a Jacobin way, but instead modernized by the "high" - as was the historical case of the Italian Risorgimento - it is characterized as a passive revolution. In the particular case of the Brazilian case, the research indicates that the military of the tenentista movement, fundamental political subjects of this dissertation, constituted one of the propulsive forces of this "revolutionary" process in 1930, as well as they do not fit in any preexisting and rigid formula. From the protagonism played by this sector, as leaders and organizers of the middle classes, we analyzed the military from the perspective of the Intellectuals category of A. Gramsci. Therefore, we come to the conclusion that the military characterize themselves as organic rather than traditional intellectuals, with an emphasis on class linkage. Despite being born within a corporation belonging to the state apparatus, institutionally oriented to the formation of intellectuals defending order, the lieutenants' movement defended patterns of contestation, using war of movement and rupturist tactics.

KEYWORDS: Brazilian Capitalism. Passive Revolution. Organic Intellectuals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso da Coluna Prestes no tempo e no espaço.....	88
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População apta a votar em 1920.....	75
Tabela 02 - Quantidade de oficiais no Movimento de 1922.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Intervenções militares no período entre 1889-1930.....	82
Quadro 02- Profissão dos pais dos alunos da Escola Militar do Realengo.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CC	Cadernos do Cárcere
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FGV	Fundação Getúlio Vargas
LAR	Liga de Ação Revolucionária
MMFI	Missão Militar Francesa de Instrução
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMDB	<i>Partido do Movimento Democrático Brasileiro</i>
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS PARA COMPREENDER A REALIDADE BRASILEIRA: INTELLECTUAIS, ESTADO INTEGRAL, HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA EM GRAMSCI.....	28
1.1. A questão dos Intelectuais nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	30
1.2. A análise gramsciana do Estado Integral e da Hegemonia	36
1.3. Os contornos da revolução passiva nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	47
CAPÍTULO 2 - OS INTELLECTUAIS MILITARES NA REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO VARGUISTA.....	59
2.1. Uma leitura política do Brasil no período varguista: intelectuais e ação política	60
2.2. Os anos 1920 e a transição do padrão de dominação vigente na Primeira República.....	61
2.3. O Tenentismo: protagonismo da baixa patente.....	69
2.3.1. O levante Tenentista de 1922	78
2.3.2. O levante Paulista de 1924	83
2.3.3. A Coluna Prestes: a sublevação Tenentista.....	86
2.3.4. Luís Carlos Prestes: o Cavaleiro da Esperança	92
2.4. A Aliança Liberal na disputa pelo Governo Federal.....	100
2.5. Aliança Nacional Libertadora: a continuidade do Tenentismo	102
CAPÍTULO 3 - A REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA E OS INTELLECTUAIS MILITARES.....	106
3.1. A Revolução Passiva Brasileira	108
3.2. A revolução brasileira de 1930: o momento político da revolução -restauração	119
3.2.1. A dialética da inovação-conservação: aliança entre antigas e emergentes classes sociais.....	123
3.2.2. A ausência de uma iniciativa popular unitária	126
3.3. A atuação dos intelectuais na revolução passiva brasileira de 1930: uma análise dos militares	131
3.3.1. A ação política dos Intelectuais Tenentes como Transformismo.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
Referências Bibliográficas.....	150

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada ***A atuação dos militares na revolução passiva brasileira*** tem como objetivo principal analisar os elementos que caracterizam a revolução burguesa brasileira de 1930 como revolução passiva, buscando compreender o protagonismo dos intelectuais militares nesse processo.

As inquietações que motivaram a presente investigação são decorrentes das aproximações sucessivas a essa temática desde o período da graduação em Serviço Social, particularmente na Iniciação Científica (2014-2016)¹, através da inserção no projeto de pesquisa² que teve como objetivo analisar a realidade brasileira no denominado “ciclo neodesenvolvimentista” brasileiro, nos levando a apreender as contradições que se apresentaram nas relações entre o Estado, as frações de classe do bloco no poder e o lulo-petismo. Nessa pesquisa, meus estudos se voltaram para os temas: revolução passiva, neoliberalismo e governos Lula-Dilma³, que foram adensados na interlocução com outros grupos de estudos sobre o pensamento político de Antônio Gramsci: Materialismo e Modernidade (PPGCPRI/UFPB)⁴ e Grupo de Estudos sobre os Cadernos do Cárcere (GET/PPGSS/UFPE)⁵

¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq), na condição de bolsista (CNPq), vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET/PPGSS/UFPB), cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil DGP/CNPq, sob coordenação da Professora Dra. Cláudia M. Costa Gomes.

² Em interface com o projeto de pesquisa aprovada com recursos do CNPq/MCT/UNIVERSAL – 2014-2017, intitulado “O Neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula”, coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Gomes.

³ O plano de trabalho, “Revolução Passiva, Neoliberalismo e Governos Lula-Dilma”, apresentado no XXIV Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba foi Premiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPG-UFPB) no ano de 2017.

⁴ Os grupos de estudos sobre “O Pensamento Político de Antônio Gramsci” e grupo de estudos sobre “Política e Economia no Brasil”, ambos vinculados ao Grupo Materialismo e Modernidade do Programa de Pós Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais-UFPB (PPGCPRI/UFPB), coordenado pela Profa. Dra. Luciana Aliaga. Tem como objetivo apresentar as contribuições teóricas de Antônio Gramsci para a Ciência Política e para o estudo da realidade política brasileira, através da leitura de *Os Cadernos do Cárcere*. A minha participação nas discussões deste grupo tiveram início desde a sua fundação em 2016 e perpassou durante o momento da investigação desta dissertação. No primeiro semestre de 2019, este grupo de estudos se fundiu com a linha de estudos sobre política e economia no Brasil, na qual nos debruçamos sobre os escritos de alguns autores de fundamental importância na interpretação da formação social brasileira, tais como: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Carlos Guilherme Mota.

⁵ O grupo tem como objetivo principal a realização das Leituras dos Cadernos do Cárcere de A. Gramsci, sob a coordenação do Prof. Dr. Adilson Júnior (DSS/UFPE). Integra o Grupo de Estudos sobre Trabalho (GET/PPGSS/UFPE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

A partir da aproximação às elaborações teóricas do pensamento de Antônio Gramsci, foi possível desvelar os elementos que deram subsídio ao nosso trabalho de conclusão de curso, intitulado: *O transformismo à Brasileira: a hegemonia lulista em presença*⁶. Cabe destacar que as notas contidas nos *Cadernos do Cárcere*, com destaque ao *Caderno 19* (1934-1935)⁷, que tratam sobre o *Risorgimento Italiano*, constituíram um importante recurso teórico-metodológico para interpretar a realidade brasileira. Uma vez que, para além das semelhanças entre as formações do capitalismo e do Estado Italiano e o Brasileiro, Gramsci indica a possibilidade de leitura da realidade de outros países que não passaram por uma revolução capaz de alterar radicalmente as bases da sociedade.

Concentrada nos esforços em compreender a conjuntura específica brasileira à luz dos estudos gramscianos, tomando como referência o debate sobre a revolução passiva, que como se sabe é um conceito abstrato que qualifica um tipo especial de regime, nossa suposição nos estudos anteriores esteve voltada a saber se essa via de análise poderia explicar o programa de contrarreformas na era Lula-Dilma. O que nos permitiu capturar conceitos como: Estado, luta de classe, crise, reforma e partido da ordem, problematizando-os na conjuntura atual.

É portanto, o resultado e acúmulo desse longo processo investigativo sobre a particularidade dos problemas estruturais do Estado capitalista brasileiro, que se desdobraram nesta dissertação, exigindo um aprofundamento maior sobre os estudos historiográficos da revolução burguesa no Brasil. Essa justificativa passa também pela particularidade do nosso objeto de estudo no Serviço Social⁸ crítico brasileiro, que a décadas vem acumulando massa crítica sobre as classes

da Universidade Federal de Pernambuco. Participei das discussões realizadas neste grupo no decorrer do ano de 2017, quando da sua fundação.

⁶ Esse trabalho, apresentado e aprovado em 21/03/2017, cumpriu os requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. A banca avaliadora foi composta pelos professores: Cláudia Gomes (Orientadora, PPGSS/UFPB), Luciana Aliaga (Avaliadora Interna, PPGCPRI/UFPB) e Adilson Júnior (Avaliador externo, DSS/UFPE).

⁷ A datação dos cadernos utilizada no decorrer desse trabalho, seguem as indicações do índice remissivo, segundo a proposta de G.Francioni, contido no Volume 6, da Edição Brasileira.

⁸ No decorrer da trajetória no Mestrado, ainda como parte do processo de formação acadêmica, cursar algumas disciplinas propiciou uma maior reflexão e amadurecimento da problemática dessa pesquisa. No Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, entre as disciplinas cursadas merecem destaque *Trabalho, Desenvolvimento capitalista e Questão Social no Brasil* com a Profa. Dra Cláudia Gomes e *Estado e Sociedade no Brasil Contemporâneo (de Lula a Temer)* com o Prof Jaldes Meneses. Ademais, cursei a disciplina de *Estado, Sociedade Civil e Hegemonia*, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Luciana Aliaga, no Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, dessa mesma instituição. Estas disciplinas tiveram uma contribuição de grande relevância para esse estudo, visto que as ementas dialogavam diretamente com o objeto.

fundamentais e sua posição antagônica nas relações sociais de produção, dando centralidade à questão social, cuja historicidade é analisada à luz da formação social brasileira e, por ela, a particularidade da natureza do capitalismo e do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a plausibilidade do estudo dos militares no processo de investigação se deu como uma impositação do objeto frente ao fenômeno social perquirido. Explicando melhor, não surge como ponto de partida propriamente do projeto de pesquisa no mestrado ou motivada pela conjuntura político-social do Brasil, onde os militares saem da caserna a partir do golpe parlamentar em 2016⁹ e se projetam no cenário eleitoral em 2018¹⁰. O objeto se revela no processo de aproximação sucessiva à categoria revolução passiva, cujo escopo inicial da pesquisa no mestrado era identificar se as estratégias de dominação utilizadas pela burguesia no Varguismo¹¹ poderiam se caracterizar como revolução passiva ou transformismo, centralizada na relação dos subalternos e dos dominados.

Como mencionamos anteriormente, é a vista dos estudos sobre o lulopetismo, onde buscávamos conhecer os mecanismos específicos que o Estado utiliza para a desorganização das classes subalternas no Brasil, que surge a necessidade de retomar, do ponto de vista historiográfico, a dinâmica capitalista brasileira nos anos 1930. As pistas de Gramsci nos colocou diante da importância de observar o papel dos intelectuais tradicionais nas estratégias de dominação burguesa no país. E a partir daí compreender os sujeitos políticos fundamentais de grande influência para a formação do Estado nacional, quais sejam: o aparato militar e repressor do Estado e o papel do clero no processo de revolução passiva no caso brasileiro da Era Vargas (1930-45).

⁹ Para mais informações sobre esta discussão Cf.: SINGER, A. et al. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁰ No primeiro semestre de 2018, acompanhamos através dos noticiários jornalísticos, os pedidos de retorno dos militares ao Governo Federal através de uma intervenção militar, principalmente pelos setores das classes médias. A exemplo Cf.: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml>

¹¹ Compreende-se por Varguismo o período das articulações políticas que se desenvolvem a partir dos anos 1920, antes da ascensão de Vargas ao governo e se estende até os anos 1950, de forma que se tenha um panorama mais amplo dos processos políticos. A opção pelo estudo desse lapso temporal está relacionada à identificação de um elemento comum que assume centralidade nas análises que se debruçaram sobre esse tempo histórico: a ideia de que constitui um momento fundamental no processo de constituição de um Estado burguês no Brasil que não é definido por uma sublevação dos movimentos populares. Mas também, pela relevância do protagonismo que foi assumido pelos intelectuais, com foco nos movimentos militares.

A ideia no projeto de pesquisa era tentar mostrar como as estratégias da burguesia para ascender ao poder do Estado resultam num crescente desmantelamento da organização dos setores subalternos e, conseqüentemente, num movimento passivizador. Mas ao perguntar ao objeto, quem eram as classes possuidoras que colaboravam para essa transição? E, no meio delas, qual era a burguesia e seu poder, nos deparamos com o grau de abrangência desse objeto e as diversas questões de pesquisa surgidas no decorrer da investigação nos induziu a redefinir o caminho a ser seguido na dissertação, o que nos permitiu, por um lado, uma maior clareza dos limites que a pesquisa possui¹² e, por outro, a envergadura do problema.

Diante do desafio, mas aproveitando as determinações que o próprio Gramsci nos deu nas suas recomendações, procuramos aprofundar nossas indicações/hipóteses e daí presumidamente optamos pelo estudo da função dos intelectuais militares nos eventos ocorridos nos anos 1930, como um momento decisivo, porém não conclusivo, para a concentração das forças necessárias para a construção do novo organismo político de dominação tipicamente burguês, fundado no poder capitalista. Nesse sentido, o recorte nos militares não teve uma relação direta e imediata com o quadro dos estorvos e reviravoltas do cenário sócio-político do país, mas certamente ajudaria a entender melhor as formas de dominação que reincidentem e assombram o Brasil atual.

Feita a escolha metodológica do sujeito da pesquisa, resulta surpreendente a afirmação de Marx (1999), ao dizer que após alcançar os determinantes de um objeto, e fazer o caminho de volta para o objeto em si, ou seja, ao fazer um *détour*, não se tenha apenas o objeto enquanto abstração, mas sim o objeto na sua totalidade, saturado das suas determinações e relações que o sustentam. Por isso, o que de fato aparece no processo de exposição da dissertação é ponto de chegada e, ao mesmo tempo, ponto de partida, demonstrando que as características estruturantes de nossa formação social devem, com rigor, ser recuperadas para ampliar nossa leitura do presente com o objetivo de melhor explicá-la.

¹² Cabe aqui mencionar a importância das considerações da pré-banca para a redefinição do objeto de estudo desta pesquisa. A partir das contribuições dos professores Eduardo Rebuá e Adilson Jr, foi possível vislumbrar a densidade do objeto inicialmente proposto e a necessidade de fazermos um recorte, o que nos levou a optar pela análise dos militares enquanto sujeitos políticos desse estudo que agora apresentamos.

Assim, o que essa dissertação propõe a investigar é: *Qual o papel dos intelectuais militares no processo de revolução burguesa de 1930 no Brasil?* Partimos do pressuposto de que o pacto pelo alto realizado entre as oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial na Revolução brasileira de 1930 pode ser caracterizado como uma revolução passiva. A hipótese que orienta esta pesquisa é que o protagonismo desempenhado na revolução brasileira por uma fração da corporação militar nas décadas de 1920 e 1930, os tenentes, enquanto dirigentes e organizadores das classes médias, permite a sua classificação como intelectuais orgânicos.

Assim, verificamos na pesquisa que o processo de formação do Estado burguês no Brasil em 1930, a partir de uma revolução burguesa, não ocorreu de maneira jacobina, mas, ao contrário, modernizou-se pelo “alto” – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – caracterizando-se como uma revolução passiva. Nesse sentido, no processo da revolução de 1930, examinamos que, ao tempo em que a burguesia industrial emergente ascende no cenário político brasileiro, não ocorre uma retirada do poder das oligarquias agrárias. É consenso na bibliografia estudada que houve, nesse momento, uma propulsão no sentido inovador da economia, com o processo de industrialização. A velha relação política, contudo, se conserva através da aliança entre a burguesia emergente com as arcaicas oligarquias, uma vez que aquelas são dependentes destas. Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, constituindo a sua hegemonia baseada na sobreposição da força ao consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. Desse modo, a classe dominante desorganiza e absorve continuamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se constituíram tardiamente, a exemplo do caso brasileiro, não se restringe apenas a Itália.

Na particularidade do caso brasileiro, a pesquisa aponta que os militares constituíram uma das forças propulsoras deste processo “revolucionário” em 1930¹³. A partir do protagonismo desempenhado por este setor, enquanto dirigentes e organizadores das classes médias, analisamos os militares sob a perspectiva da

¹³ Cf. Santa Rosa, 1976.

categoria Intelectuais de A. Gramsci. Para isto, corrobora a indicação de Bianchi (2016), de uma agenda de pesquisa que ainda se coloca em aberto:

As hipóteses aventadas por Gramsci a respeito dos intelectuais no Brasil encontravam-se claramente articuladas a uma teoria da formação do Estado nacional e eram extremamente férteis. Particularmente notável foi sua intuição sobre o predomínio dos intelectuais da igreja e do Exército na vida política da jovem República. Sem dúvida eram pistas importantes que poderiam ter orientado uma agenda de pesquisa. Não foi isso, entretanto, o que ocorreu. Apesar da grande influência que a obra do sardo teve e tem neste país, sua “interpretação do Brasil” foi completamente ignorada até o momento (BIANCHI, 2016, p.119).

Nesse sentido, essa pesquisa se coloca no âmbito dessa agenda de investigação ao pretender oferecer uma contribuição aproximativa da realidade histórica, no sentido de comprovar a hipótese da atuação dos tenentes enquanto intelectuais orgânicos das classes médias na revolução burguesa brasileira.

Com o objetivo de extrair da realidade as determinações e as contradições que permitam capturar o fenômeno desse problema investigado, partimos do pressuposto de que a partir da Revolução de 1930 as alianças de classe realizadas entre as grandes oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial caracterizaram-se como uma revolução passiva. Ademais, o protagonismo desempenhado pelos militares nesse processo, enquanto dirigentes e organizadores das classes médias, permitem a sua classificação como intelectuais orgânicos.

A relevância desse estudo está diretamente imbrincada ao quadro da questão nacional, a partir da formação do Estado burguês brasileiro e a atuação dos militares na política, em especial os tenentes, ao representarem a ética e a política burguesas. Desse modo, esse trabalho está voltado para contribuir com a compreensão do elemento de luta de classes, do Estado brasileiro e dos processos autoritários que o constituíram e constituem. A escolha desse período está relacionada à identificação de um elemento comum que assume centralidade nas análises que se debruçaram sobre esse momento histórico, a ideia de que esse período demarca um momento fundamental no processo de constituição de um Estado burguês no Brasil que não é definido por uma sublevação popular. Por isso, o esforço teórico dessa pesquisa está voltado para a análise crítica desse período, a

partir das categorias gramscianas que permitem pensar a revolução burguesa brasileira.

Do ponto de vista histórico, consideramos necessário compreender alguns acontecimentos que se colocam como dados de realidade para a análise do Varguismo, analisando as correlações de forças entre as classes sociais que têm início na primeira década do século XX, com revoltas e rebeliões regionais que culminam na revolução de 1930. Estas, por sua vez, representam um marco para as relações sociais e uma mudança no padrão de acumulação e dominação.

Para capturar os elementos da realidade estudada, nos debruçamos sobre algumas categorias gramscianas que possuem uma relação direta com o objeto desse estudo, quais sejam: Estado integral, hegemonia, intelectuais, revolução passiva e transformismo. Mas também, constituíram-se como aporte teórico para esta pesquisa, as produções dos principais intérpretes de Gramsci no Brasil que se alinham a perspectiva marxiana de análise da realidade.

No que se refere a metodologia da pesquisa, nos apropriamos da “tradutibilidade” enquanto um recurso metodológico. Desse modo, através metodologia da tradução, é possível aplicar as categorias e os conceitos de Gramsci para outras nacionalidades, preservando as especificidades do contexto em análise. Gramsci se deteve a análise da questão da “tradutibilidade” nas notas escritas nos *Cadernos do Cárcere*, em especial nos CC 10 e 11, em especial neste último, nas notas intituladas *Introdução ao estudo da filosofia*, mais especificamente na seção que discutiu a *Tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas*.

Nos escritos de Gramsci, o significado da tradutibilidade é estendido à filosofia da práxis. Desse modo, no CC 11 §47 Gramsci indica que, ao que parece, apenas na filosofia da práxis o exercício da tradução é considerado de maneira orgânica e profunda, uma vez que outras concepções podem ser “um mero jogo de esquematismos genéricos” (GRAMSCI, CC 11, §47, p.185).

Segundo Silveira Jr. (2015), a questão da tradutibilidade nos *Cadernos* é desenvolvida em duas vias que possuem uma relação orgânica:

[...] de uma parte, como um “princípio crítico” ou “elemento crítico” inerente à *filosofia da práxis*, um “cânone de investigação histórica”; de outra, como um “critério de intervenção prática” ou “critério empírico da arte política”, também intrínseco à práxis socialista revolucionária. O enquadramento aproximativo desse problema

assume ramificações múltiplas nas duas vias referidas (comportando, ainda, diversas modalidades de interação), das quais explicitamos sinteticamente aquelas que se apresentam centrais nos escritos analisados (SILVEIRA JR. 2015, p. 64-65).

No tocante ao princípio crítico da Filosofia da Práxis, no §49 do CC 11 (p. 190) Gramsci aponta que esse movimento se expressa quando “[...] duas estruturas fundamentalmente similares tem superestruturas ‘equivalentes’ e reciprocamente tradutíveis, qualquer que seja a sua linguagem particular nacional”. Assim, está dada a possibilidade do exercício da tradução através da semelhança entre duas estruturas, considerando as particularidades de cada realidade a ser traduzida. A tradutibilidade não se refere estritamente a capacidade de traduzir a língua, enquanto instrumento de comunicação social e cultural de uma realidade nacional, em outra, mas refere-se à tradução de uma experiência nacional a partir das semelhanças estruturais. Desse modo, o exercício da tradução,

[...] pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. Assim, deve-se ver se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente; ou se uma expressão determinada pode ser traduzida com os termos de uma fase anterior de uma mesma civilização, fase anterior que, porém, é mais compreensível do que a linguagem dada, etc. (GRAMSCI, CC11, §47, p.185, grifo nosso).

A partir da “tradutibilidade”, ainda Silveira Jr. (2015) afirma que é possível desenvolver aspectos teórico-metodológicos e práticos fundamentais da filosofia da práxis. Nesse sentido, nessa pesquisa nos apropriaremos da concepção de tradutibilidade enquanto metodologia para analisar as particularidades da revolução passiva brasileira, especificamente a função diretiva e organizativa dos intelectuais militares – em especial do movimento tenentista nas décadas de 1920 e 1930 – no processo da revolução burguesa brasileira. Através da tradução da revolução passiva para a linguagem particular da realidade brasileira, torna-se possível compreender a complexidade dessa experiência nacional.

Esse aparato teórico e categorial foi utilizado como aporte para subsidiar as respostas aos objetivos específicos da nossa pesquisa: 1- Compreender as categorias gramscianas: Intelectuais, Estado Integral, Hegemonia e Revolução Passiva; 2- Estudar o papel dos intelectuais militares e sua ação política no processo de dominação burguesa brasileira no Vargasismo; 3- Identificar as estratégias de dominação utilizadas pelas classes dominantes no Vargasismo, que podem ser caracterizadas como transformismo, uma das formas históricas da revolução passiva.

No conhecimento do real é importante não apenas o momento filosófico e o teórico, que se expressa como abstração, mas a realidade prática e efetiva que está diretamente conectada ao teórico. Nesse sentido, pode-se dizer que esse caminho para o conhecimento é considerado por Gramsci como a Filosofia da Práxis, uma vez que o processo do conhecer e de elaboração de uma concepção sobre o mundo está intrinsecamente vinculado ao agir político.

A filosofia da práxis, certamente, deriva da concepção imanentista da realidade, mas desta enquanto depurada de qualquer aroma especulativo e reduzida a pura história ou historicidade, ou a puro humanismo. (GRAMSCI, CC 10, § 8, p.297)

Nesse sentido, o elemento histórico revela-se de modo fundamental para a filosofia da práxis, desde que não seja permeado pelas distorções positivistas e idealistas.¹⁴ Gramsci considera que a Filosofia da Práxis se constitui a partir do vínculo entre a teoria e prática, de maneira dialética, resultando numa prática transformadora da realidade. Esta filosofia, portanto, aparece na unicidade coerente entre o discurso e a ação com a finalidade de superar as dicotomias postas na realidade. A partir desse critério metodológico, também é importante enfatizar a capacidade dialética de Gramsci em interpretar de maneira original a realidade concreta, colocar certas questões que também resultam na atribuição de um novo significado aos conceitos e categorias. Assim, do mesmo modo que Gramsci considera o elemento histórico como fulcral nas análises empreendidas da

¹⁴ Gramsci formulou uma crítica às elaborações positivistas e liberais do seu tempo, a exemplo de Benedetto Croce, que concebia a história como um movimento do real desconsiderando os períodos marcados pelas sublevações populares e propagava o fim da Filosofia da Práxis. Nesse sentido, Gramsci também era um crítico da dialética dos distintos Croceana.

conjuntura italiana, nesse trabalho considera-se como indispensável o tratamento dos dados históricos do Varguismo.

Nesse sentido, considerando as relações que tecem o problema desta pesquisa, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio da qual será feita a análise do objeto de estudo. Desse modo, esse estudo foi desenvolvido através de dois procedimentos de pesquisa: 1) bibliográfica: na qual analisamos os autores clássicos e os seus comentadores que se colocam na tradição Marxista, explorando as categorias e os conceitos que estão diretamente relacionadas ao objeto de estudo em questão; 2) documental: através da análise dos documentos disponíveis no acervo online da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mais especificamente, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

No desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, esse estudo teve como base principal as notas escritas nos *Cadernos do Cárcere* de Antônio Gramsci¹⁵. Mas também, esta pesquisa foi subsidiada pelas análises dos comentadores de Gramsci no Brasil, quais sejam: Edmundo Dias (1996), Carlos Nelson Coutinho (1988, 2011), Álvaro Bianchi (2006, 2008, 2016), Marcos Del Roio (2009, 2018), Luciana Aliaga (2008, 2011, 2017), entre outros. A pesquisa documental teve como principal fonte o acervo histórico online¹⁶ disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas, através dos documentos pessoais ou secundários, esta instituição constituiu uma importante fonte de consulta histórica para a realização desta pesquisa. Desse modo, através

¹⁵ Para alcançar esse objetivo, a leitura dos *Cadernos* foi norteada pela consulta aos trabalhos filológicos que estão sendo produzidos a partir da edição crítica, organizada por Valentino Gerratana. Desse modo, pode-se dizer que esse processo permitiu conhecer os pormenores dos escritos de Antônio Gramsci, bem como uma melhor localização do texto. Seguindo a indicação do próprio Gramsci, entendemos que “Se o conceito de estrutura é concebido ‘especulativamente’, torna-se certamente um “deus oculto”; mas ele não deve ser concebido especulativamente, e sim historicamente, como o conjunto das relações sociais nas quais os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da ‘filologia’ e não da ‘especulação’” (GRAMSCI, CC 10, § 8, p.297). Nesse sentido, esse estudo irá considerar a estruturação dos *Cadernos* a partir da divisão realizada pelo próprio Gramsci em *Cadernos Miscelâneos e Especiais*, adotando o método de citação que identifica o número dos *Cadernos do Cárcere* com as iniciais “CC”, seguido do símbolo “§” que indicará o número do parágrafo onde se encontra a nota e posteriormente o número da página precedido da abreviação “p.”, aparecendo nas citações da seguinte forma: GRAMSCI, CC “X”, § “Y”, p. “Z”. Por fim, cabe aqui ainda registrar a distinção entre os *Cadernos Miscelâneos e Especiais*, “Nos ‘cadernos miscelâneos’, Gramsci redige notas sobre variados temas, muitas das quais iniciadas por títulos idênticos ou semelhantes [...] títulos que se repetem tanto no interior de cada caderno quanto ao longo dos mesmos. Já os ‘cadernos especiais’ reúnem apontamentos sobre assuntos específicos, razão pela qual, com duas únicas exceções (as do 11 e do 19), eles tem títulos dados pelo próprio Gramsci.” (COUTINHO, 1999, p.11-12)

¹⁶ Cf. Dossiê 80 anos da revolução de 1930. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/revolucao1930>.

do dossiê sobre os 80 anos da revolução de 1930, disponível no CPDOC, foi possível ter acesso aos documentos, artigos, livros e entrevistas sobre o tenentismo e a revolução de 1930.

Nesse processo, realizamos inicialmente um levantamento dos livros, artigos, teses e dissertações relacionadas ao tema de estudo. Como também, adotamos técnicas de leitura, a exemplo do fichamento e a sistematização do material utilizado, como recursos de construção do conhecimento.

Após a realização dos procedimentos de pesquisa, elaboramos reflexões e sínteses do processo investigativo, que na forma da exposição apresentam-se divididas em três capítulos nesta dissertação. No primeiro capítulo, intitulado: ***Intelectuais, Estado integral, Hegemonia e Revolução Passiva em Gramsci***, realizamos uma discussão acerca das principais categorias gramscianas, procurando entendê-las do ponto de vista dos seus determinantes na realidade social. A análise busca identificar como esses elementos aparecem na realidade sob o prisma da luta e o antagonismo das classes sociais fundamentais, no processo de formação do Estado burguês, identificados através de uma revolução passiva aparece como um conjunto de relações de forças, minado pelas contradições que o perpassam. Embora esse tipo de revolução não aconteça propiciada por uma sublevação popular, a resistência e a correlação de forças também se manifestam nesses momentos, evidenciando o embate de um movimento que não é isento de confrontos.

No segundo capítulo, denominado: ***Os intelectuais militares na revolução burguesa brasileira: uma análise do período Vargasista***, apresenta, no primeiro momento, uma síntese da conjuntura que se inaugura nos anos 1920, e perpassa pela crise da Primeira República, destacando o protagonismo dos militares através dos levantes tenentistas de 1922, a revolta paulista ocorrida em 1924, a formação da Coluna Prestes e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. É de suma importância enfatizar que esse estudo considera o Tenentismo como um movimento processual que tem início a partir do levante do forte de Copacabana em 1922 e se desdobra até a constituição da ANL em Janeiro de 1935. Desse modo, não deve ser caracterizado como um acontecimento episódico, mas um movimento que adentrou o interior do Brasil e forjou uma identidade coletiva numa tentativa de popularização.

No terceiro capítulo, designado: ***A revolução passiva brasileira e os intelectuais militares***, tem como objetivo analisar a revolução burguesa brasileira

de 1930 a partir da categoria gramsciana de revolução passiva, considerando as características específicas dessa experiência nacional, tomando como referência a realidade italiana do *Risorgimento*. No caso brasileiro, enfatizamos o protagonismo dos militares, em especial os tenentes, enquanto uma das forças propulsoras da revolução de 1930. Neste último capítulo, buscaremos evidenciar nossa hipótese de que a função organizativa e diretiva desempenhada por esses sujeitos políticos faz deles intelectuais orgânicos das classes médias. Ademais, o processo de assimilação dos principais líderes do tenentismo para compor a base do governo Vargas nos remete a uma interpretação a partir da categoria gramsciana de Transformismo.

Dos elementos conclusivos mais gerais que essa dissertação procura trazer para pensar a realidade brasileira, um raciocínio é fundamental: de que é necessário estar atento para a inserção dos militares no contexto histórico, político e cultural do país e a “missão” que tomam para si como intelectuais (orgânico ou tradicional) na luta de classes.

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS PARA COMPREENDER A REALIDADE BRASILEIRA: INTELECTUAIS, ESTADO INTEGRAL, HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA EM GRAMSCI

Na política de massas, dizer a verdade é uma
necessidade política.

Antônio Gramsci

Esse capítulo apresenta um estudo em torno das categorias gramscianas que subsidiam a compreensão do objeto dessa pesquisa, qual seja: o papel que os intelectuais militares, em especial os tenentes, desempenharam no processo de revolução burguesa brasileira de 1930. Nesse sentido, além da categoria de hegemonia, exploramos neste trabalho as temáticas dos intelectuais e da revolução passiva, que constituem dois grandes eixos¹⁷ da pesquisa desenvolvida por Gramsci no cárcere.

Essas categorias mais complexas irão subsidiar a compreensão dos elementos particulares que estão diretamente imbricados à materialidade desse objeto na realidade brasileira. De maneira dialética, buscaremos analisar os elementos do âmbito mais geral para o particular, decompor as categorias para entender as suas manifestações singulares e, posteriormente, estabelecer uma relação com os elementos da vida social que constitui o alvo desse estudo.

Ao nos debruçarmos sobre as categorias que serão discutidas nesta pesquisa, buscaremos entendê-las do ponto de vista dos seus determinantes na realidade social. Desse modo, esta análise se detém na identificação desses elementos na realidade brasileira sob o prisma da luta e do antagonismo das classes sociais fundamentais. Nesse sentido, o processo de formação do Estado burguês através de uma revolução passiva aparece como resultante de um conjunto de relações de forças, permeado por agudas contradições. Embora esse tipo de revolução não aconteça impulsionada por uma sublevação popular, a resistência e a correlação de forças também se manifestam nesses momentos, evidenciando o embate de um movimento que não é isento de confrontos.

Portanto, nas páginas que se seguem, pode-se visualizar que as categorias gramscianas que compõem o aparato da presente dissertação conformam uma teia de relações que possuem uma ligação orgânica, uma vez que a concepção gramsciana possui um caráter dialético e coloca-se em relação intrínseca com as determinações da vida social. Desse modo, uma categoria sempre está diretamente conectada a outra, o que se expressa na materialização da realidade.

¹⁷ Conforme aponta Aliaga (2011), os três grandes eixos temáticos que articulam as notas escritas por Gramsci sofrem pequenas variações formais nas análises dos estudiosos, mas possuem o mesmo elemento central no tocante ao conteúdo. Nas análises de Dora Kanoussi, os eixos aparecem como: os intelectuais, o marxismo (referindo-se a teoria geral da história tratada por Gramsci) e a revolução passiva (referindo-se ao caso do americanismo-fordismo). Já nas análises de Francioni, os três eixos aparecem na seguinte forma: intelectuais, notas de filosofia e americanismo e fordismo.

1.1. A questão dos Intelectuais nos *Cadernos do Cárcere*

Desde o período pré-carcerário a questão dos intelectuais, isto é, a atuação destes no cenário político italiano, colocava-se como objeto de interesse para o estudo de Gramsci. Considerando a relevância desse tema, este estudo se debruça mais especificamente sobre as análises dos *Cadernos do Cárcere*. O desejo de estudar os intelectuais italianos junto à questão do Estado foi expresso por Gramsci na carta de 1927, escrita à Tania Schucht, na qual apresentava o seu plano de estudos que desejava executar nos dias do cárcere fascista.

No CC 12¹⁸, Gramsci apresenta um questionamento fundamental para a compreensão desse assunto: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais?” No que se refere a esse ponto da questão, o comunista sardo acrescenta que no processo histórico de constituição das diferentes categorias de intelectuais, todo grupo social que possui uma função no processo de produção, “[...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função [...]”. (GRAMSCI, CC12, §1, p.15)

Nos *Cadernos do Cárcere*, quando Gramsci refere-se aos intelectuais italianos, chama a atenção para dois tipos, quais sejam: os orgânicos e os tradicionais. Ademais, observa que o processo de formação dessas camadas de intelectuais no interior dos próprios grupos sociais assumiu formas diferentes ao longo da história. O processo de construção do intelectual orgânico no interior de cada classe ou segmento social caracteriza-se pela especialização em determinados aspectos do mundo da produção ou da vida social, de modo intrinsecamente relacionado aos grupos sociais emergentes. Pode-se visualizar o intelectual como o sujeito que de fato organiza o grupo e que participa do processo de construção da consciência dos indivíduos, não somente no campo da produção, mas também da importância da sua participação no âmbito político.

¹⁸ Os textos reunidos no *Caderno 12* do volume 2 na edição Brasileira, foram escritos no período de 1932, intitulados por Gramsci como sendo “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”.

É possível visualizar nos escritos de Gramsci o rompimento com qualquer tipo de distanciamento naturalizado entre o intelectual e as massas ao indicar que “todos os homens são intelectuais”. Com essa indicação, compreende-se que todos os sujeitos são dotados da capacidade de pensar, de entender e intervir na realidade, embora nem todos os sujeitos desempenhem essa função, em outros termos, “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, CC12, §1, p. 18). Nesse sentido, a relação entre os intelectuais e as massas que ocupam um lugar fundamental no modo de produção é estabelecida através dos elementos que compõem a superestrutura e que exercem a função do exercício da dominação burguesa.

No que se refere aos intelectuais tradicionais, considera-se os estratos que já existiam antes das novas formas de organização econômica e social, ligadas aos compromissos dos velhos grupos sociais, que mantêm as concepções tradicionais da ética e da política. Essa categoria dissemina as ideologias conservadoras e perpassa as modificações sociais e políticas no decorrer da história, uma vez que já eram existentes antes da emergência dos novos grupos sociais no modo de produção.

Nesse sentido, o principal exemplo de Gramsci no CC12 §1, referindo-se a esta categoria de intelectual, é a camada dos eclesiásticos, pois durante vários séculos esse setor centralizou os serviços referentes à religião e à educação, em outros termos, os eclesiásticos tinham um domínio secular sobre a filosofia e a ciência da época, desenvolvidas por meio da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência e da assistência aos pobres.

Ao buscarmos compreender as características que expressam a distinção entre o intelectual tradicional e o orgânico, fica evidente que a questão de fundo consiste no compromisso de classe que esses sujeitos assumem. Como indica Aliaga (2011), esse aspecto se evidencia diante da nova formação social, se a posição intelectual apresenta um aspecto regressivo, baseado na manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas (intelectual tradicional), ou se é progressiva, ou seja, ligada às necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (intelectual orgânico).

A partir dos escritos de Gramsci, pode-se apreender que os intelectuais tradicionais são passíveis de serem assimilados por outras classes ou grupos sociais. Isto é, embora tenham origem em determinada classe social, pode ser

“apropriado” por outra, com a finalidade de satisfazer os interesses do grupo pelo qual foi assimilado. No entanto, existem particularidades que devem ser consideradas, a exemplo dos setores camponeses.

Assim, cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa (GRAMSCI, CC12, §1, p.16)¹⁹.

Portanto, compreendemos por intelectual o representante ou dirigente de uma determinada classe ou grupo social que possui a tarefa de organizar o grupo ao qual pertence, sendo esta uma função que é, simultaneamente, formativa e organizativa. Desse modo, faz-se necessário observar as funções que os intelectuais desenvolvem no tocante aos processos de constituição da hegemonia, sejam estas de caráter organizativo ou educativo.

Ao estudar os intelectuais, Gramsci afirma que não se pretende uma análise sociológica, mas a construção de ensaios sobre a “história da cultura”, isto é, nos termos do autor, em alemão, *Kulturgeschichte*. Nas análises do *Mezzogiorno* italiano, caracterizado por Gramsci como uma grande pobreza e desagregação popular, deve-se considerar a importância do papel desempenhado pelos intelectuais tradicionais no processo de manipulação das massas populares, que acabou obstaculizando a construção de uma identidade nacional-popular²⁰. A disseminação de valores culturais, do folclore²¹, da linguagem, do senso comum, reforçados pelos intelectuais tradicionais entre os setores populares, resultou numa força desarticuladora. Nesse sentido, a causa da desintegração Italiana é atribuída

¹⁹ Aqui Gramsci se refere especificamente ao campesinato de economia de subsistência, típico do Mezzogiorno. A tradução desse termo do Italiano para o Português em termos exatos refere-se ao período temporal do meio-dia. No entanto, para fins sociais e políticos esse termo faz alusão ao Sul da Itália.

²⁰ A ideia de nacional-popular aparece nas notas de Gramsci do CC 6, indicando que “Na Itália, o termo ‘nacional’ tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com ‘popular’, já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da ‘nação’; estão ligados, ao contrário, a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo” (GRAMSCI, CC 6, p.42)

²¹ Cabe enfatizar que o folclore é considerado nesse contexto enquanto uma concepção de mundo tradicional, enquanto um valor ou costume que é perpassado por diversas gerações.

por Gramsci ao caráter elitista dos intelectuais e seu afastamento das lutas populares.

É importante, também, chamar atenção para as considerações de Gramsci na análise realizada sobre os intelectuais para as Américas do Sul e Central. Nessas notas, a indicação é que nos estudos sobre essa questão deve-se considerar a inexistência de uma camada de intelectuais ampla. Entre as poucas notas que Gramsci escreveu sobre a realidade dos países do referido continente, considerando mais especificamente o Brasil, essa questão dos intelectuais aparece nos escritos carcerários como uma hipótese relacionada à tese da formação do Estado nacional.

De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países [América do Sul e Central] os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela contra-reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações ainda hoje resistentes nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia (GRAMSCI, CC 12, § 1, p. 31).

Nas notas do CC12, Gramsci considera a hipótese de que, apesar dos países Sul-americanos não se destacarem pela existência de uma camada massiva de intelectuais tradicionais, a casta militar e o clero perpassariam muitos processos de mudanças e persistiriam até a atualidade. Desse modo, esta pesquisa tem o intuito de analisar a validade dessas notas para o Brasil, visto que no período delimitado para esse estudo tivemos o Tenentismo, movimento composto por intelectuais militares que sustentavam preceitos éticos e políticos adequados às novas classes do capitalismo nascente, cuja a qualificação como “tradicionais” se tornaria inadequada.

Gramsci chega a questionar-se sobre “quais são os limites ‘máximos’ da aceção de ‘intelectual’?”. Isto é, quais os possíveis significados do intelectual? A partir dessas colocações é importante entender que, apesar das diferentes características, cada atividade intelectual possui as suas particularidades, no entanto,

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam)

se encontram no conjunto geral das relações sociais (GRAMSCI, CC12, §1, p. 18).

Nesse sentido, compreendemos que o intelectual se define pelas relações que são estabelecidas pelo grupo dirigente com as classes, pela sua capacidade diretiva e organizativa e não pelas características intrínsecas ou qualidades individuais, uma vez que não há essencialismo na definição de intelectual.

Devemos considerar, ainda, que na política moderna a tarefa de organização do intelectual não está relacionada apenas a um indivíduo singular, mas esta também pode ser desempenhada por um sujeito coletivo. Nesse sentido, Gramsci indica, no CC12 §1, a função intelectual e educativa que o partido político cumpre no processo de organização, mas cabe ressaltar que, do mesmo modo que nem todos os homens têm a função de intelectuais, nem todos os membros exercem funções de direção no partido.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual (GRAMSCI, CC 12, §1, p. 25).

Considerando a relação entre o partido político moderno e o problema dos intelectuais, Gramsci faz duas considerações no CC 12 que merecem destaque nesse texto. A primeira refere-se ao fato de que o partido político serve para os grupos sociais como um instrumento para elaborar a sua camada de intelectuais orgânicos. A segunda reporta-se ao partido político considerado pelos grupos como o mecanismo que realiza na sociedade civil a função desempenhada pelo Estado. Desse modo, a classe dominante conecta os intelectuais orgânicos de um grupo aos intelectuais tradicionais, desempenhando a função fundamental de constituir os seus próprios representantes, transformando-os em “intelectuais políticos qualificados”.

Portanto, ao falar de intelectual não se trata, no sentido erudito do termo, de uma figura dotada de inteligência, do ponto de vista do conhecimento científico e que desempenha uma função no âmbito acadêmico. Mas, os sujeitos que estão

voltados a entender e intervir nas questões da classe a que pertencem, abstraindo-se da imediatez e racionalizando-a, com a finalidade de alcançar a emancipação do projeto de classe contrário ao capital.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários” (GRAMSCI, CC 12, §1, p. 20).

Na sociedade capitalista, a hegemonia burguesa materializa-se na vida social e nas suas relações correspondentes mediante o conjunto de aparelhos privados construídos na sociedade, cuja função consiste na reprodução da ideologia dominante, ao lado do aparato jurídico e dos instrumentos de dominação direta. Nesse sentido, é na esfera em que a hegemonia assume contornos concretos mediante os organismos privados²² que atuam os intelectuais, mais especificamente, os intelectuais assumem um protagonismo na sociedade civil. Nos termos do próprio Gramsci,

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, CC12, § 1, p.20).

Nesse sentido, os intelectuais fazem a mediação entre a sociedade civil e a sociedade política, de modo que antecede os governantes nas funções subalternas de direção política, conforme indica o comunista sardo, “[...] os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]” (GRAMSCI, CC12, §1, 21).

²² Cabe aqui destacar que a esfera privada a qual Gramsci se refere está relacionada a uma distinção com a esfera pública do Estado.

Considera-se importante chamar atenção, nesta pesquisa, para a forma como os intelectuais cumprem a função de realizar interesses de classe, contribuindo com a materialização da hegemonia e o seu reforço a partir dos mecanismos de consenso.

Do mesmo modo que há essa intrínseca relação entre a função dos intelectuais e a construção e manutenção da hegemonia, merece destaque a conexão com aparelho Estatal. Conforme apresenta Liguori (2003), é por meio dos intelectuais que Gramsci realiza a análise do Estado no sentido integral, considerando-o como assegurador das condições de produção.

Portanto, com a finalidade de entender as particularidades que constituem o objeto desse estudo, é importante entender como essa análise de Gramsci acerca dos intelectuais se articula as questões da hegemonia e do Estado integral.

1.2. A análise gramsciana do Estado Integral e da Hegemonia

A problemática do Estado se coloca como um dos temas de interesse para o aprofundamento da pesquisa teórica pretendida por Gramsci, expressa numa das *Cartas do Cárcere* à sua cunhada Tânia Schucht datada em 7 de Setembro de 1931.

Na referida carta, Gramsci aponta uma dinâmica de ampliação da categoria dos intelectuais e, em decorrência dessa análise, identifica a importância de algumas determinações para o conceito de Estado. Essa temática colocava-se no plano de pesquisa dos *Cadernos*, considerando que o Estado

[...] é usualmente entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para conformar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...] (LC, p. 481 *apud* BIANCHI, 2008, p.177).

Nesses termos, Gramsci indica a relação intrínseca entre a sociedade civil e a sociedade política no século XX, considerando-as como esferas complementares. Nessa análise, a esfera estatal garante as condições não somente para o

desenvolvimento das relações de produção, mas também no que se refere aos aparelhos privados de hegemonia.

Se estabelecermos uma comparação entre a concepção gramsciana de Estado em relação aos estudiosos anteriores ao seu tempo²³, percebe-se que o marxista italiano inaugura uma nova abordagem, apreendendo-o sob a fórmula do Estado Integral. No CC 6 (1930-1932), podemos encontrar algumas formulações de Gramsci referentes ao conceito de Estado, entre estas, apresenta-se pela primeira vez a concepção de Estado integral no §88, sob a seguinte fórmula,

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, CC 6, § 88, p.244).

Compreende-se que em Gramsci aparecem duas análises em torno do Estado: uma no sentido mais específico, identificando - o com o governo - sendo que Estado e governo não se confundem, pois este último exerceria um papel administrativo - e uma nova formulação mais alargada, de modo que não se restringe ao âmbito político, mas incorpora de maneira dialética a Sociedade Civil. Esta é formada pelas instituições responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, tais como: igrejas, sindicatos, escolas, partidos políticos, organizações profissionais, etc. e a Sociedade Política, que assume a forma própria do Estado, é

²³ Nos teóricos do Jusnaturalismo (Hobbes, Locke e Rousseau) o Estado de natureza apresenta-se como a antítese do Estado civil, 1º) “Estado de natureza”: os indivíduos vivem de acordo com os seus interesses naturais, e por isto são livres e iguais, mas são isolados. Esse ambiente é analisado como ameaça aos sujeitos por Hobbes e parece de forma pacífica para Locke e Rousseau. 2º) “Estado civil”: os indivíduos vivem de acordo com a razão e as regras estabelecidas para a conduta. Colocando-se numa via contrária a essa compreensão, o pensamento de Hegel representa a ruptura com essa tradição jusnaturalista, uma vez que não considera a relação contratual na sociedade como determinante para a origem do Estado. Desse modo, Hegel apresenta uma elaboração mais elevada no tocante ao direito natural, que se apresenta como crítica a toda a tradição jusnaturalista que já foi descrita, desde Hobbes até Rousseau, superando os seus antecedentes. Hegel não considera a vontade da maioria como vontade geral, refutando a concepção de democracia burguesa. Para uma explicação mais aprofundada Cf. HOBBS, T. *Leviatã*. In: WEFFORT, F. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006; LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001; ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2001; HEGEL, G.W.F. *A sociedade Civil*. IFCH/ UNICAMP, Textos Didáticos nº 21, setembro/2000.

constituída pelos mecanismos através dos quais a classe dominante exerce a repressão e a violência. Dessa forma, o exercício de poder do Estado é mediado por essas duas esferas²⁴.

Gramsci ainda indica, no §155 do CC 6, a fórmula para o Estado em seu sentido integral utilizando outros termos “ditadura+hegemonia”. Considera-se que na política o erro se produz pela não compreensão do que de fato significa o Estado e na guerra o erro é semelhante, pois o Estado é transportado ao campo do inimigo, desse modo, a dominação assume a sua forma mais concreta no Estado.

Esse processo de alargamento da base Estatal apresenta-se como um elemento fundamental para subsidiar a compreensão da forma de dominação que a classe burguesa assume nessa relação de forças. Nesse sentido, compreende-se que o Estado se amplia a partir da relação de unidade e distinção que se estabelece entre a sociedade política e a sociedade civil, bem como entre a política e a economia. Aqui se encontra a sua base de sustentação numa combinação entre coerção e consenso, como também se expressa o aspecto no qual reside a atualidade do pensamento de Gramsci, nos termos de Liguori,

Nesse sentido, não há uma negação, uma separação entre essas instâncias [Estado e sociedade], muito pelo contrário. As notas, por exemplo, sobre os subalternos, sobre o folclore, a luta pela hegemonia e o jovem ‘espírito de cisão’ indicam uma ‘concepção ampliada de Estado’. Gramsci redefiniu o conceito de Estado, mas também ampliou o conceito de política. Separar sociedade do Estado, da política e da economia, sociedade e política, em qualquer direção que se deseje proceder, está fora da esteira do seu pensamento (LIGUORI, 2006, p.10).

Quando Gramsci se refere ao conceito de sociedade civil, não se restringe a compreendê-la meramente como uma atividade econômico produtiva. É nessa esfera que se manifesta a luta e o embate das classes sociais. Portanto, a partir

²⁴ Essa elaboração gramsciana do conceito de Estado integral vai ser analisada posteriormente pelos seus intérpretes²⁴ assumindo uma nova nomenclatura, embora permaneça o sentido original no seu conteúdo. Nesse sentido, essa concepção adquire a formulação de “Estado ampliado” na leitura da francesa Christine Buci-Glucksmann. Nas palavras da própria autora, “É verdade que, no curso de seu trabalho, Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, ou mais precisamente dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. [...] O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade [...]” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.127-128)

desse elemento é possível visualizar no Estado Integral como a relação entre os dominantes e os subalternos se materializa.

Os fundamentos do Estado são apresentados por N. Maquiavel em *O Príncipe* sob a fórmula das boas leis e boas armas, de modo que não é possível existir boas leis se não houver boas armas (MAQUIAVEL, 1996). No CC 13, referindo-se a obra de Maquiavel, Gramsci retoma dois elementos essenciais: a força e o consenso, que consistem nos fundamentos do Estado moderno, bem como na fórmula histórica que caracteriza a hegemonia.

A metáfora do centauro, utilizada por Maquiavel, é uma figura mitológica que possui a metade humana e a metade animal e representa a lei e a força como elementos necessários para a estabilidade do Estado. Para isto, também se coloca a necessidade de o governante saber utilizar bem esses elementos para manter a dominação, no que se refere ao lado animal deveria ter como exemplo a raposa e o leão, ao fazer uso da astúcia e da força.

É importante destacar que o elemento da força não é, necessariamente, apresentado pelo uso do autoritarismo e da coerção. Nas notas gramscianas, a manifestação desse elemento também se apresenta relacionada à corrupção-fraude, enquanto interface da metáfora do Centauro maquiaveliano.

Este processo [...] Gramsci denominava ‘transformismo’, que sugere ao contrário, uma preponderância da força em detrimento da política. Nesse sentido, o uso da força por meio da corrupção-fraude permitiria às elites impedir as transformações radicais da sociedade, neutralizando as forças populares por meio da absorção molecular – no Estado - de indivíduos ou de grupos inteiros, esvaziando, contudo, qualquer conteúdo revolucionário destes grupos. Nesse sentido, o consenso, isto é, o consentimento a determinada direção política, a face humana do centauro – de acordo com o pensamento de Gramsci – não poderia em nenhuma hipótese ser confundido com a fraude, que é uma expressão da força, do elemento ferino do centauro (BIANCHI; ALIAGA, 2011, p.33).

Com a finalidade de manter o exercício da dominação e evitar uma possível sublevação das massas populares, faz-se necessário o uso e a articulação desses dois elementos. Nos casos em que o consenso é utilizado até a última tentativa, e a sua utilização isolada não alcança os fins almejados para a contenção de uma insurgência popular, usa-se a força. Esta, por sua vez, é imprescindível ao governo que pretende manter a sua hegemonia.

A questão do Estado está intrinsecamente relacionada à formulação do conceito gramsciano de hegemonia. Nos termos do próprio autor,

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, CC 19, §24, p.62-63).

A partir dessa categoria, Gramsci lança as bases para a compreensão dos processos da constituição do poder de uma classe social. Assim, pode-se afirmar que a hegemonia de uma classe é construída mediante a direção dos grupos aliados e pela coerção aos grupos opositores, inclusive assumindo a tarefa de desorganização política desses setores, de modo que “[...] o consenso permite à classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante” (BIANCHI; ALIAGA, 2011, p. 28). Desse modo, o verdadeiro tornar-se hegemônico das classes sociais implica o tornar-se Estado.

Nesse sentido, a partir do processo de sucessivas aproximações às notas escritas por Gramsci, pode-se visualizar que os elementos que compõem os fundamentos do Estado e a hegemonia estão organicamente vinculados. Ora, se a hegemonia refere-se a uma concepção de mundo de um grupo que gera uma ação, em determinadas condições históricas, o Estado será resultado desta, pois, “[...] para ser fundado, construído, exige a criação de uma visão de mundo” (DIAS, 1996, p.33). Desse modo, Estado e hegemonia estão numa relação intrínseca e orgânica, a manifestação dessas esferas na vida social parece ser indissociável.

Vale salientar que o conceito de hegemonia não foi inaugurado por Gramsci, uma vez que era um termo comum no Marxismo da II internacional.²⁵ Nesse sentido, considera-se que entre os neomaquiavelianos, o comunista sardo caracteriza-se como o herdeiro *sui generis* de Maquiavel, pelo fato de não interpretar *O Príncipe*

²⁵ Foge da intenção desse trabalho realizar essa discussão, para um aprofundamento: Cf .BUCI-GLUCKSMANN, Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

sob a concepção dos dominantes, como os elitistas, mas sob o ponto de vista dos dominados (ALIAGA, 2011).

Os mecanismos utilizados pela burguesia como estratégia de hegemonia constituem a chave de interpretação para o processo de desorganização das classes subalternas pelo Estado, elemento fulcral desse estudo. Por isso, faz-se necessário explicitar que o Estado, na perspectiva gramsciana, é considerado uma categoria diretamente imbricada aos conceitos de estrutura e superestrutura²⁶.

Como foi exposto acima, em Marx percebe-se de forma nítida a identidade entre sociedade civil e sociedade burguesa, e esta primeira como lócus da produção e da reprodução da vida material, isto é, sociedade civil e estrutura econômica (também chamada de infraestrutura ou base) são a mesma coisa. Para Marx, seria a sociedade civil que funda o Estado, e não o contrário, isto implica numa “[...] relação essencial de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 20) e na compreensão de que as contradições pertencentes ao âmbito da sociedade civil, por sua vez, se refletem no Estado e este materializa e dá concretude a essas relações mediante o seu aparato legislativo.

Desse modo, são as condições materiais da estrutura social que determinam a consciência dos indivíduos. As relações de produção (a sociedade como base material) determinam o Estado e este, por sua vez, representa o interesse da classe que domina os meios de produção, que se expressa nas normas e leis que favorece a esta classe. Em outros termos,

Como se verifica na crítica ao Estado hegeliano, Marx quer mostrar o caráter aparente da comunidade política burguesa, assinalando para

²⁶ Essas duas esferas aparecem organicamente vinculadas na Sociedade, ao contrário das leituras realizadas de forma mecânica ou dualista. Gramsci explica que “[...] não é verdade que a filosofia da práxis destaque a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura e, nem mesmo por metáfora, comparável a um deus oculto: ela é concebida de uma maneira ultrarrealista, a tal ponto que pode ser estudada com os métodos das ciências naturais e exatas; aliás, precisamente por esta sua consistência objetivamente verificável, a concepção da história foi considerada científica. Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou, ao contrário, como a própria realidade em movimento? A afirmação das *Teses sobre Feuerbach*, de que o educador deve ser educado, não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo do real? O conceito de bloco histórico, construído por Sorel, apreende plenamente esta unidade defendida pela filosofia da práxis” (GRAMSCI, CC10, §41, p. 369-368).

a contradição entre o Estado e a sociedade civil, entre o homem e o cidadão como resultado de uma abstração, assinalando para o fato de que na sociedade desenvolvida sob aquelas condições históricas determinadas, o Estado se afasta (abstrai) da vida do indivíduo e passa a existir como uma realização "imaginária" do ser genérico do homem. Portanto, o indivíduo que hipostasias seu ser genérico no Estado, é o indivíduo alienado da sua própria essência (GOMES, 2007, p. 50).

Ao que segue:

Essa idealização da comunidade política (Estado), por mais desenvolvida que se pretenda, encontra um limite histórico no capitalismo e nas próprias contradições que ele apresenta, entre as necessidades individuais e um universal abstrato, entre uma produção social baseada no concurso dos trabalhadores e a apropriação privada do produto e dos meios necessários para produzi-lo, entre o homem social e o homem político (Ibid., idem).

Também nos escritos de Gramsci, esse conceito aparece com uma vinculação orgânica entre as duas esferas em questão, isto é estrutura e superestrutura, mas assume uma formulação que enfatiza no seu conteúdo os aparelhos privados de hegemonia, no âmbito da sociedade civil²⁷. Apesar dos equívocos em torno da compreensão dessa relação, Gramsci aponta que,

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, CC 13, §18, p.47).

²⁷ Por aparelhos privados de hegemonia compreende-se as organizações postas na sociedade civil que reproduzem ideologia. Em outros termos "A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes." (BIANCHI, 2008, p.179)

Na tradição marxista é bastante evidenciada a afirmação de que Karl Marx não deixou uma teoria do Estado completa e sistematizada, e sim, determinações diversas sobre o Estado em cenários variados. No entanto, de maneira categórica, a referida tradição destaca os elementos fundamentais para a compreensão do que se considera um esboço da Teoria Marxista do Estado.²⁸ Em outros termos,

Muchos han afirmado que en la obra de Marx no se encuentra una teoría sobre el Estado. No han comprendido que, más que una teoría positiva, lo que Marx desarrolla es una crítica al Estado. Una teoría crítica del Estado. El elemento anti-estatista es central en la concepción marxiana (ACANDA, 2007, p. 87).²⁹

No pensamento de Gramsci, essas dimensões não estão separadas como se uma estivesse paralela à outra, estão diretamente imbrincadas e articuladas.³⁰ Essa distinção não possui uma organicidade na realidade, ficando restrita apenas a uma dimensão metodológica. Por isto, em Gramsci a reabsorção da sociedade política na sociedade civil ocasionaria o fim do Estado³¹, culminaria no seu desaparecimento.

²⁸ Alguns escritos são considerados fundamentais pela tradição marxista para a compreensão do Estado em Marx, notadamente evidenciados no Manifesto Comunista, no 18 de Brumário de Luís Bonaparte, em A Questão Judaica, nas Glosa Críticas, assim como na Guerra Civil na França. .

²⁹ Tradução: Muitos afirmam que a obra de Marx não encontra uma teoria sobre o Estado. Eles não entenderam que, ao invés de uma teoria positiva, o que Marx desenvolve é uma crítica do Estado. Uma teoria crítica do Estado. O elemento antiestatista é central para a concepção marxiana (ACANDA, 2007, p.87).

³⁰ Chamo atenção para essa afirmação em razão das leituras distorcidas e equivocadas que se tem feito do pensamento de Gramsci, levando-o a sua caracterização até mesmo como idealista. “Os debates sobre a obra de Gramsci tem sido frequentemente bastante instrumental. Essa leitura reduz, quase sempre, as ‘verdades de Gramsci’ às teses que o ‘leitor’ quer ‘provar’; isto é, ‘usa-se’ Gramsci, como nos diz Portantiero. Este procedimento permite ‘reduzir’ o texto a condição de ‘verdade’. Ou porque ele passa a ser a ‘matriz de verdade’, a única matriz possível, de outros textos e de outros autores, ou porque ele passa a ser medido pelo acerto/erro em relação à(s) outra(s) matriz(es) de ‘verdade’. Só que com isso ele perde a sua própria especificidade.” (DIAS, 2000, p. 13)

³¹ Embora não seja possível aprofundar esta questão nesse trabalho, faz-se necessário destacar que a questão da extinção do Estado também se coloca como um terreno fértil para a discussão a partir da concepção gramsciana, não alcançando um ponto comum de consenso nas análises. Nesse sentido, há um debate que propõe a releitura da problemática do Estado na concepção de Gramsci proposta por Médici (2007). Confrontando as teses de Buci-Glucksmann e Salvadori, indica que o alinhamento de Gramsci à tradição marxista da ‘extinção’ do Estado deve ser reavaliado. Nos termos da autora, “[...] alinho-me com aqueles estudiosos que acreditam não se encontrar nos *Quaderni* gramscianos a clássica proposta marxiana relativa à ‘extinção’ do Estado. O Estado, para ele, permanece, porque, em primeiro lugar, Gramsci não adere à convicção de que, na sociedade comunista, tornar-se-á supérflua a função do político enquanto tal. Em segundo lugar, existe em Gramsci, frequentemente de maneira implícita, mas algumas vezes explícita, a ideia da ‘vida estatal’ como vida ‘ética’, sem que seja fácil mais uma vez estabelecer a ascendência precisa desse ponto, que certamente se apresenta como genericamente ‘hegeliano’” (MÉDICI, 2007, p.37-38).

Para o pensador sardo, o século XX deixara para trás a concepção oitocentista de um Estado restrito, representante exclusivo da classe hegemonicamente dirigente e que se mantinha especificamente pelo uso da força. A nova forma estatal ampliava suas bases para o plano da sociedade civil (responsável pela constituição da hegemonia e do consenso) e da sociedade política (que impunha a dominação e a coerção), tornando-se deste modo, um Estado não monolítico, mas produto das lutas entre as classes (GOMES, 2007, p. 93).

É de suma importância ressaltar que a referida relação de determinação entre a Sociedade Civil e o Estado não se configura de maneira mecânica, pois considerando as mediações necessárias, o Estado encontra sua essência na sociedade civil; na relação entre fundante (sociedade civil) e fundado (Estado). Seguindo a tradição Marxiana, a essência do Estado se constitui pela reprodução dos interesses das classes dominantes, ou seja, é um instrumento de exploração e opressão de classe. Sendo assim, se a sociedade civil é perpassada por contradições de classe, a reprodução dessa exploração requer a presença de um poder que defenda, essencialmente, os interesses destas classes dominantes.

O pensamento gramsciano acerca desses dois momentos nem sempre foi interpretado fielmente ao autor. Têm-se verificado uma leitura que se faz de maneira reducionista do conceito de Estado ampliado definindo o comunista sardo como sendo o “teórico das superestruturas”. Conforme indica Bianchi (2008), um exemplo da análise reducionista e limitada foi realizada por Norberto Bobbio³², que reivindica ser a sociedade civil pertencente à superestrutura, desconsiderando a articulação orgânica entre as esferas da economia e política. Essa leitura parte da afirmação gramsciana:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de

³² A discussão sobre as deturpações realizadas em torno do pensamento de Antonio Gramsci não será problematizada nessa pesquisa. Mas, para uma melhor elucidação sobre esse posicionamento de Bobbio, Cf. BOBBIO, Norberto. Gramsci e la concezione della società civile. In: ROSSI, Pietro. *Gramsci e la cultura contemporanea: Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma: Riuniti/Istituto Gramsci, 1975, v. 1, p. 75-100.

comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.
(GRAMSCI, CC 12, §1, p. 20-21)

A partir dessa nota de Gramsci sobre os intelectuais, Bobbio faz uma interpretação de maneira equivocada em relação ao conceito de sociedade civil descrito por Marx, uma vez que nos escritos de Gramsci os organismos que constituem a esfera da sociedade civil assumem materialidade, descartando a possibilidade dessas leituras unilaterais.

É de suma importância afirmar que em Gramsci o Estado se constitui como uma instituição perpassada por contradições e conflitos, relações de forças que permitem que a classe burguesa exerça uma dominação sobre a classe trabalhadora. Apenas com a construção de uma “ideologia orgânica” das classes subalternas é que acredita ser possível realizar uma revolução no sentido de libertar essa classe da dominação burguesa. Assim, “[...] A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado” (BIANCHI, 2006, p. 48).

Ao fazer referência à relação entre o Estado e a Sociedade Regulada, Gramsci indica que,

O argumento, porém, não deixa de ter valor: ele só pode ser democrático nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for entendida dialeticamente (na dialética real e não só conceitual) e o Estado for concebido como capaz de ser superado pela “sociedade regulada”: nesta sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à “sociedade regulada”, na medida em que absorve ambas em si, para superá-las (e não para perpetuar sua contradição), etc. (GRAMSCI, CC 6, §65, p.230)

Desse modo, considerando o processo que resultaria na suplantação do Estado, também desaparece o conflito entre as classes sociais fundamentais. A superação do Estado só ocorre na sociedade regulada, que em Gramsci se caracteriza como uma sociedade sem Estado.

No processo de apropriação do Estado pelo bloco histórico³³ burguês e a sua consolidação, sem que ocorra um processo revolucionário para este alcance, faz com que a referida classe mude o seu horizonte de luta por meio de uma adesão a ideologia pertencente ao Estado de forma passiva.

Para Gramsci, o Estado ampliado se constitui na conjugação de uma sociedade política (Estado-coerção) com uma sociedade civil (Estado consenso, ou seja, terreno do exercício da hegemonia). Acentuava também o papel dos integrantes dos aparelhos privados de hegemonia, os chamados “intelectuais orgânicos”, na função de estruturadores de uma visão de mundo alternativa ou hegemônica. Desse modo, não há oposição entre sociedade civil e Estado em Gramsci, pois todos os aparelhos privados de hegemonia no terreno da sociedade civil, “[...] encontram no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões” (FONTES, 2010, p. 136).

Nesse sentido, em Gramsci o Estado se apresenta como consubstanciação das relações de classe que se desenvolvem no âmbito da sociedade. Em outros termos,

[...] Gramsci, se situa firmemente no terreno marxista: não faz do Estado o “sujeito da história” e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista. Com efeito, ele afirma: “Certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica” (CC, 1, 379). Para as classes fundamentais, ou seja, para a burguesia e o proletariado, Gramsci afirma que “o Estado é a forma concreta de um mundo produtivo” (CC, 1, 428) (LIGUORI, 2003, p. 175).

Assim, o Estado é entendido como o espaço onde as classes dominantes têm os seus interesses satisfeitos de forma prioritária. Outrossim, é considerado como

³³ “[...] bloco histórico, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos.” (GRAMSCI, CC 13, § 10, p.26). Gramsci imprime uma leitura muito particular ao conceito de bloco histórico do Francês Georges Sorel, indicando que: “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. [...] O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real).” (GRAMSCI, CC 8, §182, p. 250). Cabe ainda elucidar que as formas de compreensão em torno do conceito de bloco histórico expressam diferenças entre os intérpretes de Gramsci. Por um lado é entendida como o resultado das alianças de classes e por outro lado como uma totalidade constituída entre a estrutura e a superestrutura.

um espaço de correlação de forças e que não está isento dos embates da luta de classes. Reforçamos com a indicação do conceito de Estado proposto por Gruppi (1987), na obra *Tudo começou com Maquiavel*,

Com a palavra Estado, indica-se modernamente a maior organização política que a humanidade conhece; ela se refere quer ao complexo territorial e demográfico sobre o qual se exerce uma dominação (isto é, o poder político), quer à relação de coexistência e de coesão das leis e dos órgãos que dominam sobre esse complexo (Enciclopédia Treccani, 1987, p.7 *apud* GRUPPI, 1987).

A integração dos principais elementos que compõem o Estado permite a visualização da sua intervenção na vida social. É a partir da formação dos Estados nacionais que se inaugura o processo de reflexão e de busca de compreensão da sua estrutura e funcionamento. Desse modo, a compreensão do Estado nas suas relações essenciais, impulsiona novas dúvidas no tocante às estratégias utilizadas pela classe burguesa para alcançar a hegemonia desse aparato. Cabe-nos aqui a tentativa de desvelar esses processos realizando as mediações necessárias para uma melhor elucidação.

Seguindo a perspectiva crítica de análise da realidade, com base na tradição Marxiana, propomo-nos a realizar uma leitura do momento específico da ascensão da burguesia ao poder do Estado Brasileiro entre 1930-45. Portanto, a dinâmica desse momento evidencia elementos que reivindicam uma análise a partir da categoria gramsciana de revolução passiva, uma vez que caracteriza um tipo específico da formação de um Estado burguês.

1.3. Os contornos da revolução passiva nos *Cadernos do Cárcere*

A temática do *Risorgimento Italiano* colocava-se como uma das grandes problemáticas de estudo para Gramsci nos seus diversos programas de estudo no cárcere fascista. Importava ao italiano marxista estudar as relações que possibilitaram o desenvolvimento da burguesia italiana até 1870, sendo esta também uma das temáticas mais tardias das que foram trabalhadas.

No período que antecede a unificação da península italiana já era possível visualizar a movimentação dos elementos históricos externos e também nacionais que culminam em tal acontecimento. Considerando essa construção como um processo, que não ocorre, portanto, de maneira abrupta, faz-se necessário entender o jogo de forças envolvidas, os interesses e as influências.

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da elaboração de Vincenzo Cuoco, que interpretou a revolução napolitana de 1799 como um processo de revolução passiva, considerando que esse processo revolucionário teria sido provocado por acontecimentos externos, a exemplo da Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Em Gramsci, o conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação, não apenas para a denominada era do *Risorgimento*, mas também para uma “[...] época complexa de transformações históricas” (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331).

Os apontamentos de Gramsci sobre *O Risorgimento* aparecem inicialmente nas notas escritas no CC 1, mas é no §44 onde o termo aparece pela primeira vez. Esses escritos evidenciam a possibilidade de uma leitura que valorize o nexo entre a realidade nacional e a internacional. Gramsci diz que a história da Itália anterior a 1870, tem sido a história internacional, “[...] isto é, a ‘história italiana’, é mais ‘história internacional’ do que história ‘nacional’” (GRAMSCI, CC 1, §138, p.152).

Cabe ainda destacar que na elaboração desse conceito, Gramsci se apropria da concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet (1803-1875), uma vez que considera que a cada período de expansão, a revolução passiva é acompanhada de um movimento de retração. Nesse sentido, o conceito aparece nas notas dos *Cadernos* associado a pares conceituais que expressam uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, CC 19, §24, p.63).

Percebemos, a partir das notas carcerárias redigidas pelo comunista sardo, que existem dois elementos principais da revolução, um deles é a restauração e o outro é a inovação. Para Gramsci, esses elementos se caracterizam como uma dialética histórica, diferentemente da dialética de Croce³⁴ (chave positiva da revolução passiva)³⁵.

³⁴ “Partindo da perspectiva da ‘dialética dos distintos’ Croceana, o conceito de revolução passiva ou ‘revolução-restauração’ é considerado enquanto síntese da conciliação de dois momentos: o da tese e o da antítese. Sendo que a tese é conservada na síntese. Desse modo, o momento da conciliação seria a base para a concepção de revolução-restauração, para Gramsci. Então, a revolução sem

No CC 4 § 57, percebe-se que Gramsci compreende o conceito de revolução passiva de Cuoco a partir das influências de eventos internacionais para a revolução Italiana. Desse modo, coloca-se a possibilidade de analisar outros Estados que se modernizaram sem passar por um processo revolucionário de tipo jacobino, embora aconteçam movimentos internos não alcançam uma alteração estrutural. Desse modo, serve como “[...] critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC15, § 62, p.332).

Nesse sentido, pode-se dizer que em Gramsci a reformulação do conceito assume uma amplitude maior, possibilitando a leitura de acontecimentos a nível mundial. Uma vez que, apesar do *Risorgimento* ter acontecido na particularidade do Estado Italiano, simultaneamente ao momento da unificação do Estado nacional, ocorreram processos semelhantes em outros Estados nacionais por influência das guerras napoleônicas na França.

Cabe destacar que Gramsci não utiliza a categoria revolução passiva apenas para as análises que se desenvolvem das relações políticas, como os casos históricos do *Risorgimento* e do Fascismo. Mas, no âmbito econômico também subsidia a análise dos processos de produção, como o caso histórico do *Americanismo-fordismo*³⁶.

Percebemos que Gramsci faz uma crítica à leitura positiva de Croce, pois no movimento dialético de tese - antítese – síntese, os elementos da tese são conservados na síntese, de forma mecânica e o caráter histórico é eliminado. Ademais, considerando essa dialética para a leitura das forças sociais italianas no

revolução é o movimento por meio do qual a sociedade muda ao longo da história, prescindindo o momento da luta, por meio de conciliações pelo alto.” (NOGUEIRA, 2017, p.27-28)

³⁵ Pode-se dizer que a concepção positiva relacionava-se a uma leitura do processo de revolução passiva com base na concepção liberal, segundo a qual considera o elemento histórico de forma mecânica e não como uma referência.

³⁶ De acordo com Castelo (2013), é importante chamar atenção para o fato de que as reflexões de Gramsci sobre o americanismo-fordismo modificaram-se com o passar do tempo. Nos termos do autor, “No Caderno 6 (1930-1932), numa das primeiras anotações sobre o tema, o autor afirmou que o americanismo não era uma concepção de mundo (uma ideologia) pronta a se tornar um projeto ético-político da classe burguesa estadunidense, quiçá mundial; quando muito, seria uma consciência de classe no nível econômico-corporativo, a seguir as bases desenvolvidas pelas ideologias europeias (GRAMSCI, 1999, p. 437 – C6 [1930-1932], §10). Tempos depois, no período de redação do Caderno 22, este julgamento se modificaria substancialmente, pois o americanismo-fordismo seria visto como uma ideologia soldadora do novo bloco histórico, concebido e erguido após a longa crise capitalistas dos anos 1920, ou como “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (GRAMSCI, 2007, p. 266 – C22 [1934], §11)” (CASTELO, 2013, p.136).

Risorgimento, pode-se afirmar que os elementos que se conservam na síntese são resquícios das velhas camadas dominantes.

Nesse sentido, o processo de unificação do Estado Italiano, a partir do qual se constituiu uma burguesia nacional, foi caracterizado por Gramsci como um processo de revolução passiva, uma vez que a modernização do Estado Italiano acontece mediante um pacto pelo alto entre as velhas classes dominantes e as novas classes burguesas. Assim, resultante desse processo reformista,

[...] O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna 'totalitária'. (GRAMSCI, CC 25, §4, p.139)

Desse modo, com a unificação do Estado, este passa a incorporar na sua estrutura os mecanismos de manifestação política e ideológica da sociedade, que de certa forma, também pode ser considerado um elemento de desarticulação das forças nacionais.

Mencionando o livro *Le origini del programma nazionale*, Gramsci indica que a Itália possuía os mesmos problemas que a França do antigo regime, a exemplo da fragmentação das forças sociais. Nesse sentido, a revolução passiva na Itália será analisada a partir da articulação entre as condições nacionais e a situação internacional europeia, revelando um processo de reação e impulsão das transformações políticas sociais provocadas pela Revolução Francesa. Desse modo, pode-se dizer que os acontecimentos externos refletem diretamente no processo de revolução passiva que se desenvolve na Itália.

[...] as origens do movimento do *Risorgimento*, isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão a Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma (GRAMSCI, CC 19, § 2, p.17).

A partir dos acontecimentos que permitem a transformação no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas da Europa é que pode-se compreender as origens do *Risorgimento*. Levando-se em consideração o reflexo direto de tais eventos no âmbito nacional Italiano:

[...] a Revolução Francesa é um dos acontecimentos europeus que operam com mais intensidade para aprofundar um movimento já iniciado nas “coisas” [...] funcionando como elemento de agregação e centralização das forças humanas dispersas em toda a península e que, de outro modo, teria, tardado mais a “concentrar-se” e a entenderem-se entre si (GRAMSCI, CC 19. § 3, p. 22).

Assim sendo, a conjuntura para a unificação nacional Italiana começa a assumir contornos no século XVIII, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Assim, a partir de 1789, dada a eclosão da Revolução Francesa, essa tarefa histórica assume condições concretas a partir da conscientização dos sujeitos. No CC 25 §5, referindo-se ao *Risorgimento*, o marxista italiano aponta:

A burguesia italiana não soube unificar em torno de si o povo, e esta foi a causa de suas derrotas e das interrupções de seu desenvolvimento. Também no *Risorgimento*, tal egoísmo estreito impediu uma revolução rápida e vigorosa como a francesa. Eis uma das questões mais importantes e uma das causas de dificuldades mais graves para fazer a história dos grupos sociais subalternos e, portanto, a história pura e simples (passada) dos Estados (GRAMSCI, CC25, §5, p. 141).

Desse modo, o fato da Revolução passiva ser caracterizada como uma ausência histórica do elemento popular dá-se em razão da dificuldade de unificação política dos grupos sociais subalternos. Conforme esclarece Rodrigo Castelo,

Um dos principais fatores da exclusão política dos subalternos foi a sua incapacidade de se tornar um sujeito histórico autônomo, de ter uma organização partidária formuladora de um projeto consciente de classe e livre das influências ideológicas das classes dominantes. (CASTELO, 2013, p.118)

Nesse sentido, as forças sociais representadas pela burguesia acabaram não alcançando um rompimento revolucionário de tipo clássico em consequência da falta de articulação com as massas populares.

Cabe ressaltar que no período do *Risorgimento* não é somente a França que assume um papel importante, mas ainda no século XVIII, Gramsci ainda identifica no contexto internacional que “[...] entravam plenamente em jogo forças políticas europeias interessadas num ordenamento mais independente e coerente e menos estaticamente equilibrado da península italiana” (GRAMSCI, CC 19, §3, p.23).

Referindo-se aos processos históricos entre a passagem do século XIX para o século XX, que culminaram na constituição do moderno Estado italiano, processo conhecido como *Risorgimento*, o mesmo realiza uma divisão em quatro principais momentos desse processo. A fase primeira é descrita a partir de 1815-1847, como um momento de preparação intelectual e moral, sob a influência da ideologia liberal-nacionalista que havia sido colocada em efervescência pela Revolução Francesa. A segunda fase foi entre 1848-1849 marcada pela efervescência dos movimentos republicanos que tiveram uma curta duração. A terceira fase ocorreu no período 1850-1861 com a afirmação da política moderada de Benso de Cavour de maneira progressiva. A quarta e última fase compreende o período de 1861-1870, quando se alcança a união da península num só Estado, incorporando Veneza e com a ocupação de Roma em 1870 (Cf. GRAMSCI, CC 19, Nota nº 1, p. 355).

Antonio Gramsci analisa os processos revolucionários na França e na Itália, considerando as particularidades históricas dos dois momentos. Compreende o momento revolucionário na França como um processo de revolução-restauração, e na Itália como uma revolução passiva³⁷. Nesse sentido, pode-se dizer que Gramsci sempre visualiza na história um momento de propulsão e outro de retração, no momento da revolução passiva esse processo é simultâneo e não diacrônico.

Tendo em vista que a França influenciou o movimento de organização das forças nacionais Italianas para o seu processo revolucionário, pode-se dizer que esse tipo de revolução passiva na Itália só se tornou possível em razão da modernização dos Estados Europeus ter acontecido no mesmo período da restauração Francesa. Uma vez que:

³⁷ Para um aprofundamento em torno da discussão sobre a revolução passiva e o termo revolução-restauração como não sinônimos Cf. ALIAGA, L. Revolução passiva: um conceito em construção. IN: BIANCHI, A. et all (org.). Anais do Colóquio Internacional Antonio Gramsci. Campinas, IFCH/Unicamp, 2017. ISBN 978-85-86572-7777.

[...] o período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês (GRAMSCI, CC 10, §61, p.426).

Compreende-se que a Restauração, nesse momento, cumpre o papel de um certo envoltório político que determina a modificação das relações sociais fundamentais na Itália sem uma ruptura com as velhas classes dominantes. Estas, por sua vez, sob uma nova aparência, são responsáveis pela direção do processo de modernização do Estado. Desenvolvem-se novas relações políticas, conformando um novo Estado através do reformismo.

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva. Gramsci diz “[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática” (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329).

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

[...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, §24, p. 63).

Numa via contrária aos outros países que já haviam passado por esse processo, como é o caso da França, que teve como protagonista principal o elemento popular, elemento unitário, esse fator esteve ausente na Itália. Desse

modo, as alianças que pouco se estabeleceram com a população ocorreram quando o poder já estava ocupado.

Assim, a classe revolucionária precisa estar unificada e formar um *front* antes mesmo de ascender ao poder, processo este que não aconteceu com as massas populares no *Risorgimento*, possibilitando que a revolução burguesa no caso Italiano ocorresse sem o uso da força armada e sem o elemento jacobino popular.

Faz-se necessário, além disso, considerar o papel dos intelectuais nesse processo de revolução passiva, uma vez que estes não estavam ligados as reais necessidades dos grupos subalternos. Desse modo, Gramsci explicita que o movimento impulsionador para

[...] o progresso não é estritamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais (GRAMSCI, CC10, §61, v.1, p. 428).

Nesse sentido, percebe-se a influência cultural para o processo revolucionário a partir da difusão das ideologias liberais pelos intelectuais. Tal ideologia, que subsidiou o movimento resultante na Revolução Francesa, assume contornos particulares na Itália. O marxista sardo chega a questionar-se a respeito da admiração dos Italianos para com a França, principalmente no que se refere ao elemento jacobino revolucionário. Gramsci diz que,

A França representou um mito para a democracia italiana, a transfiguração num modelo estrangeiro daquilo que a democracia italiana jamais tinha conseguido nem se propunha fazer concretamente, o sentimento da própria impotência e incapacidade em seu âmbito nacional. [...] mostrava-se ao povo italiano o modelo francês, quase como a esperar que o povo italiano fizesse por conta própria, ou seja, por iniciativa espontânea de massa, aquilo que os franceses haviam alcançado através de uma série de revoluções e de guerras, à custa de torrentes de sangue (GRAMSCI, CC 8, §42, p.288).

Na revolução passiva italiana, o Partido de Ação não desenvolveu um movimento de unificação como aconteceu na França com os Jacobinos. O elemento jacobino esteve ausente da revolução burguesa italiana, ao contrário do caso francês, pois em nome de interesses econômicos e para reproduzir a hegemonia, a burguesia estabelece compromissos em razão de concessões aos subalternos e assimila lideranças no governo, de modo que os manteve desarticulados politicamente.

Concomitantemente a esse processo também deve ser considerado a formação social do capitalismo que se desenvolve naquele território, que também assume contornos peculiares em razão da forma de constituição do Estado burguês, determinando um tipo específico de inserção na divisão internacional do Trabalho. Desse modo, os vínculos entre o elemento passivo da Revolução Francesa se materializam na realidade Europeia, espalhando-se por todo o território,

[...] o aspecto “passivo” da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão “reformista” que durou até 1870 (GRAMSCI, CC 10, § 9, p. 298).

No período em que na Itália começa a se constituir os novos grupos sociais³⁸ urbanos, a França e a Espanha já havia atingido um grau de maturação e de organização mais elevado. Nesse sentido, as forças nacionais italianas se apresentavam insignificantes e desagregadas e não estavam imbuídas do elemento unificador. A Revolução Francesa apresenta-se nas notas gramscianas sobre o *Risorgimento* como o principal evento histórico que contribuiu para a unificação da Itália. Considerando essa premissa, é importante compreender que,

As forças tendentes à unidade eram escassíssimas, dispersas, sem nexos entre si e sem capacidade de suscitar laços recíprocos, e isto

³⁸ Gramsci utiliza o termo grupo social muitas vezes como sinônimo de “classe” para referir-se a questão da hegemonia e as suas fórmulas históricas. Diz ele: “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.” (Cf. LIGUORI.G e VOZA, P.(Orgs.) *Dicionário Gramsciano (1926-1937)* São Paulo: Boitempo, 2017. p.351).

não só no século XVIII mas, pode-se dizer, até 1848. Ao contrário, as forças opostas às unitárias (ou melhor, tendencialmente unitárias) eram poderosíssimas, coesas, e especialmente como Igreja, absorviam a maior parte das capacidades e energias individuais que poderiam constituir um novo pessoal dirigente nacional, dando-lhes uma orientação e uma educação cosmopolita-clerical. Os fatores internacionais, e especialmente a Revolução Francesa, enfraquecendo estas forças reacionárias e desgastando-as, fortalecem por consequências as forças nacionais em si mesmas escassas e insuficientes. É esta a contribuição mais importante da revolução Francesa, muito difícil de avaliar e definir, mas que se intui como de peso decisivo na preparação do movimento do *Risorgimento* (GRAMSCI, CC19, §3, p.25).

Nesse sentido, é preciso considerar que a referida movimentação foi impulsionada através do desenvolvimento na Europa e na França. Mas, embora seja considerado os elementos externos no *Risorgimento*, a articulação nacional decorrente desse processo deve ser considerada.

Gramsci faz um paralelo comparativo entre o moderno Estado Francês e os Estados da Europa no tocante aos processos revolucionários. Destarte, no CC10 §61, evidencia o movimento de oposição da Europa à Revolução Francesa, bem como as guerras napoleônicas na França com o objetivo de construir uma hegemonia permanente.

Ao referir-se às historiografias da Europa e da Itália, Gramsci questiona os escritos de Croce indicando que os momentos das lutas estão ausentes desse processo, tais como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas para o caso da Europa e o *Risorgimento* no caso da Itália. Nesse sentido, a historiografia Croceana da Europa caracteriza-se de forma unilateral do ponto de vista do real acontecimento, elimina-se os momentos de efervescência e de embates das lutas de classe.

A partir de 1870, o processo histórico da revolução passiva passa a ser relacionado ao transformismo, conforme é descrito nos escritos carcerários, mais especificamente no CC 10 §12, “[...] transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para frente”. Gramsci ainda aponta no CC19 §36 esse processo como uma das formas históricas da revolução passiva, referente ao movimento de formação do Estado moderno Italiano.

Nesse contexto, os Moderados possuíam uma direção mais consolidada e homogênea do que o Partido de Ação, sofrendo oscilação limitada na sua direção.

Contraditoriamente, o Partido de Ação apresentava-se com uma direção que oscilava conforme os interesses dos Moderados, pois não contava com o apoio de classes históricas.

A fase original do fenômeno denominado de transformismo ocorreu com o momento da passagem de elementos novos do Partido de Ação para o Cavournismo, após 1848³⁹, resultando na modificação da composição das forças moderadas (GRAMSCI, CC 15, §11, p.317). Isso expressa o momento da unificação dos partidos do *Risorgimento*.

Gramsci realiza uma divisão desse processo em dois períodos: 1) 1860- 1900, caracterizado como o transformismo molecular, com a passagem de personalidades individuais do Partido de Ação para os Moderados. 2) A partir de 1900, marcado pela passagem de grupos inteiros ao campo dos Moderados. Entre esses dois períodos, ainda considera-se um período intermediário, que vai de 1890 à 1900, quando uma massa de intelectuais adere aos partidos de esquerda, que na verdade eram democráticos.

Portanto, com esforço de síntese, é possível elencar algumas características consideradas fundamentais para uma melhor elucidação da revolução passiva: 1) movimento marcado pela ausência de uma iniciativa popular unitária, que não implica uma total eliminação das movimentações populares, mas estas são eventuais, ou seja, o elemento jacobino é ausente; 2) O desenvolvimento italiano acontece como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das massas populares. De modo que o impulso a modernização é simultâneo à reação; 3) Nos períodos das restaurações, mantém-se o *status quo* ao mesmo tempo em que acolhem certa parte das exigências que vêm de baixo (e por isso, são caracterizadas por Gramsci como restaurações progressistas), percebe-se o atendimento de alguns dos interesses dos subalternos.

Faz-se necessário destacar também a estrutura econômica nacional que se desenvolve na Itália a partir das relações internacionais, embora se coloque de maneira desfavorável quando comparado o fator econômico dos países de capitalismo central. Nesse sentido, Gramsci indica que,

³⁹ Nesse período, o Partido de Ação era liderado por Giuseppe Mazzini (1805-1872), que havia proposto uma solução republicana unitária contra a estratégia do monarca Camillo Benso di Cavour (1810-1861), principal líder do Partido Moderado. Nesse embate, houve uma modificação progressiva na composição anterior das forças dos moderados devido a entrada dos novos elementos do Partido de Ação. Assim, o Partido dos Moderados ficou caracterizado como Cavournismo em referência ao seu principal líder, Cavour.

[...] É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões internas (GRAMSCI, CC 19, §7, p. 45).

Desse modo, na passagem para a economia moderna, o capitalismo não se desenvolve de forma única em toda a península da Itália, mas contraditoriamente, assume manifestações particulares no tocante as regiões. A desigualdade se evidencia entre o Norte industrial e o Sul Campesino e rural.

O que se evidencia nos escritos de Gramsci é a manifestação da revolução passiva e a abrangência que a mesma pode assumir em diferentes realidades nacionais. Também pode-se destacar o movimento dialético e simultâneo das formações econômicas capitalistas e os elementos políticos da revolução passiva, ao passo em que estes últimos se implementam, alteram reformisticamente o plano de produção.

Dada a possibilidade de analisar sob a luz da categoria revolução passiva o processo de constituição do Estado em outros países, que possuem uma realidade econômica e social semelhante a Itália, esse estudo volta-se para a singularidade da formação do Estado burguês Brasileiro.

CAPÍTULO 2-

OS INTELECTUAIS MILITARES NA REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO VARGUISTA

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. (GRAMSCI, CC12, §1, p. 15)

2.1. Uma leitura política do Brasil no período varguista: intelectuais e ação política

A realidade brasileira se apresenta permeada por complexos acontecimentos do ponto de vista histórico e político que demandam, para a sua compreensão, instrumentos conceituais. Neste sentido, entendemos que as categorias *intelectuais*, *hegemonia* e *revolução passiva*, tratadas no capítulo anterior, lançam luz sobre a problemática que iremos nos deter nas páginas que se seguem. Essas categorias são formuladas a partir de dados da realidade que possibilitam a análise do período varguista, com destaque para as correlações de forças entre as classes sociais que tem início na primeira década do século XX, com revoltas e rebeliões regionais e que assumem um desdobramento nos movimentos militares⁴⁰.

Ao debruçarmos sobre a literatura especializada é possível constatar a unanimidade em apontar a existência de uma ação organizada por parte de setores militares, que teve impactos importantes para os processos de mudança e conservação social no Brasil durante o período. Nesse sentido, o estudo que se apresenta neste capítulo centra esforços em compreender o protagonismo dos intelectuais militares na dominação burguesa brasileira no período em questão.

As análises realizadas pelos estudiosos brasileiros em torno do processo de construção da hegemonia burguesa no Varguismo evidenciam o forte protagonismo dos levantes militares no início do século XX. Entendemos, contudo, que há uma lacuna em tais estudos na medida em que dão pouca atenção ao papel dos intelectuais na organização do consenso e do apoio popular. Neste sentido, nos

⁴⁰ Nos anos que antecedem o estopim do movimento Tenentista, visualiza-se a eclosão de movimentos camponeses, de forma mais pontual, embora não estabeleçam vínculos com os movimentos militares, são de suma importância para entender as tensões desse momento. Entre esses movimentos, destaca-se a guerra de Canudos e a guerra do Contestado. “A guerra de Canudos (1893 – 1897): ocorreu no sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, onde Antônio Conselheiro fundou uma grande povoação de peregrinos denominada Belo Monte. Sua ênfase na busca por justiça diante da política dos coronéis foi interpretada como monarquista pelas autoridades. Em decorrência, os beatos e seu líder foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército no período de 1896 – 1897. A guerra do Contestado (1912-1916): a faixa de terra que ficou conhecida como Região do Contestado encontrava-se nos limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná e era disputada entre camponeses (agregados de fazendas, posseiros e fazendeiros) e o sindicato americano Farqher, a quem o governo havia incumbido de construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. O estopim do conflito se dá quando o monge José Maria e seus seguidores advindos de Santa Catarina acampam no Paraná, no limite dos dois estados, ato interpretado em Curitiba-PR como invasão e a partir do qual se desenrolam os conflitos, culminando com o massacre dos camponeses pelo Exército (cf MARTINS, *apud* ALIAGA, 2008).

propomos a contribuir com o estudo dos intelectuais advindos dos setores militares, utilizando para isto o instrumental teórico gramsciano.

Desse modo, a partir do nosso objeto de pesquisa, passamos a questionar: em que sentido os militares podem ser qualificados como intelectuais? Os militares podem assim ser considerados pelo fato de representarem política e moralmente os interesses de uma determinada classe social? Mais especificamente, é possível dizer que o tenentismo expressa a concepção de mundo de uma fração da pequena burguesia emergente no cenário político brasileiro?

Nesse sentido, será objeto desse estudo o contexto que se inaugura com a crise da Primeira República, perpassando pelos levantes tenentistas de 1922, a revolta paulista ocorrida em 1924, a formação da Coluna Prestes e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. É de suma importância enfatizar que esse estudo considera o Tenentismo como um movimento processual que tem início a partir do levante do forte de Copacabana em 1922 e se desdobra até a constituição da ANL em Janeiro de 1935. Desse modo, não deve ser caracterizado como um acontecimento episódico, mas um movimento que adentrou o interior do Brasil e forjou uma identidade coletiva numa tentativa de popularização.

2.2. Os anos 1920 e a transição do padrão de dominação vigente na Primeira República

A segunda década do século XX inaugura uma conjuntura que se coloca como pano de fundo dos levantes militares que serão explorados nesse trabalho. Esse período foi marcado pelos acontecimentos do primeiro pós-guerra e desenvolveu-se no intervalo entre duas crises do capitalismo mundial, a crise de 1920 e a crise de 1929, que deixou graves sequelas, não apenas econômicas, mas também sociais e políticas para o Brasil, em especial a conjuntura política da Primeira República⁴¹.

⁴¹ Cabe aqui ressaltar que estamos nos reportando às tensões nas relações entre os candidatos à campanha sucessória de Epitácio Pessoa, que obedecia a forma política do acordo entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Desse modo, não se trata aqui de fazer referência a um declínio da hegemonia oligárquica.

O processo eleitoral da República oligárquica era caracterizado pelo regime político de acordos de sucessão presidencial e de revezamento entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais⁴², à época maiores produtores de Café e Leite, respectivamente. Como reflexo da crise econômica, a instabilidade alcança essa esfera política. Os setores não exportadores da produção de café, juntamente com os setores médios da sociedade, assumem o protagonismo de manifestar a insatisfação com o monopólio na política do café com leite (FERREIRA; PINTO, 2006)

Vale salientar que a referida instabilidade não resultou no decréscimo do poderio das oligarquias agrárias. O que se pode verificar nesse momento histórico é o início de um processo de transição, por meio do qual começa a emergir uma dominação tipicamente burguesa, ainda sob a hegemonia oligárquica. Essa transformação que se apresentava exteriormente nesse momento como uma “crise do poder oligárquico”, não passou de uma mera manifestação aparente, como afirma Fernandes,

[...] A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação [burgueses]. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o **início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa** (FERNANDES, 1976, p.203, grifo nosso).

Na revisão da literatura, observamos que o padrão de dominação vigente que advinha do Império não encontra bases para a sua sustentação fazendo-se necessário uma renovação das oligarquias para manter sua dominação na nova ordem social emergente. Esse processo de recomposição do padrão de dominação demarca o início de um movimento de modernização no Brasil, tratada por Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho.

Nesse *intermezzo*, segundo Fernandes (1976), as oligarquias encontram as condições para enfrentar esse processo de transição. Modernizam-se nos aspectos

⁴² Conforme aponta Ferreira&Pinto (2006), na primeira república a bancada de Minas Gerais era composta por 37 deputados, a maior do congresso. A bancada paulista era a segunda maior com um total de 22 parlamentares, igualava-se à da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, com 16 e 17 deputados respectivamente.

em que esse processo parecia inevitável e irradia-se no desdobramento das novas oportunidades, na medida em que isso foi possível.

Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna” (algo que se iniciara no último quartel do século XIX, quando o envolvimento da aristocracia agrária pelo “mundo urbano dos negócios” se tornou mais intenso e apresentou seus principais frutos políticos) (FERNANDES, 1976, p.208-209).

Para Florestan (1976), a revolução burguesa brasileira ocorre por meio de um longo processo que inicia com a Independência e se desdobra até 1964. Nesse período, o autor considera que é a partir de 1930, principal fase da revolução burguesa no Brasil, que a transição do poderio hegemônico encontra o seu desdobramento. Assim, o poder oligárquico assume uma continuidade com a nascente burguesia através da conciliação dos interesses entre as classes dominantes.

Aqui se apresenta o elemento chave para entender a particularidade da burguesia brasileira: ela desenvolve-se no seio das oligarquias e, portanto, estas não são destituídas do poder. Na leitura de Carlos Nelson Coutinho, verificamos que a hegemonia passa a ser constituída através do rearranjo entre o velho poder oligárquico e a dominação burguesa em sua fase embrionária, que assume uma expressão no âmbito político. Explica o autor:

Também a República, como a Independência, foi fruto de uma mudança “pelo alto”; foi pouco mais do que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participam de sua proclamação. O arremedo de instituições republicanas criado em seguida não era de molde a fortalecer a sociedade civil. [...] Nossa estrutura social, com a Abolição, com os primeiros inícios da “via prussiana” no campo, começa a se tomar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista ainda que continue atrasada e fortemente marcada por restos pré-capitalistas; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do País (COUTINHO, 2011, p. 22-23).

Nesse sentido, segundo Coutinho (2011), o modo de produção capitalista começava a surgir de forma dependente das oligarquias agrárias. Esse movimento

se processa, portanto, através da modernização que assume uma particularidade na realidade brasileira e se processa pelo alto, sem o protagonismo das massas subalternas, caracterizando-se, portanto, como uma revolução passiva.

Nessa conjuntura de transição na Primeira República, a campanha presidencial sucessória de Epitácio Pessoa, a partir de 1921, constitui-se como um dos episódios que marcaram os conflitos que se desenvolveram entre as forças armadas e as classes dominantes. O clima de hostilidade entre os militares se instaurou a partir da postura de Epitácio Pessoa, no cargo de Presidente, em relação às decisões imbricadas aos interesses dessa categoria. Apesar da promessa de Epitácio para a modernização do Exército, os militares alegavam que os soldos eram baixos, as promoções passavam por um processo lento, havia escassez de armamentos, cavalos, medicamentos e instrução para as tropas (MOREIRA, CPDOC/FGV)⁴³. Ademais, a nomeação dos civis para a ocupação de pastas militares, rompendo a tradição, como, por exemplo, Pandiá Calógeras para o Exército e Raul Soares para a Marinha, resultou num movimento de oposição ao governo.

Esses antagonismos passaram por um recrudescimento após o retorno de Marechal Hermes da Fonseca da Europa em 1921, após uma longa viagem de seis anos, que segundo Aarão Reis Filho (2014), os seus adeptos chamaram de uma espécie de “exílio”. Ao vencer as eleições internas do Clube Militar⁴⁴, construíram-se novas articulações e projetou-se a possibilidade de ser o candidato dos militares à sucessão presidencial. No entanto, essa candidatura não chegou a se materializar e

⁴³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas - FGV. As revoltas de Julho. Documento disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltasJulho>. Acesso em: 20/12/2018.

⁴⁴ O clube militar caracteriza-se como uma associação civil, fundada em 26 de junho de 1887, com sede e foro no Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”. Possui uma estrutura administrativa de competência da diretoria, sob o regime eleitoral de mandato bienal, composta por um presidente, um diretor-secretário, um diretor-tesoureiro, e os diretores dos departamentos social, cultural, desportivo, cooperativo, de assistência social e imobiliário. Além dos serviços jurídico, patrimonial e de relações públicas. (LAMARÃO. S; MONTALVÃO. S. Verbete Fundação Getúlio Vargas. Documento disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>) Para maiores informações também indica-se Cf.: <http://clubemilitar.com.br/nossa-historia/>.

a insatisfação dos militares aumenta ainda mais, aliando-se às oligarquias dissidentes⁴⁵.

Em articulação com os Estados dissidentes, os militares passaram a apoiar a candidatura de Nilo Peçanha. Conforme apontam Ferreira e Pinto (2006), no arquivo pessoal de Nilo é possível visualizar a manifestação desse apoio declarado por meio de inúmeras cartas, remetidas de diferentes localidades do Brasil, que tratam inclusive da iniciativa para a criação de comitês eleitorais.

Para Macedo (2015), nos acordos entre os Estados para a sucessão de Epitácio Pessoa, o Partido Republicano Mineiro (PRM) teve dificuldades em apresentar o nome de Artur Bernardes para concorrer ao cargo da presidência em consequência do desgaste dos arranjos oligárquicos. Essa campanha resultou numa intensificação das dissidências entre as oligarquias.

Dentre os fatos que motivaram o apoio dos militares à candidatura de Nilo Peçanha destaca-se o discurso da campanha no tocante ao segmento dos militares. O referido candidato resgatava os valores positivistas que haviam sido inseridos na formação das escolas militares, tais como: o civismo, patriotismo e o nacionalismo brasileiro.

Segundo Ferreira e Pinto (2006), também em oposição à candidatura de Artur Bernardes, paralelamente às insatisfações dos militares, formou-se a *Reação Republicana* constituída pelas chamadas oligarquias de segunda grandeza. Estas eram compostas pelos Estados que não estavam no eixo dos grandes exportadores de Café, tais como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Ainda que contassem com o apoio de estados dissidentes, os opositoristas conheciam as **condições do regime e as fraudes eleitorais**. Com isso, se fazia necessário também trabalhar com as insatisfações de chefes políticos estaduais e municipais, dos setores urbanos e dos militares, **buscando congregar estes grupos**. As Forças Armadas eram o maior grupo organizado ao qual poderiam se aliar. Desta forma, a penetração que a candidatura Nilo-Seabra teria naquelas eleições se explicaria não só pelas próprias características pessoais de Nilo Peçanha, como bom orador que era, mas também pela sua disposição em construir discursos compatíveis com a leitura que os setores urbanos faziam da política e com as suas propostas de mudança, bem como com seus anseios mais específicos. (MACEDO, 2015, p. 141, grifo nosso)

⁴⁵ Entende-se que são as oligarquias que não apoiavam os grandes produtores que estavam envolvidos na aliança política entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, responsáveis pela Política do Café com Leite.

As forças armadas seguiam numa posição de neutralidade em relação à eleição presidencial, até que em 09 de novembro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou uma carta com conteúdo ofensivo⁴⁶ aos militares do exército e responsabilizava Arthur Bernardes, fato que reforçou a oposição dos militares ao candidato. Posteriormente, participaram da luta sucessória conspirando e preparando a luta contra o governo de Epitácio Pessoa. De acordo com Sodré (1968), essa questão política também passou a constituir um problema militar, uma vez que foi através da insatisfação dos militares com a forma política em vigor e pela não representação do seus interesses que culminou nos levantes armados durante a década de 1920, que serão analisados nesse estudo.

Apesar do clima de agitação política que marcou a década de 1920, o resultado das eleições reconheceu a vitória de Artur Bernardes. Conforme aponta Carvalho (2003), essa eleição foi a mais disputada da República oligárquica, em que o vencedor obteve uma margem de vantagem com menos de 70% dos votos.

No período posterior às eleições disputadas entre Artur Bernardes e Nilo Peçanha, segundo Forjaz (1976), para além desse episódio da carta falsa⁴⁷, o Marechal Hermes da Fonseca redigiu um telegrama em nome do Clube Militar, criticando o governo federal e as atitudes do presidente Epitácio Pessoa. Esse fato desencadeou a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar aos três de Julho de 1922.

As dissensões no interior do próprio militarismo, entre as altas e baixas patentes, ficam evidentes após os acontecimentos da falsa carta. Segundo Viviani (2009),

[...] os relatos de 1922 ainda que se mantenham no nível corporativo já apresentam **indícios do desentendimento ideológico entre**

⁴⁶ Na segunda página do jornal, estava estampado um artigo intitulado “Injurioso e ultrajante”, seguido de uma carta cujo conteúdo atingia diretamente ao Marechal Hermes da Fonseca após a sua chegada da Europa. Referia-se a um jantar oferecido pelo Marechal aos seus partidários, retratando-o como uma “orgia” e atribui a característica de um “sargento sem compostura”. No tocante aos militares afirmava que “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”, fato que acirrou ainda mais a oposição dos militares à candidatura de Artur Bernardes. (Cf. FORJAZ, 1976)

⁴⁷ Conforme indica Viviani (2009) ao findar as eleições, reconhecida a vitória de Artur Bernardes e depois de discussões e perícias que vieram a questionar a veracidade da carta, comprovou-se que a sua origem era falsa. Aos 24 de Maio de 1922, Jacinto Magalhães e Oldemar Lacerda assumiram a falsificação e alegaram que o objetivo desse ato era destruir a candidatura de Bernardes, bem como eleger Marechal Hermes como Presidente da República.

altas e baixas patentes e desse sentimento de descontentamento com os contornos da República brasileira. (VIVIANI, 2009, p. 117. Grifo nosso)

No período entre a eleição e a posse de Arthur Bernardes, as forças militares dividiram-se em duas facções: as dos legalistas, que defendiam a manutenção da ordem e que era vinculada ao governo, e a dos revoltosos, que se articulavam como movimentos armados e que desencadeou no Tenentismo. A partir da análise sobre esse movimento, visualizamos que no decorrer de todo o processo houve embates entre os militares rebeldes e as tropas legalistas.

No tocante às divergências ideológicas no interior do próprio militarismo, é de suma importância notar a observação de Carvalho (2005), ao apontar que,

Temos, assim, um quadro de profundas divisões. Pelo menos duas grandes clivagens percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais; outra vertical, **separando os intervencionistas reformistas dos neutralistas**, esses em geral mais conservadores. A primeira era estrutural, parte do modelo de organização militar adotado. Poderia ser apenas atenuada por uma legislação menos rígida e discriminatória, mas não podia ser eliminada. **A segunda era ideológica e dividia principalmente os oficiais. Correspondia a modelos distintos de relações entre Exército e política** (CARVALHO, 2005, p.73. Grifo nosso).

Tendo em vista que o Exército não se constituía numa corporação homogênea, pode-se dizer que o Tenentismo emerge desse setor que não assume uma postura de neutralidade. A própria casta militar possuía ideologias divergentes, qualificadas por Carvalho (2005) como divisões ideológicas, que certamente estavam relacionadas a uma das classes sociais fundamentais a qual estavam vinculadas.

Em decorrência desses acontecimentos econômicos, políticos e sociais, surgiram movimentos de contestação que se expressam em três acontecimentos de vultuosidade no ano de 1922 e que possuem uma relevância de significado nesse contexto. Inicialmente, as insatisfações contra a ordem oligárquica e as condições da política brasileira⁴⁸, encontraram espaço de expressão pelo viés artístico, com a

⁴⁸ Segundo Barros (2005), o pacto governamental da política do “café com leite” era caracterizado pela corrupção do poder, fraudes eleitorais e pelo exercício da dominação oligárquica. É justamente em relação a esses acontecimentos que se colocava a insatisfação desses setores populares, que aliado às pautas liberais, assume uma maior expressão nas reivindicações do Tenentismo.

realização da Semana de Arte Moderna entre os dias 11 e 18 de Fevereiro em São Paulo. Esse evento representa uma mudança nos padrões culturais e artísticos que passam da Vanguarda para o Modernismo. O protagonismo do nascente movimento operário marca o segundo evento importante desse ano, mediante a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) aos 22 de Março. O terceiro acontecimento assume um caráter peculiar por ter a iniciativa de uma instituição governamental, as forças armadas, mediante a eclosão do Tenentismo aos 5 de Julho, que marca a irrupção desse movimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que se colocava nesse momento um desejo de mudança, uma vez que segundo Viviani (2009), as transformações estruturais no início do século encontravam entraves com a manutenção do modelo agrário-exportador e na forma política das oligarquias regionais. “[...] O que esses setores ‘subversivos’ tinham nítido era a necessidade de mudança, mas ainda não havia clareza de como se construir os alicerces da modernidade brasileira” (VIVIANI, 2009, p.55).

Cabe aqui enfatizar que embora os movimentos militares e as oligarquias dissidentes se caracterizassem como movimentos paralelos e que apresentassem como finalidade a contestação ao modelo político da primeira república, esses movimentos não possuíam os mesmos determinantes ideológicos e políticos. Conforme explica Forjaz (1976),

De um lado a dignidade e honra das Forças Armadas enquanto guardiãs das instituições republicanas, ofendidas pelos “políticos” e “homens do poder”. De outro as tensões regionais das oligarquias dominantes, ou seja, os protestos dos setores oligárquicos não-vinculados diretamente ao café, porém integralmente participantes das estruturas de poder típicas da Primeira República. Oligarquias dissidentes que utilizam em sua luta pelo poder uma insatisfação militar de caráter corporativo, aguçada por uma grande coesão grupal (FORJAZ, 1976, p.1).

Nesse sentido, o momento era de um clima revolucionário e de insatisfações, mas ainda não havia uma força dirigente para a organização do processo. Considerando o contexto de crise político-social que perpassava o país, os militares insatisfeitos passaram a assumir um protagonismo importante enquanto atores para a contestação.

Os tenentes reuniram uma série de condições específicas, que lhes **permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados**. Além de disporem de armas, estavam organizados numa instituição de caráter nacional - o Exército - fato diferencial dos demais setores populacionais, que estavam desarticulados e não possuíam meios de contestação ao governo. Além disso, os tenentes eram majoritários dentro do Exército, como tinham um nível cultural acima da média do país, o que lhes facilitava a possibilidade de liderança (BARROS, C. 2005, p.12, grifos nossos).

Considerando essas condições que lhes eram favoráveis, os militares rebeldes passam a articular os levantes armados. A historiografia que retrata esse período considera que o marco inicial dos levantes tenentistas ocorreu a partir do início da década de 1920, no momento da crise da República Oligárquica.

2.3. O Tenentismo: protagonismo da baixa patente

O Tenentismo caracteriza-se como um movimento fortemente marcado pelo protagonismo dos jovens militares do exército de baixa patente⁴⁹, em especial os tenentes, que conduziam esse movimento armado e que o consideravam como um meio de expressar as insatisfações com a situação política do Brasil. Nesse sentido, a análise do tenentismo será exposta enquanto um processo, que se constitui pelos levantes militares que ocorreram entre o período de 1922 a 1935.

Schwartzman (1982) observa que os primeiros surtos de rebeldia contra a ordem estabelecida partiram de jovens do Exército e da Marinha, inspirados pelo fervor patriótico das corporações militares e pelas responsabilidades por estas assumidas. No entanto, esse movimento foi deflagrado sem a necessária articulação com elementos civis e, sobretudo, com as forças políticas que poderiam mobilizar maiores recursos de ação.

⁴⁹ A hierarquia dos postos e graduações do Exército brasileiro possui cinco subdivisões, classificadas em ordem decrescente: Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Intermediários, Oficiais Subalternos e Graduados. Segundo essa ordem e quando comparados aos militares de alta patente, os Tenentes classificam-se como oficiais subalternos. Fonte: Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>. Acesso em: 19/12/2018.

A partir da revisão bibliográfica que realizamos nessa pesquisa, é possível visualizar na maior parte da literatura sobre o tenentismo que os levantes são considerados como um movimento revolucionário, embora apareça paralelamente o reconhecimento de que o projeto defendido pelo movimento foi reformista. Entre os interlocutores com os quais estabelecemos diálogo, nas análises clássicas de Sodré (1968,1981,1985), os tenentes assumem o protagonismo de revolucionários, embora a ideologia do movimento seja considerada como “[...] pequeno-burguesa; reformista, colocada no plano ético” (SODRÉ, 1981, p. 56). A partir do pensamento de Virgínio Santa Rosa, também Saes (2009) considera a ação do tenentismo como nacionalista e revolucionária. Ferreira e Pinto (2006) tratam o movimento como rebelde e revoltoso, mas também consideram que a fase da Coluna Prestes foi propagadora da revolução. Forjaz (1983) também faz alusão ao movimento dos tenentes nas suas análises como revolucionário.

Considerando a concepção gramsciana, as revoluções passivas têm como característica central a mudança gradual e progressiva a partir de ondas reformistas, que mudam a ordem política molecularmente, conservando as antigas classes no poder, portanto, o período varguista foi revolucionário no sentido da modernização da base econômica e na superação de alguns entraves políticos para a constituição de um governo liberal, mas as mudanças ocorreram no interior de uma revolução passiva, sem o protagonismo das massas e sem alteração significativa das relações de classes. Este cenário não significa, portanto, que não haviam movimentos vindos de baixo, como o tenentismo, mas que eles foram absorvidos pela ordem.

Na historiografia que se produziu sobre os levantes tenentistas observamos que há um ponto comum ao considerá-lo como um movimento que não possuía uma estrutura definida, um programa, tampouco um projeto de sociedade a ser implantado.

O primeiro e maior objetivo dos tenentes nos anos 20 era, sem dúvida, a derrubada do governo. Mas suas formulações não deixavam muito claro que tipo de governo eles pretendiam implantar. Talvez porque nem eles mesmos tivessem clareza do que desejavam: seus programas apresentavam apenas ideias gerais, pois acreditavam mais na importância de sua ação. Esta sim, achavam eles, salvaria o país (MOREIRA, CPDOC/FGV).

Vale salientar que os levantes tenentistas manifestavam-se em oposição ao Governo Federal, o que se pretendia alcançar claramente era a derrubada do governo Artur Bernardes. Embora se opusessem à política da República Oligárquica, em razão das fraudes e da não satisfação dos interesses das classes médias, não propunham uma mudança política radical a ponto de construir de fato um movimento revolucionário. As insatisfações políticas refletidas pelos militares no tenentismo, segundo Sodré (1985), estão articuladas, em síntese, em torno do objetivo de purificar o regime e republicanizar a república. O que se objetivava eram mudanças políticas que não viessem a alterar a estrutura da sociedade, mas expressavam os anseios de projetos reformistas.

Nesse sentido, compreende-se que o movimento tenentista questionava o sistema político a partir das alianças oligárquicas, mas sem tocar nos seus determinantes, noutros termos, defendia uma reforma política por dentro da ordem sem criticar as relações sociais que estruturam a ordem da nascente sociedade capitalista.

A partir do movimento de alteração do padrão de dominação vigente, é possível perceber que o corpo militar não possuía uma composição homogênea. Este é um dos motivos que explica a irrupção do Tenentismo, uma vez que o Exército expressava os interesses da ordem e o tenentismo passa a expressar os interesses das classes médias, ainda que com forte cariz de dependência das oligarquias. Assim, embora o Tenentismo tenha se constituído como um movimento que emerge do interior da casta militar, mais especificamente do Exército, passa a expressar interesses que se contrapõem a ordem oligárquica vigente. Por isto, Fausto (1987) o define como um movimento política e ideologicamente difuso, de caráter predominante militar e que carrega tendências reformistas autoritárias.

Nesse sentido, conforme aponta Viviani (2009), o tenentismo se constitui como fruto da modernização social e institucional, ao interagir com o momento histórico, buscou compreender os dilemas da época e se constituiu no ator político desse processo.

[...] as transformações em curso na sociedade brasileira entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, proporcionaram mudanças estruturais que, consequentemente, afetaram as instituições e as formas de atuação de seus atores -

dentre os quais as forças armadas, principalmente o exército (VIVIANI, 2009, p.12).

Desse modo, considera-se que o tenentismo está para além da institucionalidade da patente militar nas forças armadas. Apesar do grupo emergir das instituições dos militares, transcende esse espaço e passa a se constituir como grupo político, constitui-se politicamente como intelectual coletivo.

O referido processo de modernização da sociedade brasileira, a partir de uma articulação pelo “alto”, reflete-se na cultura brasileira e consequentemente o movimento tenentista carrega os traços desse contexto particular. É justamente em relação a esse processo que consiste a particularidade da intelectualidade brasileira, como indica Coutinho (2011),

[...] não é possível compreender a problemática da cultura brasileira sem examinar **algumas características da nossa intelectualidade, ligadas ao modo específico do desenvolvimento social em nosso país** – e desembocam numa perspectiva: **a maneira pela qual a "questão cultural" se resolverá no futuro imediato vai depender, em medida não desprezível, da resolução dos complexos problemas colocados pela renovação democrática e social de nosso país**” (COUTINHO, 2011, p.35, grifo nosso).

Nesse sentido, e no nosso entendimento, o tenentismo é manifestação das contradições da particularidade dos processos da formação social brasileira que se expressa no rearranjo da hegemonia dos setores dominantes. Pode-se dizer que entre os elementos desse legado destaca-se a falta da participação dos setores subalternos de maneira ativa.

É importante destacar que, ao passo em que a sociedade brasileira vivenciava o início do processo de transição capitalista, o exército passava por um processo de modernização interna no tocante à formação. Segundo Viviani (2009), as alterações organizacionais, entre o final do século XIX e início do século XX, irromperam vários setores nas forças armadas, que passariam a visualizar formas diferenciadas de intervenção política, entre elas o movimento tenentista.

Nos anos finais do século XIX, a formação na Escola Militar da Praia Vermelha⁵⁰ era marcadamente baseada na teoria positivista de Benjamin Constant.

⁵⁰ Segundo os dados históricos da Fundação Getúlio Vargas, a Escola Militar da Praia Vermelha, também denominada de Escola da Mocidade Militar, passou a monopolizar todos os estudos militares

A partir do século XX, no processo de modernização da formação militar, o ensino passou a ser direcionado ao formato técnico profissionalizante, conforme aponta Viviani (2009), sob a influência estrangeira da Alemanha e da França⁵¹, com a finalidade de alterar o comportamento político das forças armadas.

A partir das características que se revelam nessa pesquisa em torno do Tenentismo, é importante chamar atenção para a percepção de que o movimento inaugura um elemento de estratégia de ação, uma vez que se organiza por levantes e revela a aplicação direta de táticas de guerra na luta política, isto é, se manifesta como uma “guerra de movimento”⁵². Ao tempo em que introduz o elemento de inovação, vai conservando.

Nos estudos realizados sobre esse período é evidente que as classes sociais assumem uma relevância nos argumentos sobre a representação de interesses que o tenentismo expressava. Em sua maioria, indicam que os militares carregavam um conteúdo ético e político que expressavam os interesses das camadas médias.

O Exército era (e é) **recrutado prioritariamente nos setores médios da população** (a oficialidade) e quanto a esse fato há **unanimidade na sociologia brasileira**. As divergências são muitas, no entanto, no *approach* teórico com que as "classes médias" ou "camadas médias" são abordadas pela literatura sociológica (FORJAZ, 1983, p. 5, grifo nosso).

superiores, inclusive os de engenharia militar desde o período do final do Império. Desse modo, tornou-se uma instituição defensora dos ideais republicanos no interior do Exército, apoiando as posições políticas de Benjamin Constant. No início do século XX, os alunos que, em sua quase totalidade, aderiram a tentativa de golpe de Estado contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), foram presos e expulsos do Exército, e a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada.

⁵¹ Conforme aponta Viviani (2009), a influência Alemã decorre da atuação dos “jovens turcos”, quando oficiais brasileiros voltaram de um estágio realizado no exército alemão e buscaram difundir os conhecimentos adquiridos na Europa defendendo um exército profissional e uma ação modernizante às fileiras da instituição. Já a Missão Militar Francesa (MMF) teve como ação principal a formação de bons oficiais de Estado-Maior, com grande impacto sobre o exército e proporcionando maior controle hierárquico da instituição. O referido Estado é o órgão formulador e centralizador da política de defesa nacional e foi de suma importância para a formação de altos escalões. Nesse sentido, observa-se que essa busca pela profissionalização do Exército tinha como finalidade acabar com as intervenções política dos militares.

⁵² Em Gramsci, a guerra de movimento é considerada como “[...] o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais, sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não se podem tornar ‘trincheira ou fortaleza’.” (GRAMSCI, CC 7, §16, p. 261). Nesse sentido, pode-se dizer que é própria das sociedades que não são desenvolvidas como as ocidentais e que possui traços de semelhança com a realidade brasileira no momento de eclosão do Tenentismo. No CC7 §138 esse conceito aparece indicando que “[...] na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado [...]” Desse modo, pode-se caracterizar como uma forma de ação política no momento da revolução burguesa e de formação do estado nacional.

Considerando as análises realizadas sobre o movimento dos tenentes por Werneck Sodré, nas quais trata especificamente sobre o tema na obra *O tenentismo*, concordamos com a formulação que aponta o movimento militar como sendo uma vanguarda da burguesia.

O tenentismo assinala, no Brasil, **a pequena burguesia exercendo a hegemonia no processo de mudança, como vanguarda de uma burguesia que vinha ascendendo lentamente e que temia romper com a classe dominante tradicional**, de senhores-de-terras [sic!], os latifúndios e que não se sentia ainda ameaçada pelo imperialismo, vendo nele um aliado, para os momentos difíceis, com o qual teria de se compor, em troca embora de concessões. [...] os jovens oficiais, acompanhados por alguns altos chefes no primeiro instante, **representavam o pensamento político e os anseios de mudança da pequena burguesia** a que pertenciam e não tinham consciência, como sempre acontece, de que interpretavam, como vanguarda, o **movimento da burguesia ascensional** (SODRÉ, 1985, p. 52-53).

Nesse sentido, compreende-se que o movimento armado representou as necessidades e os interesses da pequena burguesia e da classe média⁵³ brasileira, que não estavam vinculadas aos setores oligárquicos dominantes da república velha. Em concordância com a análise de Saes (2009), a pequena-burguesia, considerada enquanto um grupo social progressista estava representada na ação revolucionária dos tenentes.

É importante salientar que as reivindicações dos militares centravam-se em torno de pautas liberais e burguesas, tais como: o voto secreto, a independência do Judiciário e um recrudescimento do papel do Estado. Segundo Pandolfi (2004), os militares reivindicavam um papel mais relevante para o Exército e defendiam bandeiras como a reforma agrária, a educação pública obrigatória e o voto secreto.

⁵³ Cabe aqui apresentar o que entendemos por classe média, segundo a tradição marxista, expressa em Cavalcante (2018). Conforme aponta o autor, “A pequena-burguesia, tal como apreendida pelo marxismo, apresenta uma relação de *dependência indireta e externa* em relação ao grande capital. Tradicionalmente vista como “classe em transição”, difere da “nova” classe média que se forma nos quadros das empresas e do Estado e que, portanto, estabelece uma relação de *interioridade* com o desenvolvimento capitalista” (Cavalcante, 2018, p. 108). Ademais, é importante salientar que ao analisarmos a classe média na primeira república, segundo Forjaz (1983), independentemente de sua função no sistema produtivo, é necessário considerar que esses setores médios são vinculados as elites, o que os torna apêndice dos grupos dominantes. Foge da intenção desta pesquisa uma análise mais detida acerca da discussão das classes médias, uma vez que dado os limites deste trabalho, não seria viável o estudo aprofundado dessa categoria. Para mais informações Cf. Cavalcante, 2018; Pochmann, 2014.

[...] Na oposição desde 1922, os ‘tenentes’ se definiam como antioligárquicos e insistiam na necessidade de reformas político-administrativas. Além da moralidade das instituições, propunham, entre outras medidas, a educação pública obrigatória, a adoção do voto secreto e o redimensionamento do papel do Exército na sociedade (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1987, p.6).

Neste aspecto, os tenentes estavam intrinsecamente relacionados às novas classes progressistas do capitalismo, das frações burguesas. Caracterizam-se, contudo, como intelectuais de uma burguesia emergente dependente do Estado. Neste sentido, torna-se evidente que os tenentes se insurgiam contra a ordem oligárquica, julgada ultrapassada, mas sem o objetivo de ruptura da ordem social.

Na pesquisa, verificamos que as reivindicações dos militares também se constituíam em torno de processos decisórios, a exemplo das eleições, uma vez que em 1920 a Constituição só permitia que uma parte ínfima da população participasse do governo de maneira representativa. A maioria da população apta a votar sequer possuía o direito ao voto, conforme aponta os dados da tabela abaixo, adaptados de Carvalho (2003):

Tabela 01- População apta a votar em 1920

População	Números
Total	30.635.605
Menos analfabetos, sobram	7.493.357
Menos as mulheres, sobram	4.470.068
Menos os estrangeiros, sobram	3.891.640
Menos os menores de 15 anos, sobram	3.218.243

Fonte: Adaptado de Carvalho (2003)

Como se pode visualizar na tabela acima, a população votante contemplada na carta constitucional era reduzida a cerca de 10% do total. Segundo Carvalho (2003), a Constituição excluía os analfabetos, estrangeiros e menores de 21 anos do

direito ao voto. As mulheres não chegavam a ser mencionadas⁵⁴, pois eram tradicionalmente excluídas.

No livro *Memórias de um Soldado*, Sodré (1967) descreve relatos do período em que pertencia ao segmento militar e da sua vivência nos levantes que serão analisados. Ao referir-se ao recrutamento dos militares, revela que

[...] ao tempo de meus avós, a carreira militar não tinha *status* social; as famílias, a paterna como a materna, ambas da província do Rio de Janeiro, estavam ligadas à terra – eram famílias proprietárias. Ao tempo, **a carreira das armas era refúgio de classe média**, e eles pertenciam à classe superior (SODRÉ, 1967, p. 2).

Portanto, o tenentismo apresenta-se como um movimento de classe média, constituía-se inicialmente num movimento restrito às corporações militares, posteriormente passa a atuar politicamente na sociedade civil através de aliança com os políticos de oposição.

[...] Na pequena burguesia recrutavam os seus elementos duas instituições que teriam papel destacado em nossa formação histórica, **a Igreja e o Exército**. Padres e militares como intelectuais, haviam sido figuras destacadas [...] **Se com o passar dos tempos, declina o papel dos padres nas lutas políticas, o dos militares cresce**. Daí por diante, estarão presentes nos episódios principais da história brasileira. Intimamente inseridos na sociedade acompanhando as suas contradições, **ora refletem as pressões da origem de classe, a pequena burguesia, ora refletem as pressões da classe dominante, como braço armado do aparelho de Estado** (SODRÉ, 1985, p. 12, grifo nosso).

Considerando a perspectiva de classe que assume espaço de expressão no Tenentismo, buscaremos entender o protagonismo dos militares como intelectuais no sentido gramsciano.

É importante notar que, para Gramsci, os intelectuais orgânicos vinculados ao proletariado, diferente dos que estavam vinculados à burguesia, deveriam organizar os subalternos para a luta pela libertação da exploração, o que exigiria a construção

⁵⁴ Apesar de haver resistência e luta pelo direito ao voto, por parte das mulheres, desde 1891. Esse direito só veio a ser assegurado em 24 de Fevereiro de 1932. Para maiores informações, Cf.: <http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1>.

de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses das classes dominadas. Os intelectuais orgânicos da burguesia nas condições da revolução passiva, no entanto, carregam um conteúdo conservador, já que são agentes das mudanças moleculares no interior da ordem. De acordo com Martins,

[...] os intelectuais orgânicos à classe dominante e dirigente do modo de vida capitalista são conservadores, porque assumem como função primordial promover a reprodução do modo de vida social ao nível da subjetividade, da intersubjetividade e da prática social, os intelectuais orgânicos às classes subalternas têm outra função, a revolucionária: formular, disseminar e consolidar na dinâmica da vida social uma visão de mundo que seja capaz de se tornar força social como potencial suficiente para promover concretamente a transformação radical do modo de vida. (MARTINS, 2011, p. 145)

É importante ressaltar que ao tratar dos intelectuais orgânicos, Gramsci refere-se às classes sociais fundamentais do capitalismo, isto é, burgueses e trabalhadores. Do mesmo modo que as classes subalternas devem formar intelectuais orgânicos, a burguesia também o faz. Os tenentes não eram intelectuais das classes populares subalternas, mas das classes médias, dependentes das oligarquias. Os tenentes expressam uma nova ordem no Brasil e carregam em seu seio as contradições próprias desta ordem, isto é, do novo que se apoia no velho para nascer.

O tenentismo não escapou a tal característica: como vanguarda do processo político de ascensão burguesa, em nosso país, conseqüente do alastramento e aprofundamento aqui das relações capitalistas, pretendeu-se sempre purificar o regime republicano, despojá-lo dos desvios, dos erros, dos desmandos que a realidade brasileira lhe impusera, restituí-lo à essência teórica, aos princípios contidos na letra das leis – à ideologia, em suma (SODRÉ, 1981, p.55).

A partir das teses com as quais se estabelece o diálogo nessa pesquisa, consideramos que as análises de Sodré (1968; 1981; 1985) são as que mais se aproximam da realidade concreta e do objeto em questão. Esse estudo considera que o movimento tenentista tem origem a partir dos setores médios urbanos, isto é, na pequena burguesia e assume a representação dos interesses e reivindicações desses setores.

Para entendermos o processamento do Tenentismo, as suas reivindicações e os seus líderes, as páginas que se seguem apresentam uma divisão metodológica em torno dos principais levantes que constituem esse movimento armado.

2.3.1. O levante Tenentista de 1922

O contexto político do início da ação dos militares rebeldes foi marcado pela campanha sucessória de Epitácio Pessoa. Após o episódio da prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, os militares contrários ao governo que já se articulavam em conspirações decidiram-se pelo confronto que deu início aos levantes Tenentistas.

Segundo Aarão Reis Filho (2014), o primeiro levante dos tenentes eclodiu na madrugada de 5 de Julho de 1922 no Forte de Copacabana. Uma dezena de oficiais concentravam-se sob o comando de Euclides Fonseca, filho de Hermes, para onde se dirigiram duas lideranças: Siqueira Campos⁵⁵ e Eduardo Gomes. Conforme descreve o autor,

Copacabana amanheceu ouvindo os tiros de canhão do Forte, que marcavam o desencadeamento da revolta. Segundo estimativas, estavam ali em torno de trezentos militares, entre oficiais e soldados. O Forte foi logo cercado por tropas legalistas e intimado a render-se. Cortaram-lhe as comunicações e o fornecimento de água e luz. Dando início às palavras, o ministro da Guerra enviou um representante para negociar. Mas os revoltosos pareciam firmes: prenderam o emissário (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.17).

A Vila Militar, que concentrava o principal lugar das conspirações, não se manifestou mediante o soar dos canhões do Forte. Conforme o combinado nas

⁵⁵ Antônio de Siqueira Campos nasceu em 1898 em Rio Claro- SP, concluiu o curso da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1918. Tornou-se um dos líderes da revolta do Forte de Copacabana, em julho de 1922 no Rio de Janeiro, que deu início aos levantes tenentistas. Após esses levantes, foi preso e exilado no Uruguai. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1924, sublevando uma guarnição do Rio Grande do Sul, juntando-se ao grupo de rebeldes liderado por Prestes, foi possível assumir o comando de um dos destacamentos da Coluna. Após a internação da Coluna na Bolívia, Siqueira Campos fixou-se em Buenos Aires e dedicou-se a integrar os brasileiros revolucionários que estavam exilados na Argentina e no Uruguai. Morreu em maio de 1930. [Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/siqueira_campos Acesso em : 21/11/2018.

conspirações, a Escola Militar do Realengo revoltou-se sob o comando do Coronel Xavier de Brito⁵⁶, e o plano era que os cadetes marchassem para a Vila Militar. Esta, por sua vez, não aderiu ao movimento como o combinado e recebeu os revoltosos a tiros. Ao perceber que a continuidade desse movimento ameaçava a sobrevivência de todos, Xavier de Brito ordenou que voltassem à Escola, fracassando essa tentativa rebelde. Nesse movimento, alguns cadetes foram presos e foram cortados das suas carreiras.

De sorte que os revoltosos do Forte de Copacabana ficaram isolados. E cercados. No dia 6, o cerco apertou-se, por terra e por mar [...] Os legalistas fizeram ver que a derrota da revolta era inevitável. Euclides da Fonseca saiu para negociar. Foi preso. A essa altura o entusiasmo dera lugar à apreensão e ao medo. Siqueira Campos reuniu os revoltosos e liberou os que não quisessem continuar. A grande maioria não se fez esperar, os trezentos viraram 27, uma debandada. Sobraram quatro oficiais (tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Carpenter), três graduados, dezesseis soldados e quatro civis. O próprio Euclides, por telefone, incitava os rebeldes a se renderem. Veio um ultimato: teriam que sair, um a um, desarmados, e se render à tropa legalista mais próxima. A situação era desesperadora. Os 27 do Forte decidiram então tomar uma resolução heroica, completamente estranha à tradição militar brasileira. Saiam armados e combateriam até a morte. Dividiram a bandeira do Forte em 28 pedaços (a Siqueira Campos couberam dois, o seu e o de Euclides) e foram para a rua (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.17-18).

Ao retomarem o confronto, apenas nove continuaram em combate e um civil que aderiu ao movimento. Oito morreram, os únicos que escaparam desse levante gravemente feridos foram: Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Após esse

⁵⁶ João Maria Xavier de Brito Júnior é natural de Alegrete (RS), nascido no dia 21 de janeiro de 1866, filho de tenente e engenheiro, iniciou a carreira militar aos 17 anos de idade. Após a convocação para combater a Revolução Federalista, que eclodira no Rio Grande do Sul, foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia, aquartelado em Santa Cruz no Distrito Federal. Nesse regimento, marchou em fevereiro de 1897 para Canudos, para cumprir com o objetivo do governo federal de derrotar o movimento popular rebelde de caráter messiânico, liderado por Antônio Conselheiro, em razão de ter sido gravemente ferido, abandonou o campo antes da ofensiva final contra os revoltosos. Em 1922 quando iniciaram as conspirações de Julho, já havia sido promovido a coronel e ocupava o cargo de diretor da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra de Realengo. O coronel aderiu ao plano revolucionário, propondo-se a encabeçar o levante da Escola Militar, uma vez que era o mais graduado dos revoltosos deste estabelecimento. O plano da revolta contava com a ação conjunta das forças da Escola Militar, da Vila Militar e do Forte de Copacabana. (PANTOJA, S. CPDOC/FGV) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-maria-xavier-de-brito-junior>. Acesso em: 03/01/2019.

acontecimento a maioria dos militares praças e oficiais se dispersou e buscou novas alternativas de trabalho.

A partir da análise de Aarão Reis Filho (2014) sobre esse movimento, há uma crítica no tocante à caracterização reproduzida popularmente como “Os dezoito do Forte de Copacabana”.

A pesquisa minuciosa da saga por Hélio Silva, baseada em arquivos do Exército, em especial do hospital que acolheu feridos e mortos, elucidou a trama. Os “Dezoito do Forte” que passaram à história foram criados pela *Gazeta de Notícias* que, no dia seguinte, em manchete, divulgou o número. Por ter caído no gosto do público, a preguiça intelectual encarregou-se de repeti-lo à exaustão. O resultado, como quase sempre, foi que a lenda se converteu em história (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.18).

O movimento do Forte de Copacabana ainda estava em seu nascedouro, quando foi anunciado como derrotado, integralizando um dia de duração. A guarnição do Forte reduziu-se a um pequeno grupo, tendo como liderança a figura do Capitão Euclides Hermes da Fonseca como símbolo para obter adesões. A maior parte dos praças e oficiais escolheu pela desistência e abandonou o reforço ao movimento.

Esse levante foi organizado a partir da rebeldia do Exército no Rio de Janeiro, que estava centrado na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana, e a guarnição do Mato Grosso, que era comandada por parentes de Hermes da Fonseca. Os postos dos oficiais que participaram do movimento de 1922 estavam classificados conforme a tabela abaixo:

Tabela 02- Quantidade de oficiais no Movimento de 1922

Aspirantes	02
Segundos-tenentes	09
Primeiros-tenentes	09
Capitães	07
Majores	01
Tenentes-coronéis	01
Coronéis	03
Generais	01
TOTAL	33

Fonte: Adaptado de Carvalho, 2005.

Como se pode observar nos dados acima apresentados por Carvalho (2005), o levante foi constituído majoritariamente por oficiais jovens e tenentes, o que levou a caracterizar o movimento como “tenentista”. Embora os militares de outras patentes tenham participado do movimento, o número total da tropa pode ser considerado baixo para a proposta do levante.

Entre os personagens que assumiram um maior protagonismo nos levantes tenentistas da década de 1920, destacam-se as figuras de Luiz Carlos Prestes⁵⁷, Miguel Costa⁵⁸, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros⁵⁹, Juarez Távora⁶⁰, entre outros.

⁵⁷ Em 1922, após a conclusão do curso de Engenharia na Escola Militar do Realengo, Prestes participou das reuniões preparatórias para o levante contra o governo federal, desencadeadas a partir de 5 de Julho e que deu início ao ciclo de revoltas Tenentistas. No momento do estopim desses levantes, Prestes não participou ativamente em razão de encontrar-se acamado no momento da revolta. Ainda em 1922, Prestes foi transferido para o batalhão ferroviário de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Miguel Crispim da Costa Rodrigues é natural de Buenos Aires, nascido em 1874. Transferiu-se para o Brasil ainda criança e naturalizou-se brasileiro anos mais tarde. Constituiu-se militar e iniciou a carreira como soldado da Força Pública do Estado de São Paulo, instituição que durante a República Velha possuía efetivos comparáveis aos do Exército. Nela, atingiu o posto de oficial da cavalaria. Participou dos levantes tenentistas de 1924 em São Paulo e da Coluna Prestes. Nesta última, dividiu a liderança dos rebeldes juntamente com Luís Carlos Prestes. Em 1930, apoiou o movimento que derrubou o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. No entanto, nos anos que se seguiram a ascensão de Vargas, afastou-se gradualmente. Em 1935, aderiu à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia, além dos socialistas e comunistas, os tenentes descontentes com os rumos da Revolução de 1930 e outros setores de esquerda. Faleceu em 1959, em São Paulo-SP. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel_costa. Acesso em: 26/06/2019.

Nos dados do quadro abaixo, Carvalho (2005), apresenta as principais intervenções militares que ocorreram na Primeira República,

Quadro 01- Intervenções militares no período entre 1889-1930

Força	Principal Grupo Envolvido	1889	1891	1892	1893	1895	1897	1904	1910	1915	1922	1924	1930
Exército	Oficiais superiores			X									x
	Oficiais Inferiores	X				X	X	X			X	X	x
Marinha	Praças			X						x			
	Oficiais		X	X	X							x	x
	Praças		X						X				
Exército						Marinha							
1889: Proclamação da República 1892: Revolta do Sargento Silvino 1895: Revolta da Escola Militar 1897: Idem 1904: Idem 1915: Revolta dos sargentos 1922: Revolta tenentista 1924: Idem 1930: Idem						1891: Revolta da Esquadra 1891: Revolta do “Primeiro de Março” 1892: Manifesto dos 12 generais; 1893: Revolta da Armada; 1910: Revolta dos Marinheiros 1924 Revoltas de Protógenes Guimarães e Hercolino Cascardo 1930: Movimento Pacificador							

Fonte: Adaptado de Carvalho (2005)

⁵⁹ João Alberto Lins de Barros era Militar, ingressou na Escola Militar do Realengo - RJ, em 1919. Participou da preparação do primeiro levante tenentista, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, embora não tenha tomado parte na insurreição propriamente dita. Participou ativamente dos levantes de 1924 e da Coluna Prestes, na qual desempenhou papel de relevo como comandante de um dos quatro destacamentos em que se dividia o exército rebelde. Dedicou-se a preparação do movimento revolucionário que derrubou o presidente Washington Luís em outubro de 1930, impedindo a posse do candidato eleito, o paulista Júlio Prestes. Com o novo regime, foi nomeado por Vargas delegado militar da revolução e, posteriormente, interventor federal no estado de São Paulo. Em 1935, recusou convite feito por Luís Carlos Prestes para ingressar na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Faleceu em 1955, no Rio de Janeiro. Fonte: Biografias CPDOC/FGV. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao_alberto > Acesso em: 26/06/2019

⁶⁰ Juarez Távora cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Participou dos levantes armados deflagrados contra o governo federal em 1922 e 1924. Juarez uniu-se aos remanescentes do levante Paulista no Rio Grande do Sul e passou a constituir a Coluna Prestes, na qual desempenhou papel de destaque no seu comando, até ser preso nos arredores de Teresina (PI), no início de 1926. Em 1929 exilou-se na Argentina e continuou a desenvolver atividade conspirativa. Em fevereiro de 1930, de volta ao Brasil, participou do movimento para a deposição de Washington Luís e assumiu cargos em ministérios, chefias e direções no governo Vargas, uma vez que o seu prestígio junto ao governo federal era considerável neste momento.

No quadro acima se pode visualizar que o maior número de intervenções do Exército foi realizada por oficiais inferiores, entre os quais encontram-se tenentes. Principalmente, no período do Tenentismo que compreende de 1922 a 1930.

A nossa pesquisa demonstra que o movimento Tenentista passou por três fases bem definidas:

Na primeira, os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão-somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, finalmente, o vínculo será com a oposição federal, a propósito de problemas de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando como coroamento a Revolução de 1930 (SODRÉ, 1981, p. 60).

Nesse sentido, os movimentos armados denominados de Tenentismo constituem um longo processo de levantes e conspirações que se inicia em 1922, mas não se restringe à rebeldia do forte de Copacabana. Como veremos a seguir, esse processo desborda em novos movimentos que se espalham por todo o Brasil nas décadas que sucedem, perpassa pela revolta paulista de 1924 e culmina com a Aliança Nacional Libertadora.

Após o episódio do Forte de Copacabana, ocorreram prisões e afastamento dos militares como tentativa de anular as suas lideranças, mas acontece o inverso e o movimento ganha uma nova efervescência. Após o levante de 1922, os militares iniciam novas conspirações e preparações para o próximo levante contra o governo.

2.3.2. O levante Paulista de 1924

O segundo levante tenentista, sob a liderança do Capitão Joaquim Távara⁶¹, ocorreu na madrugada do dia 5 de Julho de 1924. A população paulista foi

⁶¹ O general da reserva Isidoro Dias Lopes havia sido nomeado para liderar os militares revoltosos, em razão da hierarquia própria da estrutura militarismo e do respeito à sua idade. No entanto, Joaquim Távara foi quem de fato liderou esse movimento.

surpreendida com o soar dos canhões e bombas em direção ao palácio do governo. Nesta data completava-se dois anos do primeiro levante, como forma de homenagem aos companheiros que haviam sido assassinados em 1922.

A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar dos tenentes conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do governo que não distinguia rebeldes dos civis os tenentes resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo onde também eclodiam revoltas. (FERREIRA; PINTO, 2006, p.13)

Os militares rebeldes resistiram na cidade de São Paulo durante um período de três semanas, com o objetivo de alcançar a deposição do presidente Artur Bernardes e tinham uma pauta de reivindicações semelhante à de 1922.

Os rebeldes pretendiam substituir Bernardes por um político capaz de “moralizar os costumes políticos”. Lutava-se pelas mesmas demandas de caráter liberal já levantadas em 1922: além do voto secreto, “representação e justiça”, moralização dos costumes políticos e, de uma maneira geral, o cumprimento dos preceitos liberais da Constituição de 1891 (PRESTES, 2006, p. 16-17).

O principal foco do segundo levante era a cidade de São Paulo, por isso também denominada de Revolta Paulistana⁶², e posteriormente desejava-se eclodir em outras cidades e Estados, conforme as articulações que resultaram dos primeiros levantes. Embora essa segunda tentativa tenha assumido proporções maiores e surtido um maior efeito em relação à primeira.

O segundo 5 de Julho, o de 1924, teve dimensão muito maior do que o primeiro, o que ficara marcado pelo sacrifício heroico dos 18 do Forte de Copacabana [...] os efetivos militares empenhados na revolta eram muito mais importantes do que ocorrera antes. Entre o

⁶² Romani (2011) aponta que apesar desse movimento ter ocorrido em São Paulo, não recebeu a importância que deveria e a história contada pelos paulistas, que não a reconhece como a sua revolução. Nos termos do próprio autor, “a história oficial contada pelos paulistas não a reconhece como sua revolução, pois o governo estadual e a burguesia daquela época não a apoiaram. ‘Revolta de militares’, ‘quartelada’, contou com um ingrediente que desagradou bastante à velha aristocracia bandeirante: a adesão do proletariado. E além de tudo, uma grande quantidade de imigrantes pegou em armas. Nesses termos foi preferível esquecê-la; afinal a burguesia paulistana, anos depois, protagonizou a sua própria revolução” (ROMANI, 2011, p. 163).

dia 5 e o dia 28, quando os revoltosos decidem abandonar a cidade de São Paulo e retrair para o sul do país, a crise militar alcançou sua dimensão máxima (SODRÉ, 1985, p.29-30).

O surgimento da rebelião na cidade de São Paulo estava voltado para o controle da segunda cidade do país - à época - e do seu maior parque industrial, onde se concentrava uma significativa massa operária. A princípio esse movimento aparentava alcançar sucesso, no entanto, o governo lançou uma contraofensiva e dispersou os outros motins de revoltosos que se organizavam no país, tornando-os limitados a cidade de São Paulo.

Segundo Barros (2005), esse movimento também é perpassado por dissensões internas entre os militares do tenentismo. O destino da “revolução” colocava-se em disputa entre duas importantes figuras do movimento: general Isidoro Dias Lopes e o major Miguel Costa. O primeiro defendia a ideia de levar o movimento para fora do Estado de São Paulo e manter vivo o desejo revolucionário, de modo que diminuísse o risco aos rebeldes e poupasse a sociedade civil de São Paulo. Já o segundo, defendia que a cidade de São Paulo não fosse abandonada e que a luta continuasse.

Aos 19 de Julho de 1924 morre Joaquim Távora em combate, fato que influenciou a decisão do movimento tenentista retirar-se de São Paulo. A permanência na cidade ficara mais difícil, fazendo-se necessário reconhecer a imposição das forças legalistas nesse momento. Diante dessa decisão, os rebeldes começaram a retirar-se de São Paulo rumo ao Sudoeste do Brasil, chegando ao Paraná em Setembro de 1924. O Exército do Rio Grande do Sul já estava em processo de conspiração para apoiar os Paulistas.

Antes de saírem da cidade, os rebeldes evidenciariam mais uma vez suas concepções, num último manifesto, assinado por Isidoro Dias Lopes. Depois de agradecer o apoio do povo, esclarecia: “Nosso objetivo era e é a revolução no Brasil que elevasse os corações, sacudisse os nervos, estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isto era necessário um fato empolgante, como o da ocupação da capital paulista [...] nós vamos [agora] continuar o movimento libertador no Brasil [...] A semente está plantada [...] conseguimos matar o marasmo político que avassalou o Brasil [...] continuamos nossa missão [...] e não haverá [mais] bombardeio da cidade” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.23).

Durante todo o ano de 1924, as conspirações tenentistas tiveram continuidade. Nesse mesmo ano, Prestes comprometeu-se com o movimento da revolução paulistana

Fixando-se em seguida no oeste do Paraná as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas à espera dos “tenentes” provenientes do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram à frente figuras como João Alberto e Luís Carlos Prestes e contaram com a oposição gaúcha PRR. Em abril de 1925 as duas forças se juntaram dando origem à Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes (FERREIRA; PINTO, 2006, p.13).

Em Outubro de 1924, no Rio Grande do Sul, ocorreu um movimento de sublevação das guarnições que estavam sob o comando de Prestes. Após a derrota, os rebeldes rio grandenses também rumaram para o Paraná com o objetivo de encontrar-se com as forças paulistas. Esses dois grupos rebeldes passaram a se unificar e a partir desse movimento considera-se o início da marcha da Coluna Prestes.

[...] no Paraná, desde 15 de novembro começara uma grande batalha pelo controle de Catanduvas, ocupada pelos rebeldes, uma localidade que se tornara estratégica, porque abria caminho para o rio Paraná e para as comunicações entre Porto Mendes e Foz do Iguaçu. Nesses embates, o auxílio dos revoltosos gaúchos poderia ser precioso. Assim, definiu-se o objetivo de os gaúchos marcharem para o norte a fim de efetuar a junção com os paulistas (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.26).

A partir do desfecho dessa rebelião em São Paulo, com a junção dos combatentes gaúchos e paulistas, originou-se uma grande Marcha que viria a percorrer o país por cerca de dois anos.

2.3.3. A Coluna Prestes: a sublevação Tenentista

No momento da eclosão do levante de São Paulo em 1924, Prestes participava da conspiração contra o governo no Rio Grande do Sul. Após tomar conhecimento do movimento passou a comandar uma série de levantes nos

batalhões e regimentos de cavalarias no Rio Grande do Sul⁶³, como forma de apoio a Revolta Paulista. Os que estavam no Sul só ficaram sabendo da revolta paulista por meio de jornais.

De acordo com Sodré (1981), em depoimento ao Jornal *O Estado de São Paulo*, na edição de 2 de Julho de 1978, Prestes afirmou que a Coluna surgiu essencialmente para dar apoio ao movimento que ocorrera em São Paulo em 1924 e tinha como objetivo central derrubar o governo de Artur Bernardes. A Coluna era constituída por mais de mil homens e a longa marcha percorreu cerca de trinta mil quilômetros pelo Brasil no período de dois anos e meio.

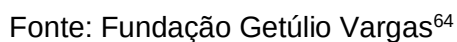
No momento em que estava para iniciar a marcha imprevisível da Coluna, Isidoro exilou-se em razão da idade avançada e de não poder participar dos confrontos, considerado inapto para enfrentar a marcha. Desse modo, ficaria responsável por apoiar o movimento com o envio de armas e munições aos que estavam no Brasil.

A coluna foi inicialmente dividida em duas seções: a de São Paulo sob o comando de Juarez Távora e a do Rio Grande do Sul liderada por Luiz Carlos Prestes. Conforme aponta Sodré (1985), ao tempo em que a marcha da Coluna adquire notoriedade e se dissemina pelo interior do Brasil, Prestes assume a liderança dos tenentes e passa a ser considerado popularmente como uma figura heroica, o “Cavaleiro da Esperança”, em sua homenagem a coluna é denominada com o seu nome: Coluna Prestes. A coluna espalhou-se pelos Estados brasileiros percorrendo o interior do país até encontrar a coluna que havia saído de São Paulo rumo ao Norte do País.

A coluna Prestes, realmente, cumpriu a última parte do projeto, mas foi o limite máximo a que atingiu. Extraordinário feito militar, sem paralelo na história [...] **fixou fundamentalmente a imagem do heroísmo tenentista no espírito popular, levou a bandeira da rebeldia a recantos do Brasil que desconheciam os mais elementares direitos da cidadania**, trouxe em constante preocupação as autoridades e, com isso, provocou dela variadas formas de repressão, desde o emprego de forças regulares até a utilização intensiva da tropilha latifúndio, que acossou os restos da Coluna até sua internação na Bolívia, em fevereiro de 1927, depois de percorrer

⁶³ Após as derrotas dos levantes no interior gaúcho, os rebeldes seguiram para o Paraná e se uniram às forças que haviam que haviam sublevado em São Paulo sob o comando do General Isidoro Dias Lopes e do Major Miguel Costa.

Figura 01 - Percurso da Coluna Prestes no tempo e no espaço



⁶⁴ Fundação Getúlio Vargas- FGV. A Coluna Prestes no tempo e no espaço. IN Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/coluna-prestes-no-tempo-e-no-espaco> . Acesso em: 15/02/2019.

Na figura acima é possível visualizar o caminho percorrido pela Coluna Prestes, através do tracejado que inicia no Rio Grande do Sul, de onde saíram as tropas gaúchas, para encontrar com os paulistas no Paraná. A marcha da Coluna só teve início concretamente em 1925, quando os rebeldes partiram para os interiores do Brasil do Sul ao Norte, até o exílio da Coluna na Bolívia. Ademais, observamos que as cidades e capitais onde se travaram os embates estão centradas em três regiões principais: Sul, Centro-Oeste e Nordeste.

Conforme a análise de Aarão Reis Filho (2014), nos Estados percorridos pela Coluna, os rebeldes sempre cumpriam com a tarefa de queimar talões e listas de cobranças de impostos e libertava os presos e destruía os instrumentos de tortura que encontravam nas prisões.

Após uma intensa marcha pelos interiores no sentido do Rio Grande do Sul em direção ao Nordeste, os rebeldes tiveram de retornar ao Sul, em razão das difíceis condições de continuar o movimento em meio à escassez e as chuvas torrenciais. Embora Washington Luís⁶⁵ já tivesse assumido a presidência em 1926, mediante eleições, a marcha continuava, até que em 1927, foi decidido pelo primeiro exílio na Bolívia.

Em 3 de fevereiro de 1927, a Coluna levantou acampamento às cinco e meia da manhã. Pouco depois, cruzou a fronteira, precedida por destacamento comandado por Ari Salgado Freire, que negociara o exílio com o comandante boliviano da guarnição de San Matías, em cujas mediações, na Fazenda Capim Branco, os homens foram acampar (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.50).

Depois de uma longa marcha percorrendo o interior do Brasil, a Coluna passa a ser constituída por quatro destacamentos, conforme aponta Barros (2005), o 1º é

⁶⁵ Washington Luís Pereira de Sousa, natural de Macaé- RJ, cursou humanidades no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e Transferiu-se para a cidade de São Paulo em 1888, frequentou o preparatório do curso anexo da Faculdade de Direito antes de ser admitido nessa escola, pela qual se bacharelou em 1891. Exerceu funções de promotor público e advogado na região paulistana. Iniciou a carreira política ao ser eleito vereador na câmara municipal de Batatais. Era filiado ao Partido Republicano Federal até a sua cisão em 1897, após este episódio, Washington Luís alinhou-se a corrente do general Francisco Glicério, oposta a liderada pelo presidente da República, Prudente de Moraes. Elegeu-se deputado estadual em setembro de 1912, na legenda do PRP. Foi eleito para o governo paulista em 1920. Em setembro de 1925 foi indicado candidato à presidência da República, na qual assumiu em novembro de 1926. Em Outubro de 1930 foi deposto do cargo pelo movimento da “revolução” de 1930. Após esse episódio, exilou-se e permaneceu no exterior até 1947. Membro da Academia Paulista de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Washington Luís faleceu em São Paulo no dia 4 de agosto de 1957. Para mais informações, Cf.: Verbete biográfico Washington Luís disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/washington-luis-pereira-de-sousa>> Acesso em: 15/03/2019.

comandado por Osvaldo Cordeiro de Farias; o 2º comandado por João Alberto Lins de Barros; o 3º liderado por Antônio de Siqueira Campos e o 4º sob o comando de Djalma Soares Dutra. Em média, cada destacamento possuía de 300 a 400 combatentes.

Cada destacamento tinha também um subcomandante, um “fiscal”, todos escolhidos de modo a promover equilíbrios entre diferentes demandas e interesses (Virgílio Ribeiro dos Santos, Manuel Alves Lira, André Trifino Correia e Ari Salgado Freire). A adequação dessas escolhas poderia ser comprovada com o tempo — a estrutura de comando se manteve até o término da aventura guerrilheira. Só caiu um deles — em combate —, quase no fim da marcha, Manuel Lira, o “fiscal” do 2º Destacamento (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.31).

O movimento militar que iniciou com os levantes dos tenentes em 1922 e desembocou na coluna Prestes faz com que esta seja considerada a maior expressão dessas revoltas. No que se refere ao elemento temporal, a coluna Prestes é considerada como o movimento tenentista que mais persistiu, uma vez que teve uma duração de dois anos e três meses e percorreu treze Estados brasileiros totalizando cerca de vinte e cinco mil quilômetros pelo interior do Brasil em campanha contra o governo de Artur Bernardes.

Conforme aponta Aarão Reis Filho (2014), a velocidade da Marcha da Coluna dependia de diversos fatores, tais como: terreno, clima, possibilidade de andar à noite e a perseguição dos inimigos. Em média, o deslocamento era cerca de 36 quilômetros por dia, apenas em casos especiais é que percorria cerca de 80 à 90 quilômetros. A organização interna da Coluna era dividida em grupos entre os quais se dividia a responsabilidade, inclusive a alimentação.

[...] a estrutura interna da Coluna era baseada em “fogões”, grupos de seis a oito soldados — ou de soldados com oficiais — que constituíam uma unidade específica do ponto de vista da alimentação e do abastecimento em geral. Ganhavam certa autonomia e certo nível de iniciativa, e esse foi um procedimento decisivo, pois combinava unidade de comando com descentralização operacional, essencial para garantir o êxito de uma “guerra de movimento” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.32).

Pode-se observar, a partir das análises desses levantes em todo o Brasil, que o Tenentismo se expande através da Coluna Prestes. Esta, apesar de constituir um

movimento de vultuosa relevância nesse momento histórico, e de ter percorrido o interior do país, não estabeleceu um vínculo com as massas rurais. Isso expressa que, apesar da tentativa do movimento para alcançar uma popularidade, esse episódio é eventual e o mesmo não consegue se enraizar às massas, conforme aponta Aarão Reis Filho (2014),

Prestes, décadas mais tarde, reconheceria que “a adesão [dos lavradores] foi muito pequena [...] eles viam que estávamos lutando contra o inimigo deles [...] mas não tinham perspectiva. Achavam que éramos loucos, uns aventureiros [...] que estávamos sonhando...” (AARÃO REIS FILHO, p.37).

Ao passo que o Tenentismo alcança uma maior ressonância entre os setores populares brasileiros, na sua expressão máxima através da Coluna comandada pela figura de Prestes, acontece paralelamente as primeiras formas de organização do proletariado brasileiro, através da evolução do Partido Comunista Brasileiro.

A Coluna Prestes foi uma marcha militar, mas adquiriu algumas características de movimento popular: a maioria de seus soldados eram homens simples do povo – e entre eles umas 50 mulheres -, principalmente trabalhadores do campo, analfabetos ou semi-analfabetos, que combatiam com grande heroísmo e abnegação, confiando em seus comandantes e acompanhando-os com enorme entusiasmo (BARROS, 2005, p.22).

Embora a Coluna não tenha se abatido, mesmo diante dos maiores desafios nas lutas contra o inimigo, os seus componentes optaram conscientemente pelo exílio na Bolívia. Neste, a oposição política ao governo de Artur Bernardes, representada pelo PCB, estabeleceu contatos com a Coluna na tentativa de realizar alianças. Com isso surge uma cisão no Tenentismo, o que caracteriza o fim do movimento revolucionário. Ademais, o conflito interno do Tenentismo é marcado pelo apoio à candidatura de Vargas pela Aliança Liberal.

Considerando o protagonismo exercido na política brasileira pelos militares, projeta-se a necessidade de compreender a influência exercida no processo da dominação burguesa.

2.3.4. Luís Carlos Prestes: o Cavaleiro da Esperança

A partir da pesquisa realizada sobre o Tenentismo, observamos que é consensual nas análises dos autores que se debruçaram sobre esse objeto a importância atribuída a Luís Carlos Prestes pelo papel desempenhado enquanto um dos líderes do movimento. Nesse sentido, a partir da contribuição de Prestes como um dos organizadores e motivadores do movimento armado, fica evidente sua atuação como intelectual, dirigente do movimento.

Luís Carlos Prestes nasceu aos 3 de Janeiro de 1898, em Porto Alegre-RS, filho de Maria Leocádia Felizardo Prestes e de Antônio Pereira Prestes, ambos descendentes de famílias de classe média. O pai seguiu carreira militar, era capitão dos Engenheiros do Exército quando faleceu em 1908, aos 38 anos, após ser acometido por graves problemas de Saúde. Segundo Prestes (2006), a mãe manifestava interesse pela política e tinha o desejo de ser professora, apesar de contrariar os costumes da época em relação às mulheres do seu nível social. Após a morte do pai, Prestes teve uma infância e uma adolescência marcada por privações e obstáculos.

Como procuramos mostrar, a primeira década do século XX foi marcada por agitações políticas nas maiores cidades do país. Em 1910, Marechal Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República, causando resistências e protestos. Após a posse de Hermes da Fonseca, aos 22 de novembro de 1910 houve a eclosão da Revolta da Chibata⁶⁶.

Em maio de 1911, aos treze anos, Prestes ingressou no Colégio Militar uma vez que, segundo Prestes (2006), era a única opção para um jovem pobre e órfão de oficial do Exército. A partir desse momento dava início à sua carreira no Exército. Quando começou a frequentar o Colégio Militar, Prestes encontrou os cursos já andamento. Teve dificuldades em se situar. Antes disso, ele não havia participado ativamente de um ambiente escolar, apenas por períodos curtos, o ensino era uma responsabilidade da mãe no próprio lar.

⁶⁶ Conforme aponta Aarão Reis Filho (2014), essa revolta eclodiu em protesto contra os castigos físicos corriqueiros na Marinha de Guerra brasileira. Vinte e dois anos depois da abolição da escravidão, ainda era comum punir com chibatadas as faltas consideradas graves, cometidas pelos marinheiros, quase todos pardos ou negros.

No contexto da Primeira Guerra mundial, em 1916, Prestes encerrou o curso no Colégio Militar, aos dezoito anos. Nesse mesmo ano, ascendeu à patente de major-aluno. Para dar continuidade à formação militar, na etapa seguinte da carreira, Prestes ingressou na Escola Militar do Realengo, na qual concluiu a fase de “formação geral”. A partir dessa fase, optou pela especialidade da Engenharia que se prolongou por mais dois anos e concluiu em 1919.

Segundo a análise de Aarão Reis Filho (2014), em contraste com a da Escola da Praia Vermelha, politizada e “cidadã”, a formação dos oficiais no Realengo apontava para uma perspectiva “profissional”. Desse modo, em entrevista Prestes afirmou que as agitações sociais, como a mais importante greve operária do Brasil em 1917, eram consideradas de forma negativa pelos militares, uma vez que estavam educados para combater os “desordeiros”.

Em 30 de dezembro de 1919, formado engenheiro militar, permaneceu adido à própria Escola. Nesse mesmo dia, foi promovido a segundo-tenente da Arma de Engenharia. A colação de grau ocorreu no mês seguinte, em 1920: bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar, uma terminologia que fazia ressoar as tradições associadas a Benjamin Constant [...] (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.13).

Segundo Aarão Reis Filho (2014), os primeiros militares da Missão Militar Francesa de Instrução (MMFI) começaram a chegar ao Brasil em Março de 1920. Carregavam propósitos e programas de modernização, tais como: reformas nas escolas, currículos, diretrizes e regulamentos militares. A orientação era para a ênfase na cultura científica e na formação técnica especializada. A partir dessas alterações, os oficiais jovens e capacitados tecnicamente, promoveram uma renovação na Escola do Realengo.

No início de 1922, alocado na 1ª Companhia Ferroviária de Deodoro, Prestes foi convidado para participar das reuniões da conspiração que estava em curso entre os jovens oficiais, no contexto em que se colocava em jogo a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. No entanto, conforme aponta Aarão (2014), essas conspirações inicialmente não possuíam planos e nem lideranças, a ponto de não ter credibilidade que algo sério pudesse acontecer. Passados alguns meses é que o processo foi tomando forma. Embora estivesse quase exclusivamente voltado contra a eleição de Artur Bernardes, fazia-se necessário derrubar o presidente Epitácio Pessoa e

impedir a posse do escolhido, uma vez que a ideia era a substituição pelo Marechal Hermes da Fonseca. Na madrugada do 5 de Julho de 1922, teve início o levante no Forte de Copacabana,

Em meio a informações e avaliações desencontradas, decidiu-se passar ao confronto. Hermes da Fonseca iria para a Vila Militar, onde os conspiradores esperavam encontrar largos apoios. A partir dali, rumaria com as tropas para o Palácio do Catete, onde empalmaria o poder. Na Zona Sul da cidade, algumas dezenas de oficiais concentravam-se no Forte de Copacabana, sob o comando de um dos filhos de Hermes, Euclides, para onde se dirigiram duas lideranças tenentistas: Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O levante começaria na madrugada do dia 5 de julho (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.17).

Como já dissemos, Prestes não participou ativamente do levante em 1922, uma vez que estava fora de combate acometido de febre paratifo. No entanto, as autoridades tinham ciência do seu vínculo com os rebeldes, mas não possuíam as provas necessárias para a sua acusação. Segundo os dados históricos da FGV, em Setembro de 1922, Prestes foi transferido para o Rio Grande do Sul para servir no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo. Em Outubro desse mesmo ano foi promovido a Capitão⁶⁷.

Segundo a análise de Prestes (2006), a sua vida militar durou um curto intervalo entre 1920 a 1924. Nesse período, solicitou por duas vezes a demissão do Exército, sendo a última às vésperas do levante contra o governo de Artur Bernardes. Comprometido com a revolta Paulista em 1924, Prestes licenciou-se do Exército.

Conforme aponta Aarão Reis Filho (2014), após o desfecho da revolta de São Paulo, Prestes chegou a escrever uma carta ao general Isidoro Dias Lopes, na qual defendia a estratégia da Guerra de Movimento.

A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós, revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro, e bastantes analfabetos para jogar

⁶⁷ No tocante às promoções, a pesquisa evidencia que havia uma disputa na relação interna entre os militares. Estas ocorriam por merecimento ou por antiguidade. Ademais, prevaleciam as indicações por amizade com os que possuíam uma patente superior. Fonte: Verbete Luís Carlos Prestes. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

contra as nossas metralhadoras (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.27-28).

Nesse sentido, a partir dessas considerações tecidas pelo próprio Prestes, reforça-se a hipótese dessa pesquisa de que a guerra de movimento é o elemento fundamental utilizado pelo Tenentismo no interior da revolução passiva brasileira.

Ao comando da Coluna que carregava o próprio nome, Prestes liderou o maior movimento que constituiu o desdobramento do Tenentismo e durou cerca de dois anos, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil. No entanto, segundo os dados da FGV⁶⁸, dada a inviabilidade de alcançar o objetivo - derrubar o governo de Artur Bernardes - pretendido levou-a a exilar-se na Bolívia em Fevereiro de 1927.

Durante seu primeiro exílio na Bolívia, Prestes foi convidado a conceder entrevistas à jornais do Rio de Janeiro com repercussão nacional. Conforme aponta Aarão (2014), a primeira foi realizada a um representante de *O Jornal*, há poucos dias de sua chegada à La Gaíba. Nessa entrevista, Prestes já reconhecia as mudanças políticas⁶⁹ com o novo governo de Washington Luís, a partir de 1927, no entanto os rebeldes continuavam com o mesmo programa. Essa entrevista, que foi publicada três dias depois, tecia muitos elogios a Prestes e refletia a disseminação de um processo de *construção do mito Prestes*. O chefe e guia da Coluna agora se tornara o Cavaleiro da Esperança⁷⁰.

Nos fins de 1927, em Porto Suárez, Prestes recebeu a visita de Astrojildo Pereira, principal líder e secretário geral do PCB, numa primeira tentativa de unificar os interesses do Partido e a Coluna Prestes.

Durante dois dias de “longas conversas” com Prestes e mais “dois oficiais da Coluna”, debateram-se as propostas políticas dos comunistas brasileiros. Como recordou Astrojildo trinta anos depois,

⁶⁸ Verbete Luís Carlos Prestes. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁶⁹ “Foi suspenso o estado de sítio, deu-se liberdade aos presos políticos, regressaram aos lares os deportados de Clevelândia, a imprensa pôde livremente emitir as suas opiniões e pregar as suas doutrinas. O governo dava, inquestionavelmente, os primeiros passos em prol da pacificação” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.52).

⁷⁰ Apesar da Coluna não ter alcançado o objetivo de derrubar o governo de Artur Bernardes, não foi derrotada pelas tropas legalistas que perseguiu o movimento em todo o tempo, o que atribuiu prestígio a Prestes. Conforme esclarece Aarão Reis Filho (2014), essa expressão foi usada inicialmente por Isidoro Dias Lopes, inspirado na figura e na saga do general Lazare Hoche, da Revolução Francesa, conhecido como Le Chevalier de l'Espérance.

tratava-se de “coordenar as nossas forças tendo em vista objetivos comuns”. Em jogo, uma aliança “entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do Partido e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p.54).

Nesse primeiro encontro entre uma representação do PCB e Prestes, Astrojildo ainda conversou com Prestes sobre as informações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e entregou uma literatura Marxista.

Em Abril de 1928, em visita à Libres, Prestes concedeu uma entrevista para *O jornal*, demonstrando um pensamento radical, uma vez que considerava a situação brasileira de forma autocrática que oprime os movimentos democratizadores. Nesse momento, já se evidencia uma postura crítica de Prestes, a partir da aproximação ao marxismo e uma guinada do seu pensamento à esquerda, que vai na contracorrente da sua formação militar.

No final de 1928, Prestes mudou-se para a Argentina. Em Buenos Aires foi o período em que Prestes mais se dedicou a estudar o marxismo, bem como aderiu ao Socialismo e teve contato com importantes líderes comunistas, como Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski.

Depois, em depoimento, reconheceria que a estada na cidade naquele ano fora decisiva: “Estudei marxismo. Convenci-me que o caminho era o indicado pelo Partido Comunista Argentino e pelos comunistas brasileiros [...] Li *O capital*, de Marx e de Engels, Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã; *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*”. No entanto, frisou, o mais decisivo de todos fora *O Estado e a Revolução*, de Lênin. Uma descoberta. Diria mais tarde que “o pensamento lógico e a base materialista adquiridos nos estudos de ciências naturais na Escola Militar, facilitaram a apreensão dos postulados marxistas” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 59).

Na campanha presidencial em que Getúlio Vargas disputou na chapa Aliança Liberal contra o paulista Júlio Prestes sob a indicação do presidente Washington Luís, houve uma ampla tentativa por parte dos integrantes da Coluna que estavam no Brasil para que Prestes apoiasse essa chapa. O plano era de que se Getúlio perdesse as eleições, o que já era esperado, haveria um amplo enfrentamento

armado, em escala maior que a Coluna e com maior chance de êxito, sendo que Prestes recusou veementemente.

No decorrer da campanha, Prestes encontrou-se duas vezes com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha em Porto Alegre, entrando clandestinamente no Brasil pelo Rio Grande do Sul, Prestes foi até Porto Alegre, onde ocorreram os encontros. O primeiro encontro foi em setembro de 1929, e o segundo ocorreu em Janeiro de 1930. No entanto, Prestes não chegou a realizar acordo com o líder da Aliança Liberal.

A eleição ocorreu em 1 de Março de 1930, reconhecendo a vitória de Júlio Prestes, com o apoio de Washington Luís. Segundo a FGV⁷¹, após a derrota de Vargas na eleição de 1930, Prestes foi procurado novamente pelos líderes da Aliança, oferecendo a proposta para que ele assumisse a chefia militar do movimento contra Washington Luís. Mas, ao considerar que esse movimento constituiria numa troca das oligarquias no poder, negou o apoio.

Em 1930, Prestes ainda criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR). Essa organização teve poucos adeptos e logo seria extinta. Conforme aponta a FGV, nesse período Prestes começou a utilizar categorias marxistas nos seus pronunciamentos, mas teve dificuldade na relação com o PCB em razão da radicalização à esquerda que passava o partido. Esse movimento foi marcado, inclusive, pela substituição dos intelectuais que ocupavam postos em sua direção por elementos da classe operária.

Neste mesmo ano, Prestes foi convidado pelo governo da União Soviética para morar naquele país. Somente através do apoio e da pressão de dirigentes soviéticos é que Prestes foi aceito como membro do PCB, em 1934. Em dezembro desse mesmo ano, Prestes deixou a União Soviética com destino ao Brasil, movido pelo objetivo de promover uma revolução armada, acompanhado de Olga Benário, militante da Internacional Comunista, com quem se casara. No Brasil, estiveram na clandestinidade.

No início de 1935 ocorreu a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁷². Na sessão de lançamento da ANL no Rio de Janeiro, o nome de Prestes foi

⁷¹ Verbete Luís Carlos Prestes. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/luis_carlos_prestes. Acesso em: 13/03/2019.

⁷² A discussão sobre a Aliança Nacional Libertadora será realizada na seção 2.5 desse capítulo.

aclamado como presidente de honra da organização. Embora estivesse na clandestinidade, Prestes assistiu ao crescimento da organização e restabeleceu o contato com os militares para dar continuidade ao plano revolucionário. Em Julho desse mesmo ano, Prestes divulgou um Manifesto no qual exigia todo o poder à ANL.

Vargas aproveitou a ocasião para jogar a organização na ilegalidade, o que fez com que muitos de seus dirigentes e militantes criticassem mais tarde a postura de Prestes. Apesar da ANL passar por forte refluxo organizativo nos meses seguintes, Prestes e seus colaboradores mais próximos continuaram a preparar o levante para depor Vargas (FGV, 2001, p.2)⁷³.

A insurreição iniciou no Nordeste brasileiro, na cidade de Natal-RN, seguida dos levantes das guarnições do Recife-PE e do Distrito Federal. Em contraposição a esses movimentos, o governo lançou uma contraofensiva, com repressão à posição que estivesse vinculada ao levante. Em março de 1936, Prestes e Olga foram presos. Após quatro meses, Olga, que estava grávida, foi entregue pelas autoridades do Brasil ao regime nazista da Alemanha, onde morreu executada. A filha do casal nascida no campo de concentração nazista, Anita Leocádia Prestes, foi resgatada pela avó paterna.

Em 1943, embora estivesse na condição de prisioneiro, Prestes foi eleito secretário geral do PCB. No contexto da redemocratização do país em 1945, foi libertado, ao mesmo tempo em que o PCB conquistava a legalidade. Segundo Aarão Reis Filho (2014), após a anistia, Prestes saía da solidão do cárcere à vida pública, uma vez que tornou-se um dos atores mais relevantes da política no Brasil. Explica o autor:

Construía-se uma identidade entre Prestes e o país, e era isso que fundamentava a esperança que aquele homem suscitava. Em fins de novembro [1945], às vésperas das eleições, em Salvador, 70 mil pessoas voltariam a se congregar para ouvi-lo na tradicional praça da Sé. De acordo com os contemporâneos, a maior concentração de massas da história da Bahia, aplaudindo o “capitão do povo”. Ao chegar ao palanque, para seu aborrecimento, porque não gostava disso, Prestes seria levantado por um troncudo estivador. Dois dias

⁷³ Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Documento disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/luis_carlos_prestes. Acesso em: 20/02/2019.

depois, o fenômeno se repetiria no Parque 13 de Maio, no Recife. As massas de pé, aplaudindo. [...] Para muitos, Prestes já se tornara uma figura sagrada (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 111).

No entanto, essa conjuntura começa a mudar a partir do confronto entre os dois blocos de países após o fim da Segunda Guerra Mundial, uma vez que esse fato contribuiu para que o PCB retornasse à ilegalidade. Em 1947, o registro do partido foi cancelado e no ano seguinte os parlamentares pertencentes ao Partido foram cassados, entre esses Prestes.

Nas eleições de 1950, Prestes não apoiou nenhum candidato, conforme aponta Aarão Reis Filho (2014), Prestes considerava que os candidatos eram todos iguais, como seis e meia dúzia. Esta eleição acabou reconhecendo a vitória de Vargas, e Prestes continuou em oposição ao governo Vargas até o momento da morte deste em 1954.

No ano seguinte, apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek e voltou a apresentar-se publicamente, embora o partido continuasse na ilegalidade. No começo da década de 60 deu apoio ao governo de João Goulart, a quem pressionava para que acelerasse a realização das chamadas reformas de base propostas pelo próprio presidente. Com o golpe militar de 1964 e a volta do país ao regime ditatorial, foi obrigado, mais uma vez, a viver na clandestinidade. Em 1971, deixou o país e exilou-se na União Soviética. Voltou anistiado ao Brasil em 1979, quando já se manifestavam sérias divergências no interior do PCB, que acabaram levando ao seu afastamento da secretaria-geral e, em seguida, à sua saída do partido que dirigira por mais de 30 anos (FGV, 2001, p.2)⁷⁴.

Apesar de Prestes considerar que o regime ditatorial não seria derrubado com eleições, na campanha eleitoral em 1980 orientou que os seus adeptos apoiassem o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) ou o PMDB, o objetivo era a oposição da chapa que apoiou a ditadura. Dez anos depois, Prestes morreu no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade.

⁷⁴ Fonte: Verbete Luís Carlos Prestes. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

2.4. A Aliança Liberal na disputa pelo Governo Federal

Ao final da década de 1920 iniciou-se um novo processo eleitoral de sucessão presidencial. A conjuntura parecia estável em relação ao período anterior marcado pela agitação política dos levantes militares que haviam acontecido nos anos iniciais desta década.

Nesse contexto eleitoral, a Aliança Liberal começa a ser formada a partir de 1929. Através da articulação entre os militares rebeldes e os políticos dissidentes, o movimento tinha a finalidade de impedir que Washington Luís fizesse um sucessor na Presidência da República.

O presidente Washington Luís, representante do Partido Republicano Paulista (PRP), rompe o acordo da Política Café com Leite e passa a apoiar a candidatura de Júlio Prestes, o presidente do Estado de São Paulo para a sua sucessão. O Partido Republicano Mineiro (PRM), como forma de oposição ao PRP, indicou a candidatura de Getúlio Vargas para o cargo de presidente e João Pessoa⁷⁵, governador da Paraíba, para ocupar a vice-presidência. Essa chapa posteriormente vem a se constituir na Aliança Liberal

Ao contrário da coligação *Concentração Conservadora*, encabeçada por Júlio Prestes, que defendia a continuidade administrativa, a *Aliança Liberal* pregava a renovação e a modernização do Estado. Após uma eleição marcada por acusações de fraude, de lado a lado, a vitória dos paulistas não foi aceita pela *Aliança Liberal*, que iniciou as articulações para um movimento revolucionário (JAMBEIRO et al., 2004, p.33).

Conforme apontam Ferreira e Pinto (2006), a regra eleitoral predominante até o momento era de que a força situacionista indicaria outro candidato que deveria ser apoiado pelos grupos dominantes em cada Estado. No entanto, houve uma divergência no interior do próprio grupo dominante. Washington Luís indicou Júlio Prestes à candidatura para seu sucessor, ambos de São Paulo. Esse fato marca o

⁷⁵ João Pessoa havia negado a apoiar a chapa oficial integrada por Júlio Prestes e Vital Soares. Essa atitude ficou conhecida como o “Nego”, lema que foi incorporado à bandeira do Estado da Paraíba. Diante da atitude corajosa de João Pessoa, a oposição lançou o seu nome à vice-presidência. (ABREU- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil /Fundação Getúlio Vargas).

rompimento do acordo com Minas Gerais, que estava à espera a ocupar o cargo da presidência da República.

Nesse contexto, com o apoio de Minas, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, que ocupava o cargo de governador do Estado do Rio Grande do Sul e havia sido Ministro da Fazenda no governo de Washington Luís.

[...] Estava formada a Aliança Liberal, uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas. Sua base de sustentação era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD), criado em 1926 em São Paulo e facções civis e militares descontentes (FERREIRA; PINTO, 2006, p.15).

Durante a campanha eleitoral, e diante das dissidências entre os representantes partidários, Vargas estava inseguro em relação ao resultado das eleições. Esse fato o levou a estabelecer um acordo com Washington Luís, acertando que no caso de derrota eleitoral Vargas passaria a apoiar o governo constituído, o que não foi recíproco da parte dos adversários.

Em 1930 Getúlio apresentou o programa da Aliança Liberal no Rio de Janeiro, que retomava em grande medida a proposta do programa dos tenentes, com base na representação e na justiça.

Depois de vários comícios no Rio Grande do Sul e em São Paulo, Getúlio Vargas, na presença de uma multidão, em começos de janeiro de 1930, na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, apresentou o programa da Aliança Liberal. Previa a anistia, a abolição da censura, liberdade de expressão e de manifestação, a reforma da legislação eleitoral, o voto secreto, a reforma do Judiciário e do sistema de ensino. Uma retomada, em grandes linhas, das propostas dos “tenentes”, cujo lema, “representação e justiça”, era enfatizado. Prometia ainda um novo tratamento da “questão social”, ampliando e consolidando a legislação já existente, com a adoção de um Código do Trabalho, que previa, entre outras coisas, salário mínimo, férias e previdência social para os trabalhadores (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 61).

Desse modo, pode-se afirmar que houve um processo de assimilação dos elementos ativos militares no governo Vargas, uma vez que este incorporou parte das reivindicações do movimento Tenentista inclusive no seu programa da campanha eleitoral. Embora líderes do movimento, como Prestes, tenham rejeitado

esse apoio, a maior parte dos rebeldes que participaram dos levantes acabaram aderindo a campanha de Vargas, entre eles: Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos.

Desse modo, observamos que o Estado desorganiza os movimentos de caráter disruptivo a partir da assimilação de parte de suas demandas ao tempo em que esvazia seu conteúdo político original e reelabora as pautas liberais no interior do Estado, num processo que pode ser descrito como transformismo. Neste caso, a oligarquia assume pautas progressistas, buscando administração dos conflitos.

Ao final da campanha eleitoral, o resultado das eleições, que ocorreram no 1º de Março de 1930, reconheceu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude eleitoral foi verificada de ambos os lados que disputavam o governo. No entanto, a oposição ao governo eleito seguiu realizando articulações, que resultaram na Revolução de 1930, movimento que marcou a ascensão de Vargas ao governo central.

2.5. Aliança Nacional Libertadora: a continuidade do Tenentismo

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) caracteriza-se como um movimento que se desdobra do Tenentismo, constituído a partir dos remanescentes desses levantes. Posteriormente, propõe-se a assumir a tarefa de organização como um partido político. É importante destacar que até o momento da criação da ANL, apesar da efervescência das massas populares, não havia um partido que organizasse esse setor e os partidos existentes colocavam-se a nível regional. Eram os denominados Partidos Republicanos, cujo nome era adicionado a sigla correspondente ao Estado ao qual se referia.

Conforme aponta Sodré (1986), a ANL surge para corresponder a uma necessidade política, uma vez que emerge com uma forma de organização das decepções das massas com o regime e devido à necessidade de introduzir alterações estruturais no Estado brasileiro.

A aliança Nacional Libertadora (ANL) caracterizou-se como uma frente política nacional em oposição ao governo Vargas. Foi lançada em Janeiro de 1935, através da leitura do Manifesto na Câmara Federal.

[...] Assim, a 7 de outubro de 1932, como coroamento de diversas tentativas no mesmo sentido, foi fundado, em São Paulo, o partido direitista Ação Integralista Brasileira. Em janeiro de 1935, quando a tormenta política, após a Constituinte, em vez de diminuir, crescera, surgem as primeiras notícias sobre a Aliança Nacional Libertadora, sendo lido na Câmara o seu manifesto de lançamento. Em fevereiro aparece outro manifesto, agora com o programa. A 12 de Março, ela realiza a sua primeira sessão preparatória. Esses dois polos, a AIB e a ANL, marcam a radicalização a que atingira a luta política, agora com dimensão ideológica muito clara (SODRÉ, 1986, p.31).

Na ocasião em que a proposta da frente que veio posteriormente a se constituir na ANL foi apresentada na câmara, discutia-se a Lei de Segurança Nacional. Nos anos seguintes à sua criação, merece destaque o fato de que a ANL possuía sedes espalhadas por todo o país e passava por uma crescente adesão populacional, levando o seu programa às massas. Esse processo colocava-se como ameaçador à ordem vigente e aos interesses que a ela estavam imbrincados.

Entre os objetivos propostos pela ANL destaca-se o combate ao imperialismo e ao fascismo, como também há o reforço da reivindicação pela reforma agrária como os militares já haviam lutado em outros movimentos.

As principais reivindicações do manifesto-programa da ANL de fevereiro de 1935 eram a suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, a nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivassem, o gozo das mais amplas liberdades públicas e a constituição de um governo popular, orientado exclusivamente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderia participar qualquer pessoa, na medida da eficiência de sua colaboração. (ABREU – CPDOC/FGV)⁷⁶

É importante enfatizar que a direção da ANL constituía-se por militares tenentistas, não-comunistas, pelos feridos com a derrota do Tenentismo e com o desvirtuamento que ocorreu após a vitória do movimento de 1930, civis socialistas, democratas, liberais e comunistas. Aos 5 de Julho, em comemoração aos levantes

⁷⁶ ABREU, Alzira Alves de. Verbete Aliança Nacional Libertadora (ANL) do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>. Acesso em: 18/02/2019.

tenentistas de 1922 e de 1924, a ANL realizou manifestações públicas. Nesse movimento foi feita a leitura de um Manifesto de Prestes em oposição ao governo Vargas e em apoio a ANL, no qual dizia:

Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela ideia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes a perder, e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!⁷⁷

Com a repercussão desse movimento, Vargas decretou o fechamento e a ilegalidade da ANL em 11 de Julho de 1935, através da Lei de Segurança Nacional que já havia sido promulgada. A organização continuou atuando na clandestinidade até a eclosão da Intentona Comunista⁷⁸ em novembro do mesmo ano. Apesar dessas tentativas de organização para a continuidade da ANL, nenhuma delas obteve êxito.

A decretação da ilegalidade provocou redefinições no interior da organização. Enquanto muitos aliancistas se desmobilizaram, outros intensificaram os preparativos para a deflagração de um movimento armado para derrubar Vargas e instalar um governo nacional e popular. Assim, com o fechamento da ANL, a perspectiva de tomada do poder, através de uma insurreição, sempre presente tanto no horizonte dos “tenentes” quanto no dos comunistas, parecia ter se tornado mais viável (PANDOLFI, 2004, p.177).

Os tenentes e comunistas que estavam dispostos realizar levantes armados para a deposição do governo ainda articularam outros levantes em outros estados do país, como Natal –RN, Recife- PE e Rio de Janeiro. No entanto, esses movimentos de oposição foram reprimidos e a ANL foi desarticulada.

⁷⁷ Manifesto de Luís Carlos Prestes, transcrito em A Platéia, 6 de julho de 1935. Cf na íntegra em: Pandolfi, 2004, p.181

⁷⁸ Segundo Abreu (FGV/CPDOC), a Intentona Comunista, mais conhecida por Revolta Comunista de 1935, foi um movimento armado deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal-RN, pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Portanto, é necessário considerar que o movimento tenentista emergiu no seio das classes médias e carrega as pautas e as reivindicações desse setor. Ademais, esse movimento desenvolveu-se por meio dos levantes armados em 1922, 1924 e da Coluna Prestes, até a constituição da Aliança Nacional Libertadora. Neste processo, observamos que houve uma tendência à aproximação com as demandas das classes subalternas, principalmente através da figura popular que Prestes assumiu antes de passar a constituir o PCB. Contudo, a maior parte dos líderes do tenentismo foi assimilada ao Estado, o que se constitui como elemento de desorganização do movimento tenentista e parte do processo de transformismo.

CAPÍTULO 3-

A REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA E OS INTELECTUAIS MILITARES

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...] Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função de intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, CC 12 §1, p.18-19).

O processo de “recomposição das estruturas de poder”⁷⁹ que teve início a partir da crise de 1929 assumiu um desdobramento com a “revolução de 1930”, marco histórico da formação do Estado burguês no Brasil. Esse movimento tem como principais características: um pacto pelo alto entre as velhas oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial, o que conforma um processo de conciliação entre as diferentes frações das classes hegemônicas; a ausência da participação unitária das massas populares e do elemento jacobino, embora não aconteça uma total eliminação das movimentações populares e estas aconteçam eventualmente; bem como ocorre o acolhimento de certa parte das exigências dos de baixo. Em suma, estes elementos caracterizam a transição para o capitalismo pela “via não-clássica”⁸⁰, isto é, por uma revolução passiva.

O nosso objetivo nesse capítulo é analisar a revolução burguesa brasileira de 1930 a partir da categoria gramsciana de revolução passiva. Para isto, deve-se ter em vista a possibilidade de tradução da categoria revolução passiva para entender a revolução burguesa brasileira. Considerando as características específicas dessa experiência nacional, tomando como referência a realidade italiana do *Risorgimento*.

No caso Brasileiro, é importante chamar a atenção para o protagonismo dos militares, em especial os tenentes, enquanto uma das forças propulsoras da revolução de 1930. Desse modo, ao emergir das classes médias e representarem os interesses desse segmento através do tenentismo, esses militares exerceram uma função organizativa e diretiva, que nos leva a caracterizá-los como intelectuais orgânicos.

Em meio a este processo, é importante considerar que, embora o Tenentismo tenha tido um caráter reivindicatório de caráter liberal, com uma tendência frustrada à popularização, distanciando-se, assim, do Exército como guardião da ordem, posteriormente voltou a ser assimilado, ainda que molecularmente, ao Estado novamente através da adesão dos principais líderes do tenentismo à base do governo Vargas. Processo que pode ser descrito como uma das formas históricas da revolução passiva, o transformismo.

⁷⁹ Cf. Fernandes, 1976.

⁸⁰ Entendemos por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado por reformas liberalizantes, entre elas a reforma agrária.

3.1. A Revolução Passiva Brasileira

A revolução passiva, consiste, nesta pesquisa, um critério de interpretação da revolução burguesa brasileira de 1930, uma vez que nesse processo estão presentes os determinantes principais da revolução sem revolução, ou revolução pelo alto.

Gramsci define a história como uma sucessão de momentos de propulsão e de retração, de inovação e de conservação. Na revolução passiva, o momento da inovação e da conservação são coetâneos. Do ponto de vista da materialidade que esse processo assume, e considerando o movimento dialético da realidade, pode-se dizer que a revolução passiva é um processo de negação da revolução jacobina. De certo modo, põe fim ao movimento de forças sociais revolucionárias nascentes e decapita a organização do processo revolucionário ao assimilar molecularmente suas lideranças. Nesse sentido, a transição não ocorre de forma abrupta, mas se dá de forma “lenta, gradual e contínua” (GRAMSCI, CC 19).

Considerando o trato teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa, nos apropriamos da “tradutibilidade” enquanto recurso que possibilita a compreensão das categorias de Gramsci na particularidade brasileira. Nos estudos de Gramsci, as categorias de análise que nos levaram a aproximação do objeto desta pesquisa, foram: Estado integral, hegemonia, intelectuais, revolução passiva e transformismo, como aporte teórico para a análise da realidade brasileira. Assim, apresentaremos, de maneira mais detalhada, as principais características da revolução passiva brasileira, que assumem centralidade nas análises dos intérpretes de Gramsci, considerando a particularidade em que se manifesta esse processo no Brasil. Ademais, o caráter historiográfico desta pesquisa permitirá visualizar os elementos que constituem esse processo, enquanto elemento imprescindível para entender a revolução passiva.

A análise crítica do objeto desta pesquisa, a partir da aproximação da concepção gramsciana de tradutibilidade, possibilita o exercício da tradução a partir de duas realidades semelhantes e reciprocamente traduzíveis. A tradução não trata de um esquema lógico de aplicação das categorias de análise a diferentes contextos, uma vez que cada realidade nacional possui elementos particulares que

configuram a sua identidade, o que inviabiliza a tradução integral de todos os elementos que a compõem. Desse modo, é através metodologia da tradução que é possível aplicar as categorias e os conceitos de Gramsci para outras nacionalidades, a exemplo do Brasil, bem como se evidencia as semelhanças e diferenças entre duas realidades. Nesse sentido, é importante compreender que,

Cabe à *tradutibilidade* buscar a “real identidade” ou a “substancial diferença” (Q 1, 43, 33) entre os efeitos concretos de dois ou mais fenômenos, linguagens, ou melhor, *expressões*, para estabelecer se eles são reciprocamente traduzíveis: quer dizer, se eles são ou não são expressões de uma mesma *práxis*, cultura ou civilização já existente ou em desenvolvimento (LACORTE, et al, 2013, p.6, grifo do autor).

O exercício da tradutibilidade também é um processo de recriação da ideia conforme a realidade. De acordo com Lacorte et al (2013), é inadequado transpor a ideia mecanicamente da realidade originária, pois é necessário uma transformação criativa. A partir da recriação com base na nova realidade, é possível a sua transformação e atualização posterior.

Desse modo, apresentaremos uma síntese das principais traduções da categoria revolução passiva para entender a particularidade da revolução burguesa brasileira. A partir do contexto universal do desenvolvimento do capitalismo, a experiência nacional Italiana, no período do *Risorgimento*, nos oferece os elementos que permitem compreender a particularidade da formação histórica brasileira.

No entanto, cabe aqui fazer uma ressalva no que se refere aos estudos que se propõem a tradução do conceito de revolução passiva no Brasil. Segundo Aliaga e Maranhão (2019), esse processo ainda é lacunar e permanece aberta uma importante agenda de investigação. Nesse sentido, por aproximação sucessiva ao recurso teórico-metodológico da tradutibilidade, nos ancoramos em diversos autores da tradição gramsciana no Brasil e que pensaram a questão da revolução passiva. Ressaltamos nossa concordância com Del Roio (2018), que ao ponderar sobre *A particularidade da revolução passiva no Brasil*, afirma que a revolução passiva pode ser traduzida para o processo histórico social brasileiro, mas essa possibilidade está intrinsecamente relacionada à pesquisa das singularidades da revolução burguesa

brasileira. Para o autor, esse movimento está relacionado a dois elementos, quais sejam:

[...] o primeiro diz respeito à interpretação da realidade brasileira, da revolução burguesa e da via particular do desenvolvimento capitalista; o segundo se refere à possibilidade de se traduzir Gramsci para a atualidade da práxis dos movimentos das classes subalternas no Brasil (e, por que não, da América Latina) (DEL ROIO, 2018, p.245).

Levando em consideração as características centrais que expressam a semelhança entre a realidade brasileira e a Italiana, e a partir dos resultados da pesquisa aqui apresentados, podemos afirmar que a revolução passiva coloca-se como uma chave de interpretação da nossa experiência nacional. Nesse sentido, pode-se dizer que todo o processo que se desenvolveu na “revolução de 1930”, a partir da crise de 1929 e que se torna mais evidente com a ascensão de Vargas, pode ser compreendido como uma revolução sem revolução, uma vez que não foi conduzido por uma ação política revolucionária, dirigidas a partir de baixo.

Um dos elementos a serem observados no processo de tradução é a semelhança entre o grau de desenvolvimento das nacionalidades em questão. Nos países latino americanos, onde se observa o caso do Brasil, deve-se considerar a particularidade da industrialização tardia, como explica Aricó:

Y es en torno a las formas nuevas de articulacion entre sociedade y Estado en países de industrializacion tardia y "postrera" como la Argentina, el Brasil, Colombia, Chile, Mexico y Uruguay, donde el pensamiento de Gramsci parece poder expresarse en "lenguas particulares" concretas transformandose, de tal modo, en un estímulo util, en un instrumento critico capaz de dar cuenta de los pliegues más complejos de lo real (ARICÓ, 1988, p.91)⁸¹.

Assim, através do pensamento de Gramsci é possível entender a particularidade dos países que compõem a periferia do capitalismo, categoria na qual se filia tanto a Itália quanto o Brasil.

⁸¹ Tradução: E trata das novas formas de articulação entre sociedade e Estado em países de industrialização tardia e "pós-comercial" como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Uruguai, onde o pensamento de Gramsci parece se expressar em "línguas particulares". "Concreto transformando-se, de tal maneira, em um estímulo útil, em um instrumento crítico capaz de explicar as dobras mais complexas do real." (ARICÓ, 1988, p.91)

Nos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram sobre a interpretação da singularidade da revolução burguesa realizada no Brasil e, por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo periférico. Na análise dessas discussões, observamos que a “via não-clássica” para a transição do capitalismo no Brasil assume a centralidade do fértil debate político e histórico, posto na literatura brasileira.

Mais especificamente, entre os anos 1970 e 1980, que corresponde ao segundo ciclo da recepção de Gramsci no Brasil⁸², a partir da extensa bibliografia que se produziu em torno da revolução burguesa brasileira, destacam-se alguns autores que buscaram interpretar esse processo, conforme apontam Aliaga e Maranhão (2019)

Entre o final dos anos 1970 e início dos 1980 em diante, as primeiras formulações sistemáticas sobre o conceito de revolução passiva foram feitas pelos intelectuais oriundos do PCB, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira, e estavam voltadas para análise da formação do Estado moderno, do liberalismo e da democracia brasileira. (ALIAGA; MARANHÃO, 2019, p.9)

Nestes anos, contudo, Coutinho e Vianna buscaram definir a revolução passiva brasileira em associação ao conceito leninista de via prussiana. Os dois conceitos têm em comum o fato de chamar a atenção para via de modernização que não seguiram o modelo das revoluções Inglesas do século XVII e da Revolução Francesa do século XVIII.

Com Lênin, explicamos o conceito de via prussiana, que se compreende através do processo por meio do qual,

[...] conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga “superestrutura”; nessa hipótese, o papel

⁸² Segundo Aliaga e Maranhão (2019), as primeiras menções de A. Gramsci chegam no Brasil no final dos anos 1920, uma vez que o autor chega antes da sua obra. Esta só passou a ser difundida após as traduções realizadas pela editora civilização brasileira na segunda metade de 1960. Em concordância com as autoras, “[...] Apesar das discordâncias sobre a diversidade de sujeitos desta recepção, pode-se afirmar com segurança que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seus intelectuais e a Editora Civilização Brasileira foram os principais vetores de difusão das ideias de Gramsci no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980” (ALIAGA; MARANHÃO, 2019, p.3). Para um aprofundamento na discussão acerca da recepção de Gramsci no Brasil e os seus “usos” Cf. Portantiero, 1981; Dias, 1994; 1996; Coutinho, 2007; Del Roio, 2011; Bianchi, 2018; Aliaga e Maranhão, 2019.

dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas (LÊNIN, 1982, p. 10).

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e excluindo as camadas populares.

Na obra *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*, que reúne artigos escritos da década de 1960 até os anos 2000, Carlos Nelson Coutinho expressa uma associação entre os conceitos de via prussiana e revolução passiva, ao analisar o processo de modernização econômica e social no Brasil. Nos termos do autor,

É interessante observar ainda que o conceito lukacsiano de “via prussiana” é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de “revolução passiva” (ou “revolução-restauração”, ou “revolução pelo alto”), com o qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora que foram próprios do caminho italiano para o capitalismo (COUTINHO, 2011, p. 46, nota 21).

Coutinho ainda considera que o fenômeno da “via prussiana” se expressa na questão da passagem para o capitalismo, ao adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Nesse sentido, para o autor, a transição do Brasil para o capitalismo teria se processado “segundo o modelo da ‘modernização conservadora’ prussiana” (COUTINHO, 2011, p. 45-52).

No tocante aos modelos explicativos de via prussiana e revolução passiva, Coutinho (1988) apresenta uma síntese que expressa as singularidades imbuídas entre esses dois conceitos. A chave de explicação pela “via-prussiana” se detém aos

aspectos da infraestrutura⁸³ e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura⁸⁴. Enquanto a revolução passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo.

Luís Werneck Vianna em *Liberalismo e Sindicato no Brasil* de 1976, afirma que um dos tipos básicos de transformação do mundo agrário, sob a hegemonia da burguesia, consiste no modelo prussiano. Este modelo, nos termos do autor,

[...] corresponderia à situação em que a modernização e o capitalismo transformam a economia feudal [...] tendo como agente decisivo a grande propriedade de renda da terra. A liquidação das antigas relações de propriedade no campo não se faz num só processo, mas por uma adaptação progressiva, mais lenta nuns casos do que noutros, ao capitalismo. (VIANNA, 1976, p. 128)

Mais especificamente no caso brasileiro, Vianna (1976) aponta para o fato de que a particularidade da estruturação “prussiana” estaria no fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas, isto é o setor agroexportador, ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido. Esse processo é explicado em razão da impossibilidade do setor mais avançado dirigir o processo de modernização, devido ao seu isolamento das outras classes, camadas e estratos sociais emergentes na sociedade civil.

O uso complementar entre os conceitos de via prussiana e revolução passiva apresentados nesta pesquisa é criticado por José Aricó em *La Cola del Diablo: itinerário de Gramsci na América Latina* publicado em 1988. Conforme explica o autor:

Tengo la impresion de que esta forma de plantear el problema aplasta la potencialidad analítica de la categoría gramsciana al

⁸³ Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo “[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da ‘filologia’ e não da especulação.” (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296).

⁸⁴ No que se refere a superestrutura, Gramsci afirma que: “[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por ‘partenogênese’, mas pela intervenção do elemento ‘masculino’ – a história- a atividade revolucionária que cria o ‘novo homem, isto é, novas relações sociais” (GRAMSCI, CC 6, §64, p.195)

reducirla a una suerte de coronamiento *superestructural* de un modelo factible de ser aplicado a ciertas realidades latino-americanas (ARICÓ, 1988, p.156, nota 98)

Nesse sentido, Aricó (1988) afirma que o uso da categoria “via prussiana” na América Latina resulta de uma indevida aplicação de esquemas abstratos a uma realidade não clássica. Ademais, a categoria revolução passiva pressupõe o reconhecimento do território nacional, ou seja, um exame exaustivo e problematizador das realidades nacionais específicas. Estes problemas deixam claro que a tradução da revolução passiva no Brasil permanece como uma tarefa ainda em aberto.

Cabe também fazer um destaque para o caráter tardio em que se realiza a revolução burguesa no Brasil, quando comparada aos países que compõem o núcleo central do capitalismo. No CC10 §9, Gramsci chama atenção para o fato de que a revolução passiva na Europa ocorre após a revolução francesa, isto é, no período em que estava acontecendo a revolução na Europa, a França já estava passando pelo processo de restauração. No caso dos países latino-americanos, como o Brasil, Aricó (1988) refere-se a este processo como revoluções derradeiras.

Sabe-se que as formações dos Estados nacionais resultantes de uma revolução burguesa não assumem uma única fórmula, esta será correspondente as determinações da luta de classes que propicia esse processo.

[...] a via clássica implica uma solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e criação de um campesinato livre, enquanto o caminho não clássico tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e “pelo alto” novas relações capitalistas. (COUTINHO, 2000, p.4)⁸⁵

Desse modo, o processo da revolução passiva é marcado pelas restaurações progressistas que modificam a composição das forças sociais. O que fica evidente é a combinação histórica entre os elementos velhos e novos para a conformação do capitalismo industrial e a formação de um Estado nos moldes burgueses. Esse processo só é possível, portanto, em razão do “[...] acordo entre as frações das

⁸⁵ Citação retirada do texto intitulado *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes* de autoria do Carlos Nelson Coutinho. Está disponível no site <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>. Acesso em: 20/08/2018.

classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos [...] (COUTINHO, 1988, p.106)".

Nesse sentido, a pesquisa revelou, e é de suma importância ressaltar, o fato da ausência de iniciativa popular na história brasileira, do mesmo modo da experiência italiana no Risorgimento. Corroboramos com o entendimento de Coutinho (1988), que nos processos de transformação "pelo alto" no Brasil é possível identificar os dois momentos que caracterizam a revolução passiva em Gramsci, quais sejam: a restauração e a renovação.

[...] O triunfo dessa Revolução [de 1930] levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados (COUTINHO, 1988, p. 109).

Desse modo, ao tempo em que houve uma inovação do ponto de vista econômico, houve também uma reorganização das classes hegemônicas no Brasil. No caso brasileiro, a revolução burguesa de 1930 assumiu materialidade a partir da ascensão de Vargas ao governo federal mediante uma junta provisória. Como observado na pesquisa, esse momento histórico não é marcado pela substituição das velhas classes no poder, tampouco pela insurreição dos setores subalternos. O que podemos visualizar é um processo de "recomposição das estruturas de poder", como apontou Florestan Fernandes (1976), com base na coerção estatal apoiada no Exército e no consenso das camadas subalternas mediante a concessão de benefícios aos operários industriais.

Diante disso, podemos afirmar que a hegemonia burguesa que assume materialidade com a figura de Vargas foi constituída com base nos elementos de coerção e consenso. Esse processo assume centralidade com base nas forças armadas e mediante as alianças entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora urbana.

Nesse sentido, o nosso objeto se revela e nos permite inquirir a realidade, tomando como premissa a ideia de que a reação das classes dominantes ao subversivismo das camadas populares caracteriza-se como uma revolução passiva.

O modo pelo qual as classes dominantes reagiram a essas pressões “de baixo” foi a realização de uma outra “revolução passiva”, a chamada “Revolução de 1930”, através da qual [...] os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistaram uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando ao mesmo tempo a ala mais moderada da liderança das camadas médias, os tenentes (COUTINHO, 1988, p.122)

No período desse estudo, podemos verificar, então, que o autoritarismo da dominação se impõe pela cooptação dos líderes e dos integrantes do tenentismo e dos movimentos sindicais que emergiam no cenário e evidencia o processo de desorganização desses movimentos. Este, por sua vez, se dá pela via do transformismo e pela repressão.

Nosso argumento se apoia em Fernandes (1976), ao apontar que a dominação burguesa estava associada aos procedimentos autocráticos, enquanto resquícios do passado e inovação do presente, sobretudo porque naquele momento do país, não havia constituição e expansão de procedimentos democráticos. Esse momento de transição também marca a passagem do capitalismo da fase concorrencial para a fase monopolista, que culmina na evolução para o Brasil moderno (FERNANDES, 1976). Esse processo também imprime uma particularidade a burguesia que se constitui no Brasil, nos termos do autor:

[...] No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo, que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado [...]. No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder, sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (FERNANDES, 1976, p. 220).

Consideramos, assim, que nos Estados burgueses que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como “revolução passiva” - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de

Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. A pesquisa revela ainda que a recomposição das estruturas do poder hegemônico marca o início do processo de modernização no Brasil e separa a era senhorial da era burguesa, conforme aponta Fernandes (1976). Para o autor, a articulação se deu entre a preservação do setor agroexportador ao tempo em que a burguesia industrial assume a relevância no cenário econômico.

É importante, portanto, considerar o aspecto que assume a revolução passiva na formação do Estado burguês brasileiro a partir da não realização de uma reforma agrária no país.⁸⁶ Isso reflete de forma particularizada, de certo modo travando a questão do desenvolvimento. No caso do Brasil, em particular, não houve uma alteração das bases de produção.

Nesse sentido, em *Estado e capitalismo na “revolução passiva” brasileira*, Burity (1988) parte da constatação de que não tivemos no Brasil o surgimento de uma burguesia nos moldes europeus ou americano clássicos. Ao contrário desses países, o Brasil possui a singularidade que a burguesia não efetiva a sua dominação com um projeto autônomo como na Europa.

Desse modo, nos países latino-americanos o Estado burguês surge pela necessidade de regulação do modo de produção capitalista. Conforme aponta Burity (1988), o Estado constitui um ator fundamental desse processo de constituição do modo de produção. Assim, o Estado que surge no Brasil em 1930, assume o encargo de generalizar a ordem capitalista para os espaços político, econômico e social da nação, de forma corporativista.

[...] Enfim, a nota mais destoante é atinente ao papel central assumido pelo Estado na modelagem da ordem capitalista excludente brasileira, disciplinando e tutelando a sociedade, de forma a enquadrá-la e torná-la funcional a um esquema de acumulação privada de capital (BURITY, 1988, p.175).

Notamos que as discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina, no sentido gramsciano de revolução ativa, apresentam-se como consenso na literatura sociológica brasileira que se produziu com o objetivo de compreender a formação social do Brasil desde o

⁸⁶ Nesse estudo não se pretende aprofundar a análise da temática em questão. Para uma análise mais detalhada Cf. PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento tornou evidente uma burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

Além disso, o que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes. Nesse sentido, em decorrência da crise de 1929, notabilizamos a concretização da transição do padrão de dominação vigente, que desencadeia com a revolução em 1930. Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013),

[...] estabelecendo-se o chamado “Estado de compromisso”, que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e **estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Seguindo esse trilha analítico e arcabouço categorial gramsciano, um dos objetivos dessa pesquisa é, de fato, identificar os elementos que caracterizam a revolução burguesa brasileira como revolução passiva, buscando compreender qual o papel dos intelectuais militares desempenharam nesse processo.

Para isto, retomamos as questões que foram formuladas no capítulo anterior, que vão orientar a finalização desta exposição: em que sentido as direções militares podem ser qualificadas como intelectuais? Os militares podem assim ser considerados pelo fato de representarem política e moralmente os interesses de uma determinada classe social? Mais especificamente, é possível dizer que o Tenentismo expressa a concepção de mundo de uma fração da pequena burguesia emergente no cenário político brasileiro?

A estas questões se soma uma última: qual o papel dos intelectuais militares na revolução passiva brasileira nas décadas de 1920 e 1930?

3.2. A revolução brasileira de 1930: o momento político da revolução - restauração

Os principais determinantes políticos, econômicos e sociais que culminaram no movimento contrarrevolucionário de 1930 desdobraram-se desde o processo de transição do padrão de dominação na primeira república. Conforme apresentamos no capítulo anterior, a luta de classes se expressava no âmbito político através das disputas eleitorais, em que as classes médias reivindicavam o fim da política oligárquica e exigiam uma maior representação. Esse contexto também foi marcado pelo processo de urbanização e industrialização e pela crise de 1929, que acirrou o contexto das eleições de 1930. Em concordância com Sodré (1976),

A crise de 1929 permitiu ao movimento tenentista aglutinar-se com outras forças políticas, tradicionais algumas, capazes de constituir a ampla frente que desembocaria na revolução de 1930, logo vitoriosa. Aquela revolução trouxe, assim, como uma de suas componentes principais, a corrente tenentista (SODRÉ, 1976, p. XIX).

Nesse sentido, a articulação entre as oligarquias dissidentes e os tenentes, que já se desenvolvia lentamente desde o debate da sucessão de Washington Luís, aprofundou-se a partir do resultado da derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1929, fato que também contribuiu significativamente para o movimento armado de 1930. Conforme apontam Ferreira e Pinto (2006), após as eleições realizadas em Março de 1930, os setores da Aliança Liberal, que estavam insatisfeitos com o resultado das eleições, buscaram uma aproximação com as lideranças do movimento tenentista, que continuavam sendo uma força importante em razão da sua experiência militar e do seu prestígio.

Cabe aqui chamar atenção para o elemento de contradição que a pesquisa revela: em meio a esse processo de conspiração revolucionária, os tenentes não possuíam uma posição homogênea. Segundo Abreu (FGV/CPDOC), enquanto alguns dos líderes do tenentismo aderiram à Aliança Liberal, a exemplo de Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, também havia uma posição contrária ao movimento, tratava-se de um dos líderes mais importantes do tenentismo, Luís Carlos Prestes. Nesse momento, cabe ressaltar o giro político à

esquerda de Prestes, uma vez que não houve uma adesão aos convites para apoiar a candidatura de Vargas, aprofundando-se nos estudos do marxismo enquanto estava exilado na Bolívia e aceitou a filiação ao PCB. Esse posicionamento torna-se mais evidente através da publicação do Manifesto de Maio de 1930, no qual Prestes realiza uma análise do momento político brasileiro e declara:

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes (Manifesto de Maio de 1930)⁸⁷.

Um dos acontecimentos que tiveram uma relevância extrema para a eclosão da “revolução” de 1930 foi o assassinato de João Pessoa em 26 de Julho de 1930, o candidato a vice presidente pela Aliança Liberal. Apesar dos motivos privados que influenciaram este crime, Abreu (CPDOC/FGV)⁸⁸ aponta que a responsabilidade foi atribuída ao governo federal e João Pessoa tornou-se um mártir do movimento armado que se articulava, fato que acelerou os preparativos da revolução.

Diante da pressão dos militares para os líderes políticos se definissem em relação ao movimento revolucionário, Prestes renunciou ao posto de chefe militar da revolução. Após este fato, o general Pedro Aurélio Gois Monteiro foi convocado a assumir esse cargo, no sentido de apontar para a direção estratégica necessária a revolução de 1930. Conforme explica Abreu:

[...] Com a renúncia de Prestes ao posto de chefe militar da revolução, **Pedro Aurélio de Góis Monteiro** foi convidado a assumir seu lugar. [...] Seus dois subchefes seriam João Alberto e Newton Estillac Leal, antigos componentes da Coluna Prestes, enquanto Virgílio de Melo Franco atuaria como seu secretário e o comandante

⁸⁷ Manifesto de Maio de Luís Carlos Prestes. Fonte: Diário da Noite, São Paulo, 2ª edição, 29/5/1930. *Apud* BASTOS, Abguar. Prestes e a Revolução Social. R. J., Ed. Calvino, 1946, pp. 225-229. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>> Acesso em: 21/06/2019

⁸⁸ Esse texto refere-se ao verbete temático *Revolução de 1930* redigido por Alzira Alves de Abreu, coma colaboração especial de Lúcia Lippi de Oliveira para o CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/revolucao-de-1930-3>> Acesso em: 29/04/2019

Herculino Cascardo, da Marinha, igualmente revolucionário de 1924, como oficial de informações (ABREU, CPDOC/FGV, grifo nosso).

Nesse sentido, a contradição também se apresenta no fato de que os tenentes que aderiram a Aliança Liberal passaram a ser liderados por Góis Monteiro, o novo chefe da revolução, que fazia parte da parcela dos militares que não participou do movimento tenentista e era defensor da ordem. Ademais, Góis Monteiro representava os militares que defendiam o governo da república oligárquica e exerceu um papel de combate aos movimentos dos tenentes rebeldes, que se desenvolveu desde o levante de 1922 até a Coluna Prestes.

É de suma importância entender que a ascensão de Vargas ao governo do Estado em 1930 ocorreu mediante uma tomada do governo sob o comando dos militares, representados não mais na figura de Prestes, mas sob a liderança do general Góis Monteiro. Desse modo, cabe aqui ressaltar o papel de Góis Monteiro como agente do transformismo operado pelos tenentes.

Observando esse processo, Abreu (CPDOC/FGV) aponta que o movimento armado da “revolução de 1930” teve início em 3 de Outubro deste mesmo ano, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e a chefia militar de Pedro Aurélio Góis Monteiro⁸⁹. Tinha como objetivo imediato a derrubada do governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes na Presidência da República, eleito na última votação em Março de 1930. Isso significa dizer que o processo revolucionário desenvolveu-se a partir do ataque às tropas legalistas nos quartéis e batalhões militares, do Sul ao Norte do Brasil.

Segundo Ferreira e Pinto (2006), a conspiração estourou inicialmente em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia 3 de Outubro de 1930. Posteriormente, difundiu-se para os Estados do Nordeste. Apesar de algumas resistências, a pressão das forças revolucionárias do Sul e as manifestações populares, forçaram a entrega do governo do país a Getúlio Vargas.

Conforme aponta Abreu (CPDOC/FGV), um grupo de oficiais-generais exigiu a renúncia de Washington Luís, através de um documento enviado pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme. Diante da negativa de

⁸⁹ Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi general do exército e político brasileiro. Em razão da heterogeneidade política no Exército, não apoiou o tenentismo e exerceu a tarefa de combate a esse movimento. Diante da renúncia de Prestes ao comando do movimento, tornou-se o novo chefe dos tenentes. Para mais informações Cf <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro>>.

Washington Luís, os militares ordenaram o cercamento do palácio Guanabara e a sua prisão. A princípio, a substituição de Washington Luís foi por uma junta provisória, composta pelo general Tasso Fragoso, o general João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha, que trataram de comunicar a Vargas a suspensão das hostilidades em todo o país.

Assim, em Outubro de 1931 Vargas desembarcou no Rio, trajado de uniforme militar e com grande chapéu gaúcho, antecedido por três mil soldados e uma manifestação em seu apoio, conforme descreve Abreu (FGV/CPDOC). Em 3 de novembro de 1930, Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório⁹⁰.

Nossos estudos nos levaram a perceber ainda a existência de uma corrente de interpretação histórica da revolução de 1930 como uma revolução das classes médias. Esta vertente teve como pioneiro Virgínio Santa Rosa com a obra *O sentido do Tenentismo* de 1976. Na sua análise, o autor destaca o protagonismo central da classe média no movimento revolucionário, bem como chama atenção para a relação intrínseca entre esse setor e o movimento tenentista.

De acordo com Boris Fausto, no clássico *A revolução de 1930: história e historiografia* de 1987, essa corrente ainda era constituída por Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, defensores da ideia de que esse momento foi resultado da disputa econômica entre os setores médios e os grandes fazendeiros. Por outro lado, o autor aponta que as análises de Wanderley Guilherme dos Santos e Ruy Mauro Marini consideravam que a revolução derivou da cisão da burguesia nacional que possibilitou a ascensão da burguesia industrial.

No trato dessa bibliografia, podemos inferir que apesar das singularidades que se evidenciam nas análises das obras perscrutadas, observamos ainda que há dois elementos significantes que se colocam de forma consensual. O primeiro refere-se ao tratamento da revolução burguesa por meio de um processo "não clássico" e o segundo, remete-se ao período principal no longo processo da revolução burguesa brasileira, o fato de que a revolução de 1930 marca a formação

⁹⁰ O Governo Provisório de Vargas compreende o período que teve início quando Vargas ascendeu ao poder após a "revolução" de 1930 e foi finalizado em 1934, através da eleição indireta de Vargas para permanecer no poder por mais quatro anos. Esta fase é reconhecida pelas medidas centralizadoras adotadas por Vargas, pela indicação das interventorias estaduais e pelo nacionalismo. Ampliou o aparato burocrático do Estado com a criação do Ministério do Trabalho e a Justiça eleitoral, além de criar uma legislação eleitoral firme, com voto secreto e feminino. Fonte: História do Mundo e FEC Unicamp, disponível em: www.historiadomundo.com.br e <http://www.fec.unicamp.br>. Acesso em: 27/06/2019

de um Estado burguês no Brasil, independente das diferenças acerca do período inicial.

Portanto, o que a pesquisa evidencia é que a revolução burguesa brasileira ocorreu mediante um pacto pelo alto, do ponto de vista das classes sociais em presença, no qual as velhas oligarquias permaneceram no poder, constituindo-se como principal sustentáculo da industrialização, sendo, portanto, vetor do surgimento da burguesia industrial, que constituía as classes médias urbanas. Esse movimento representa o momento político restaurador em 1930. Outro elemento que fica patente é a ausência da iniciativa popular enquanto sujeito do processo “revolucionário”, isto é, não há uma unificação das massas populares a fim de conduzir um movimento jacobino. Nas páginas que se seguem iremos apresentar as principais características desse processo.

3.2.1. A dialética da inovação-conservação: aliança entre antigas e emergentes classes sociais

Tendo em vista que uma das fórmulas explicativas da revolução passiva em Gramsci é a inovação e conservação, no processo da revolução de 1930, tratada nesta pesquisa como revolução passiva, verificamos que ao tempo em que a burguesia industrial emergente ascende no cenário político brasileiro não ocorre uma retirada do poder das oligarquias agrárias. Há, nesse momento, uma propulsão no sentido inovador da economia com o processo de industrialização, mas a velha relação política se conserva através da aliança entre a burguesia emergente com as arcaicas oligarquias, uma vez que aquelas são dependentes destas.

Assim, ao observamos o período do Varguismo, podemos visualizar um processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico. Por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se e se modernizam pela conciliação com a nascente burguesia industrial; por outro lado, as formas produtivas se modernizam com o processo de industrialização, mas mantêm a finalidade de garantir a lucratividade, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores.

As alianças firmadas com os setores de agroexportação possibilitaram a passagem para o capitalismo industrial mediante um processo gradual. Desse modo, na revolução passiva brasileira, o Estado moderniza-se molecularmente, num longo período que tem na década de 1930 o seu ápice, mas conserva o equilíbrio das alianças realizadas entre a burguesia industrial e a agroexportadora desde o período do Império. Nesse sentido, conforme aponta Del Roio,

A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a economia 'reformisticamente' de individualista para economia de segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma 'economia média' entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progredidas sem cataclismos radicais destrutivos de forma arrasadora (GRAMSCI, 1975, p.1089 *apud* DEL ROIO, 2009).

Na leitura de Gramsci, veremos que o autor aponta com um maior detalhamento o processo de mudança molecular no CC15 §56, referindo-se ao processo do *Risorgimento* Italiano como uma revolução passiva, de modo que os protagonistas desse movimento são os fatos e não os homens individuais:

[...] Como sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase (GRAMSCI, CC 15, § 56, p.328).

Assim, o que queremos destacar nesta pesquisa é o fato de a nascente burguesia industrial brasileira ter realizado um processo de industrialização no qual adequou as velhas estruturas das oligarquias agrárias. Desse modo, compreendemos que esse processo ocorreu por meio de uma “modernização pelo alto”.

Nesse sentido, é consenso na bibliografia apresentada o entendimento de que, no período decorrente da Revolução de 1930, as classes dominantes eram concomitantemente a nascente burguesia industrial e as antigas oligarquias agrárias. Apesar do leque de discussões que tem sido realizado em torno desse

momento histórico, esse aspecto se apresenta como o mais relevante nas análises do caso brasileiro.

Em decorrência desse processo, outro elemento marca o quadro das relações estabelecidas entre a classe dominante e os subalternos: acontece uma redefinição na relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais.

Incorporando os elementos que conformam o momento político brasileiro com o tenentismo e a incorporação das categorias sociais de Estado no aparelho estatal, pode-se dizer que as classes médias urbanas passam a adquirir um relativo grau de autonomia política, em relação tanto às classes dominantes quanto às classes subalternas (FORJAZ, 1984)

Daí porque autores como Hélio Jaguaribe (1958), Guerreiro Ramos (1957) consideram 1930 como sendo a “revolução das classes médias”, dado o seu protagonismo e presença na vida nacional. Nesse sentido, a autonomização política do Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro, não elimina o conflito de classes que se expressa na sociedade civil, ao contrário, a dominação de uma classe sobre outra se realiza também no terreno extra-econômico, subsumida pela radicalização político- ideológica. Isso significa que o Estado passa a intervir com a finalidade de garantir a reprodução da hegemonia burguesa, por um lado, integrando diversas categorias sociais de classe média ao bloco dominante, e por outro, reprimindo os trabalhadores e a desorganização dos movimentos políticos, ao tempo em que organiza o consenso através da criação do aparato de legislação trabalhista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013).

Portanto, o processo de modernização capitalista brasileiro não passou por uma revolução democrático-burguesa de tipo jacobina, como explica Coutinho:

Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social (COUTINHO, 1988, p.106).

Desse modo, considerando a dialética inovação-conservação, podemos afirmar que a direção da revolução de 1930 foi composta por um conjunto de forças heterogêneas, nas quais estão inseridas as oligarquias agrárias e cafeeiras, a

emergente burguesia industrial dependente politicamente e os tenentes que passaram a apoiar este movimento “revolucionário”. Conforme aponta Fausto no livro *História Concisa do Brasil* de 2012,

A revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social, fosse ela a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que no plano político se formulasse um programa em seu nome (FAUSTO, 2012, p.181).

Portanto, a revolução burguesa brasileira em 1930 como revolução passiva uniu na mesma cena: a conservação da oligarquia agrária e a inovação com a emergente burguesia industrial. Com isso, combinou-se velhos e novos elementos da produção, sob novas bases capitalistas.

3.2.2. A ausência de uma iniciativa popular unitária

A conjuntura decorrente da revolução de 1930, marcada pela ascensão de Vargas ao Governo Federal, caracteriza-se pelo fortalecimento do processo de industrialização no âmbito econômico. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Embora essa conjuntura seja marcada pela agitação popular no campo e nas cidades, as análises de Coutinho (1988, 2011) e Del Roio (2018)⁹¹ apontam que o processo da revolução burguesa brasileira não ocorreu por meio de uma iniciativa popular unitária, isto é, pela insurreição desses setores subalternos, configurando a ausência do elemento jacobino. Nesse sentido, esse movimento não ocorreu através da direção de uma burguesia revolucionária que se uniu às massas camponesas e aos trabalhadores urbanos, ao contrário, houve uma aliança entre as classes

⁹¹ Estas análises apresentam essa discussão de forma mais contundente entre os autores estudados, embora toda a bibliografia que subsidia a pesquisa desta dissertação aponte elementos que expressam a não ocorrência de uma insurreição popular na revolução burguesa do Brasil.

dominantes no processo de modernização, ao mesmo tempo em que houve uma exclusão das massas populares.

Na revisão dos estudos que se debruçam sobre a revolução burguesa no Brasil, observamos que os movimentos que eclodiram de baixo não possuíam uma unidade orgânica e estabilidade no tempo. Tais movimentos manifestaram-se de maneira episódica e sem uma continuidade, com pautas segmentadas e não unitárias, de modo que não se verifica uma insurreição popular. Neste período, marcado pela “recomposição das estruturas de poder”, um dos movimentos mais marcantes foi o tenentismo. Embora se colocasse com um programa revolucionário, que a fundo era um movimento reformista, não estabeleceu vínculos com as massas urbanas ou rurais. Uma parcela mínima dos civis participou desse movimento, visto que tinha um caráter predominantemente militar.

Assim, na passagem dos anos 1920 para 1930, a mudança do padrão de dominação vigente não foi propiciada pela participação de elementos ativos das camadas populares. As reivindicações dos setores subalternos se expressaram no cenário nacional de maneira fragmentária, de modo que não houve uma identidade nas bandeiras de luta. Compreendemos que nesse momento seria necessário uma insurreição das massas populares para que o processo revolucionário de 1930 se caracterizasse, de fato, como uma revolução ativa. Mas, o que ocorreu foi uma crescente desorganização das massas por parte da repressão aos movimentos e a assimilação dos líderes para compor a base do governo.

Há que se considerar também que, a medida em que a industrialização se instalava nos centros urbanos, o operariado apresentava as suas insatisfações de forma corporativa, mediante os sindicatos. O que verificamos na leitura de Luís Werneck Vianna, em *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil* de 1976, é que no período Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho em 1930, este vinha acompanhado de um discurso modernizante. Esse aspecto se expressa no decreto nº 19.770, de Março de 1931, segundo o qual “os sindicatos deveriam servir de para-choques entre as tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho” (VIANNA, 1976, 146)

Nesse sentido, podemos afirmar que Vargas atuou diretamente para barrar as iniciativas autônomas dos sindicatos, uma vez que criou um sindicato único, definido o sindicato como um “órgão de colaboração com o poder público” (VIANNA 1976). Desse modo, o processo de organização da classe trabalhadora passa a se

constituir com um forte vínculo estatal e as reivindicações desses sujeitos passam a ser canalizadas para dentro do aparato estatal. Portanto, o autor aponta que a nova sistemática dos sindicatos passa a ser: desmobilização, despolitização e desprivatização.

Nesse sentido, ainda que subsistam diferenças entre os autores, é consenso na literatura o fato do movimento operário ter se institucionalizado na cena política brasileira, atendendo aos interesses do governo. Dessa forma, não ultrapassa essa esfera e se limita a pautas corporativas, que não transcendem a esfera dos interesses privados e por vezes se restringem a realizar pressões por melhorias salariais. Embora essas pautas tenham a sua importância, não são suficientes para enfrentar a recomposição do bloco no poder nesse momento.

Outro aspecto de importância primordial foi verificar que o movimento que propiciou a constituição dos sindicatos na Era Vargas foi marcado pelo forte caráter de disciplina do trabalho⁹². Esta, por sua vez, foi imposta ao processo de trabalho tanto pela formulação de um aparato legal de regulação do trabalho, que teve expressão máxima com a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, quanto pela repressão do aparato militar do Estado, que considerava as atividades de organização dos trabalhadores como uma ameaça à ordem. Desse modo, as organizações sindicais também passaram por uma progressiva perda de autonomia frente ao Estado. Os sindicatos foram alinhados à estrutura estatal⁹³ e as lutas dos trabalhadores passaram a ser disciplinadas com a finalidade de evitar uma ameaça revolucionária, uma vez que esse movimento teve influência da organização dos trabalhadores que se baseavam em práticas políticas organizativas como o anarquismo e o comunismo que protagonizaram a luta de classes no Brasil nos anos 1930.

[...] a ação desorganizadora do Estado que, depois de 1930, não apenas reprime as velhas organizações operárias como trata de

⁹² Para uma análise mais detalhada desse processo de disciplinarização do trabalho Cf. GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*. CC 22 (Volume 4, Edição Brasileira); para visualizar essa particularidade no Brasil Cf. IAMAMOTO e CARVALHO. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 39ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

⁹³ Esse processo teve início a partir do Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30/04/2018.

‘competir’ com elas junto à classe por meio de uma política de incorporação difusa das massas operárias (WEFFORT, 1972, p. 69).

Nesse sentido, essa estrutura emergente revestia-se do viés corporativista, no sentido de que as reivindicações dos trabalhadores não alcançavam uma pauta única como classe⁹⁴. Ao tempo em que o Estado não permitia a organização autônoma dos trabalhadores, elaborava estratégias para evitar o esvaziamento dos órgãos criados para incorporar esses movimentos. Conforme a análise de Iamamoto e Carvalho (2013) sobre este período:

Toma forma uma estrutura burocratizada e complexa vinculando as entidades sindicais ao Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho. A ação direta da classe operária é coibida e reprimida, mas se lhe faculta entrar em dissídio coletivo, entrar em juízo e reivindicar. [...] Os movimentos autônomos são proibidos, mas se incentiva a sindicalização e as mobilizações organizadas para receber e agradecer novos *benefícios* outorgados pelo Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.254).

Portanto, as lutas populares aparecem no período Vargas de forma engessada, corporativizada e verticalizada. Em outros termos, “[...] é precisamente a adoção do corporativismo pela burguesia industrial como princípio de organização social e estatal que dá o tom específico do caso brasileiro de ‘revolução passiva’” (BURITY, 1988, p.184).

Cabe aqui enfatizar que esse processo de repressão à organização autônoma dos trabalhadores e o estímulo a adesão aos sindicatos, cumpre uma função nesse momento de renovação da hegemonia burguesa no âmbito do Estado Vargas: evitar uma insurreição das massas que transcenda à esfera corporativa. Nesse sentido, como estratégia de legitimidade e de formulação de consenso, o Estado incorpora parte das demandas dos trabalhadores. Estas assumem o caráter de concessão, a exemplo do reconhecimento dos direitos trabalhistas nas legislações

⁹⁴ Segundo a indicação de Dias e Bosi (2005), somente em 1945 formulou-se o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), uma organização inter-sindical que buscava unificar as reivindicações dos trabalhadores. Ademais, em outro texto clássico sobre *As origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*, Weffort (1972) nos esclarece que, “[...] O imposto sindical, desde que foi estabelecido em 1940, constitui-se na condição fundamental da dependência dos sindicatos. [...] Subordinado a uma política de apoio ao governo, o MUT [Movimento Unificador dos Trabalhadores] pretendia maior autonomia para os sindicatos porém sem tocar naquilo que constituía a explicação básica de sua dependência.” (WEFFORT, 1972, p.84)

criadas entre 1930-45, bem como realiza a cooptação de líderes do movimento dos trabalhadores para compor a base governista.

[...] a violência que caracteriza o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes por meio da repressão e tortura, não podem esconder a outra face de sua postura que se traduz na influência de sua política de massas. A estrutura corporativa do Estado Novo para validar essa fonte de legitimação, deve necessariamente incorporar de alguma forma reivindicações dos setores populares (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 250).

É preciso considerar que o processo político de passivação também é marcadamente uma característica decorrente da formação social brasileira. Essa configuração, do ponto de vista das classes subalternas, é apontada na literatura como um fato que se verifica com o movimento de superação de uma fina casta estamental para o patamar de cidadão. Desse modo, não se percebe historicamente a demarcação de uma insurreição popular que possibilite uma ascensão ao poder estatal mediante uma alteração na estrutura das classes sociais, o que acontece, em outros termos é que,

Rompendo a fina casca estamental, o homem possessivo de mercado assume sua irrestrita apetitividade. [...] O homem burguês, no seu perfil clássico, erige-se como a personalidade básica das elites dirigentes. Importa pouco o seu ranço aristocrático, como, de resto, sucedeu com o exemplo clássico dos aristocratas ingleses nos séculos XVI e XVII (VIANNA, 1976, p.92).

Portanto, reafirmamos que no Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia autônoma no poder do Estado, bem como o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. Desse modo, percebe-se que as características da revolução passiva aparecem através do progresso molecular que é resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Em outros termos, “[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagônica” (DEL ROIO, 2009, p.100).

Portanto, considerando o protagonismo das classes médias no processo revolucionário de 1930, através do tenentismo, analisaremos a atuação dos militares que desempenharam funções intelectuais na organização e direção desse movimento.

3.3. A atuação dos intelectuais na revolução passiva brasileira de 1930: uma análise dos militares

Nas notas escritas no CC12 §1 sobre a América do Sul, Gramsci indica que os intelectuais tradicionais podem ser enquadrados em duas categorias, que embora não fossem amplas, eram constituídas pelo clero e pelos militares. Nos termos do próprio autor,

Pode-se dizer que, no geral, existe ainda nessas regiões Americanas [do Sul e Central] [...] uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do Estado moderno (GRAMSCI, CC12, §1, p. 31).

Exatamente no contexto em que discute o papel dos intelectuais na América do Sul, Gramsci refere-se apenas uma vez ao Brasil, de maneira mais específica:

De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela contrarreforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações ainda hoje resistentes nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia (GRAMSCI, CC 12, § 1, p. 31).

É inegável a constatação de que no Brasil os militares e o clero, como intelectuais tradicionais, mantêm importante papel nas relações políticas de forças. No entanto, cabe aqui chamar atenção para a singularidade do Brasil, capturada em

nossa pesquisa, uma vez que o fenômeno da politização dos militares⁹⁵, com ênfase nos tenentes, constitui uma característica histórica no Brasil. Enquanto sujeitos políticos fundamentais desta pesquisa, podemos afirmar que os militares do movimento tenentista não se encaixam em nenhuma fórmula preexistente e rígida.

Convém destacar que os estudos referentes ao período do Varguismo no Brasil, que se desenvolveram até o período da realização desta pesquisa, não incorporam as análises voltadas para a concepção gramsciana sobre os intelectuais na América do Sul.

Na historiografia sociológica brasileira parece haver uma ausência sobre essa agenda de pesquisa desde a abertura democrática, tanto que importantes pesquisadores sobre esse período da vida nacional consideram que “[...] apesar da relevância política dos militares no processo de desenvolvimento político no Brasil, no entanto, não há estudos e pesquisas, empíricas ou teóricas, proporcionais ao seu peso (FORJAZ, 1984, p. 43):

Sobre o mérito da questão - por que e como, na formação social que nos é peculiar, os militares se tornaram em decisivo atores no sistema de Estado - realmente (há) muito pouco, em termos de insights teóricos e fecundos trabalhos de pesquisa empírica. (FIGUEIREDO, 1979, p. 16).

No texto *O Brasil dos gramscianos* publicado em 2016 por Álvaro Bianchi, podemos visualizar esse debate, tanto que o autor indica que essa agenda de pesquisa ainda se coloca em aberto:

As hipóteses aventadas por Gramsci a respeito dos intelectuais no Brasil encontravam-se claramente articuladas a uma teoria da formação do Estado nacional e eram extremamente férteis. Particularmente notável foi sua intuição sobre o predomínio dos intelectuais da igreja e do Exército na vida política da jovem República. Sem dúvida eram pistas importantes que poderiam ter orientado uma agenda de pesquisa. Não foi isso, entretanto, o que ocorreu. Apesar da grande influência que a obra do sardo teve e tem

⁹⁵ Conforme aponta Forjaz (1983) no Brasil e na América Latina, em geral, a profissionalização não conduziu a uma despolitização das Forças Armadas. Nesse sentido, a autora apresenta que ao contrário, a profissionalização oferece recursos políticos que favoreceu a intervenção nos negócios públicos. Nos termos da própria autora “o tenentismo, o tempo todo, introduziu a política no Exército e, portanto, esteve no polo oposto da mentalidade militar que se tornou hegemônica ao longo dos anos 30, de fazer a política do Exército” (FORJAZ, 1983, p. 12).

neste país, sua “interpretação do Brasil” foi completamente ignorada até o momento (BIANCHI, 2016, p.119).

Nesse sentido, essa pesquisa se coloca no âmbito dessa agenda de investigação ao pretender oferecer uma contribuição aproximativa da realidade histórica, no sentido da compreensão da atuação dos tenentes enquanto intelectuais orgânicos das classes médias na revolução burguesa brasileira.

No CC 12 § 1 Gramsci afirma que os graus de organicidade dos diversos estratos intelectuais está relacionado à conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, por meio da qual se desenvolvem as suas funções organizativas. Desse modo, a partir da correspondência ético-política das reivindicações dos intelectuais tenentes com as classes médias e a pequena burguesia, as análises apresentadas⁹⁶ nesta pesquisa reforçam a caracterização dos tenentes como intelectuais orgânicos da burguesia emergente.

Dito de outro modo, os militares do tenentismo desempenharam funções dirigentes, como organizadores das classes médias e da burguesia industrial emergente, no processo da revolução de 1930, ao representarem os anseios e as pautas desses setores.

Seguindo a indicação do comunista sardo, o caráter da atividade intelectual deve ser buscado “no complexo geral das relações sociais” e não no intrínseco da qualidade específica da atividade intelectual. Nesse sentido, a nossa pesquisa revela que o protagonismo dos tenentes está intrinsecamente relacionado ao movimento de ascensão da pequena burguesia industrial. Conforme aponta Santa Rosa (1976),

[...] Agora é difícil haver alguma força capaz de impedir esse movimento ascensional da pequena burguesia. E, atualmente, dentro dos moldes partidários brasileiros só há uma força com possibilidades de dar novas acelerações a esse movimento e forma adequada a essas aspirações, tudo de conformidade com as diretrizes sociais do mundo contemporâneo. **Essa força é o tenentismo** (SANTA ROSA, 1976, p. 54).

⁹⁶ Estamos fazendo referência, em especial, as leituras de: Santa Rosa, 1976; Sodré, 1967,1985; Saes, 2009; Carvalho, 2005; Malta, 1969.

Assim, conforme apresentamos no capítulo anterior, esta pesquisa evidencia que o tenentismo foi um movimento que emergiu nos quartéis e posteriormente houve uma tentativa de aproximação popular, que assumiu maior expressão com a Coluna Prestes⁹⁷. A princípio esse movimento colocava-se contra a ordem ao representar uma ideologia modernizadora, de modo que se propunham como agentes desse processo e defensores das pautas das classes médias⁹⁸. No entanto, o tenentismo caracteriza-se como um movimento extremamente contraditório uma vez que ao emergir da burguesia, apresentavam traços nitidamente conservadores e encontraram os limites na própria ordem ao serem absorvidos transformisticamente ao Estado.

Portanto, tendo em vista os elementos da conjuntura de 1930, é possível chegar à conclusão de que os militares caracterizam-se como intelectuais orgânicos e não como tradicionais, com ênfase na sua vinculação de classe. Apesar de ter nascido no interior de uma corporação pertencente ao aparelho de Estado, voltada institucionalmente para a formação de intelectuais defensores da ordem, o movimento dos tenentes defendia pautas de contestação, utilizando-se de guerra de movimento e de táticas rupturistas.

Nosso argumento se ancora nos aspectos da realidade brasileira na temporalidade de nosso estudo, que nos permite inferir e sustentar a defesa dos militares como intelectuais orgânicos, trazendo maior complexidade e ressaltando as especificidades brasileiras sobre a definição gramsciana dos militares brasileiros como intelectuais tradicionais. Procuramos demonstrar a particularidade do Brasil está justamente na politização e heterogeneidade das corporações militares. Neste sentido, chamamos a atenção para a particularidade dos militares que compunham o movimento tenentista e o seu protagonismo na revolução passiva brasileira. Todos os indícios e achados da pesquisa nos levaram a confirmar nossa suposição, que apresentaremos sob três perspectivas:

A primeira se baseia no fato de que os militares que endossavam a carreira do Exército advinham majoritariamente da burguesia industrial nascente, composta pelas classes médias das cidades. Este elemento assume uma relevância nos estudos, conforme tratamos no capítulo anterior, por isto faz-se necessário enfatizar

⁹⁷ Uma discussão mais detalhada sobre esse tema foi realizada na seção 2.3.3 do capítulo 2.

⁹⁸ Vale aqui retomar e chamar atenção para as pautas liberalizantes e das classes médias defendida pelo tenentismo, a exemplo do voto secreto, independência do Judiciário e defendiam um recrudescimento do papel do Estado.

a determinação de classe social dos intelectuais militares a fim de não cair numa análise abstrata. Conforme os dados apresentados na análise de Carvalho (2005), cerca de 76% da composição dos alunos da Escola Militar do Realengo em 1941 pertenciam à classe média. Como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 02- Profissão dos pais dos alunos da Escola Militar do Realengo

Classe alta tradicional	Classe média	Classe baixa qualificada	Classe baixa não qualificada
Fazendeiro 3,8	Industrial 3,1	Artesão 0,8	Operário 0,7
Profissional Liberal 14,5	Comerciante 25,7	Outras 0,7	Camponês 0,3
Outras 1,5	Servidor Público 15,8	Total 1,5	Empregado doméstico 1,3
Total 19,8 (N=204)	Militar 21,2	(N=15)	Total 2,3 (N= 24)
	Outras 10,6		
	Total 76,4 (N=788)		

Fonte: Adaptado de Carvalho (2005)

A partir da classificação da atividade profissional desempenhada pelos pais dos alunos, é evidente que uma minoria dos militares pertencia às camadas mais baixas e que no quantitativo de 1031 alunos, 788 advinham de famílias de classe média. Estes dados corroboram com o nosso argumento de que as reivindicações que assumiam expressão no movimento armado dos militares rebeldes, isto é o tenentismo, representavam os interesses desses setores emergentes e do qual os tenentes eram integrantes.

A análise da *Organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo*, realizada por Forjaz (1983), também confirma que a origem social dos tenentes advinha das classes médias. A autora estabelece uma classificação dos principais líderes do movimento tenentista que pertencem às classes médias, entre os elencados, chamo atenção para três protagonistas centrais já mencionados nesta pesquisa: 1) Luís Carlos Prestes - uma vez que a profissão paterna era o oficialato do exército e as condições sócio-políticas da família era determinada pelos vínculos

oligárquicos das famílias materna e paterna; 2) Juarez Távora, cuja profissão paterna era a de pequeno proprietário de terras e ambas as famílias também possuíam vínculos oligárquicos próximos e 3) Siqueira Campos, filho de administrador de uma fazenda de café e funcionário público, também possuía vínculos oligárquicos fortes por parte da família.

O segundo aspecto se refere a função conectivo-organizativa que os militares assumem no período Vargas. Nos estudos de Gramsci, verificamos esse protagonismo a partir da relação do Intelectual com a produção, o que nos indica a possibilidade de chegar a “uma aproximação concreta da realidade”, nos seus próprios termos.

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, CC 12, §1 p.16).

Assim, a função conectivo-organizativa dos intelectuais militares, consiste na singularidade de que:

[...] o intelectual orgânico não é simplesmente o intelectual do consenso, fórmula que por si mesma subtende e evoca por contraste uma noção “estatutária” [...] o intelectual orgânico não pode ser reconduzível, nem em negativo nem em positivo, à mera vontade capacidade de produzir consenso, mas toma corpo e adquire significado em uma peculiar função conectivo-organizativa: o consenso não é um efeito que se acresce, mas está incorporado, em formas sempre diferentes e que se renovam, naquela função de fundo (VOZA, 2017, p. 426-427).

Nesse sentido, não restam dúvidas no que se refere tanto a posição de Gramsci quanto a dos seus tradutores de que os intelectuais militares, ao buscarem dirigir um movimento que sustentava pautas de classe média, também cumpriram uma tarefa de consenso, que por consequência está incorporada a tal função organizativa.

Nos apoiamos na tradição brasileira em vários autores (SODRÉ,1967; MALTA,1969; FORJAZ 1983), com destaque para os apontamentos encontrados no livro clássico: *O Sentido do Tenentismo*, escrito por Virgínio Santa Rosa (1976), que

também corrobora com a hipótese alavancada nessa pesquisa de que os tenentes representaram os interesses e reivindicações das classes médias, enquanto intelectuais desse segmento. Na investigação, pudemos averiguar que os intelectuais militares no Brasil defenderam abertamente os interesses das classes as quais pertenciam, numa função explícita e declarada de direção, contribuindo significativamente para representação da classe média no Varguismo, por isto constituem-se como intelectuais orgânicos desse setor. Vejamos o que diz o autor:

[...] a consequência mais considerável da inclinação dos politicamente para os desfechos armados – o fato básico para o estudo que ora nos ocupa é a intromissão nas conspirações dos militares revoltados em 22, 24 e 26. **Com isso, os tenentes iam surgir desassombradamente no cenário político nacional.** Era uma componente inteiramente inédita, que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio. **Com o advento deles, as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política. Oriundos dessas camadas novas das populações brasileiras, os tenentes forçosamente tinham de encarnar os seus anseios mais íntimos** (SANTA ROSA, 1976, p. 53, grifo nosso).

Nessa perspectiva, corrobora também a análise de Forjaz (1983) ao considerar os militares do movimento tenentista como representantes das reivindicações das classes médias. A autora aponta que “[...] além do impulso intervencionista, que a condição de militar no Brasil lhes proporciona, os tenentes – exatamente pela condição de militares – são chamados pelas elites agrárias a intervir no processo político” (FORJAZ, 1983, p.11)

Ao nos debruçarmos sobre os intelectuais militares na vasta bibliografia apresentada nesta pesquisa, observamos que o movimento rebelde do tenentismo iniciado em 1922 na Escola Militar do Realengo, alcançou certa adesão de setores populares, que teve uma contribuição direta para os processos que culminaram na “revolução” de 1930. No entanto, a investigação revela que o movimento manteve um distanciamento das massas operárias e que a tentativa de popularização foi ocasional e temporária e não houve uma continuidade.

O fato dos militares não terem conseguido, efetivamente, organizar um movimento orgânico das massas na revolução brasileira de 1930, nos remete ao terceiro elemento central de nossa pesquisa e que caracteriza a revolução passiva.

Refere-se ao fato desse movimento ter se restringido a um pequeno grupo entre os próprios militares e a uma parcela mínima dos civis, de modo que não soube se ligar às necessidades da grande massa do povo.

No livro *Os “tenentes” na revolução brasileira*, Malta deixa claro essa questão:

Não levaram, entretanto, os “tenentes” (quando tiveram nas mãos o poder) a revolução ao campo: **faltou-lhes sagacidade para atrair à sua trincheira a massa camponesa [...]**. Adiou-se assim a reforma agrária, e permitiu-se que a liderança rural arcaica – a ala mais forte da oligarquia dominante, contra a qual se erguiam, compactos e vibrantes, o espírito e a ação dos “tenentes” e da classe média politizada – continuasse ativa no plano das decisões do poder. **Faltou-lhes competência para a grande jogada... E o resultado está aí na distorção da revolução brasileira em lances de traição que visam manter as massas populares e suas lideranças legítimas subjugadas... E o país sendo alienado, dia a dia, no grau da conveniência e da cobiça de grupos e, mesmo, de governos estrangeiros** (MALTA, 1969, p.3, grifo nosso).

A interpretação gramsciana no Brasil sustenta que um dos principais aspectos do tipo de Revolução realizado no Brasil é que a reforma agrária não foi realizada, por isto não se resolveu o problema estrutural da demarcação de terras. Em consequência disto, as oligarquias rurais arcaicas em seu setor dominante, permaneceu nas decisões do poder.

Note-se que a concepção de Virgínio Santa Rosa (1976), em livro já citado aqui, segundo o qual o Estado ditatorial seria a única forma de evitar a volta das forças oligárquicas ao poder, é retomada por Saes em seu texto *O pensamento político de Virgínio Santa Rosa* de 2009. Sua conclusão é de que a política anti-oligárquica só se concretizaria pela ditadura e o exército seria a força coercitiva capaz de assumir esse papel. Explica Saes:

[...] Criticando a hesitação política de Vargas (apesar de tudo ainda um representante da agonizante elite política da República Velha) entre apoiar o projeto revolucionário dos tenentes e conciliar com as oligarquias, Santa Rosa defende um aprofundamento da ditadura revolucionária, ou seja, a implantação da ditadura tenentista. Isto só poderia se dar com o aprofundamento do processo revolucionário: citando o jacobino francês Saint-Just (*“Ceux qui font les révolutions à demine font que creuser leurs tombeaux”*), **o autor afirma que se os revolucionários recuarem em sua obra renovadora, sobretudo no que diz respeito à questão fundiária, estarão abrindo o**

caminho para um retorno das oligarquias ao poder. (SAES, 2009, p.156, grifo nosso)

Portanto, seguindo o veio analítico desses intérpretes, podemos afirmar no caso específico da revolução burguesa brasileira, que o papel dos intelectuais militares consistiu em reforçar a consolidação de um novo padrão hegemônico no país, cuja transição teve início em 1920, com a “recomposição das estruturas de poder”, como apontou Fernandes no livro *A revolução burguesa no Brasil* (1976). Deste modo, podemos concluir que, a revolução burguesa no Brasil desenvolve-se como um fenômeno de uma “revolução sem revolução”, apesar das forças nacionais contraditórias que estiveram envolvidas naquele processo.

Para além desses mecanismos, que incrementaram o processo de transformação capitalista no Brasil, no texto *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira* de 1988, Coutinho chama atenção para um elemento fundamental referente a ação do Estado nesse momento, qual seja: a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica. Nesse sentido, a hegemonia restrita, burguesa, que se alcança no Brasil a partir de 1930, é assentada no aparelho coercitivo do Estado, em outros termos, na potência militar do Estado.

A esse processo de transição do padrão econômico agroexportador para a industrialização, isto é, na consolidação do capitalismo brasileiro, corresponde a determinação do acirramento das expressões da “questão social”⁹⁹. Nesse contexto, o enquadramento das massas tinha como um de seus objetivos o enfrentamento à “questão social” por meio do consenso e da repressão. “Questão social”, entendida aqui “como expressão e resultado inevitável da contradição entre capital e trabalho” (GOMES, 2016, p. 129). Nesse sentido, para entendê-la é necessário considerar a relação conflituosa entre a exploração do trabalho pelo capital e as lutas dos trabalhadores organizados contra a exploração.

⁹⁹ Utilizamos aqui o símbolo das aspas para enfatizar que a nossa compreensão em torno da expressão “Questão Social” tem como base a tradição teórico-política marxista, enquanto perspectiva crítica de análise da realidade. Faz-se necessário esta ressalva uma vez que, segundo Netto (2011), esse termo também passou a ser utilizado pelo pensamento conservador e a partir disto existem compreensões diversificadas sobre a “Questão Social”. Portanto, entendemos que a “Questão Social” é determinada pela exploração, própria da relação entre o capital e o trabalho, de modo que “[...] ‘a questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, 2011, p.157). Para um aprofundamento na discussão Cf. Netto, 2011.

Ao tratar das *Particularidades da “questão social” no Brasil*, Josiane Santos (2012) aponta que é fundamental considerar o processo de revolução passiva no que se refere a configuração “não clássica” do capitalismo. Nesse sentido, pensar a “questão social” a partir desse traço da formação social, faz a diferença, pois permite compreender as características do modo de produção historicamente determinadas.

Nesse momento histórico ao qual estamos nos referindo, Santos (2012) chama atenção para o desemprego como uma das expressões mais evidentes da “questão social”. Em razão da formação de um mercado de trabalho, a partir dos anos 1930, assiste-se a um movimento crescente de urbanização e de migração campo-cidade, processo que por um lado responde aos padrões de exploração e por outro cria um excedente de mão de obra.

Efetivamente, na história da sociologia registra-se que no período da primeira república, a luta de classes entre os setores do capital e os trabalhadores, que evidenciavam as expressões da “questão social”, era enfrentada como “caso de polícia”, mediante o uso da coerção. Nesse sentido, Washington Luís¹⁰⁰ chegou a afirmar que “no Brasil, a questão social é caso de polícia” (MALTA, 1969, p.9). Os estudos revelam que poucos anos antes de 1930, as medidas adotadas frente a essa questão também passaram por uma nova orientação. Por um lado, o consenso manifestava-se por meio do “controle ideológico” dos sindicatos (SANTOS, 2012), que conformava o corporativismo sindical. Por outro lado, a implantação de um aparato legal¹⁰¹ sobre o trabalho com a ampliação da legislação como enfrentamento à “Questão Social” assumiu uma nova dimensão, com a intervenção do Estado através de concessões aos trabalhadores expressos nas legislações sociais. Desse modo,

O Estado foi, assim, sendo instado a intervir na “questão social” desde então, mas, nesse momento, havia um limite claramente estabelecido: essa intervenção deveria restringir-se às áreas urbanas e, dentre suas categorias, às que tinham importância estratégica para a economia agroexportadora. Portanto, desde que a legislação

¹⁰⁰ Cf. nota de rodapé nº 51 no capítulo anterior.

¹⁰¹ Segundo Santos (2012), entre as legislações que datam desse período podemos enfatizar aqui a promulgação da Lei Eloy Chaves, em 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os ferroviários, o que posteriormente se tornou na Previdência Social. Também é desse período e vinculada a lei Eloy Chaves a medida que confere estabilidade no emprego aos trabalhadores após 10 anos de serviços prestados, posteriormente foi reformada na ditadura e, passou a ser o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (FGTS).

promulgada não chegasse ao mundo agrário, a oligarquia cafeeira não lhe punha obstáculos (SANTOS, 2012, p.142).

Nesse sentido, o ano de 1930 representa um marco no enfrentamento à “questão social”, uma vez que, segundo Santos (2012), esta deixa de ser ilegal e o seu tratamento deixa de ser como “caso de polícia”. No entanto, as novas medidas adotadas não deixam de ser repressivas.

A repressão sobre a organização política dos trabalhadores se manifesta duplamente como coerção a partir da proibição das reivindicações autônomas e sob a forma de consenso, através da cooptação dos representantes dos mecanismos de lutas sociais para a composição da base governista. Este movimento aparece nas análises sobre o Brasil pela via do Transformismo.

No Brasil, o transformismo se dá, ora pela cooptação de políticos de oposição, em menor escala, ora pelo recrutamento para a burocracia estatal ‘de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas’. No caso do populismo se poderia falar, segundo Coutinho, em uma tentativa fracassada de cooptação do conjunto dos trabalhadores assalariados urbanos, mediante a concessão de direitos sociais e vantagens econômicas (BURITY, 1988, p. 187).

Considerando o transformismo como referência de análise da particularidade desse momento histórico no Brasil, cabe aqui chamar atenção para a inclinação assumida pelos militares, em sua maioria, que constituíam o movimento Tenentista. Estes, por sua vez, abandonaram a postura oposicionista ao governo federal e passaram a assumir cargos de chefia no governo Vargas¹⁰², como veremos na seção que se segue.

¹⁰² Conforme aponta o documento *Anos de incerteza (1930-1937): No país dos tenentes*, sob a organização da Fundação Getúlio Vargas, o governo provisório de Vargas teve nos tenentes um dos principais pilares de sustentação política. Em razão disto, os líderes do movimento tenentista assumiram cargos de relevo na administração federal e nos estados, a exemplo de Juarez Távora, João Alberto e Juraci Magalhães. Cf. em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>, acesso em: 20/05/2019.

3.3.1. A ação política dos Intelectuais Tenentes como Transformismo

Diante do que foi exposto até aqui, torna-se evidente em termos da pesquisa que o movimento tenentista esteve vinculado ao processo de transição da república velha ao governo provisório de Vargas. Assim, embora o Tenentismo tenha representado uma força que emergiu das classes médias e assumiram a insurgência como prática política, a partir desta análise, compreendemos que os militares que constituíram esse movimento¹⁰³ foram re-assimilados ao Estado. De modo que o tenentismo foi um movimento que se distanciou do Exército como guardião da ordem, constituindo-se como uma força de caráter contestatório, com pautas liberalizantes, mas posteriormente voltou a constituir o Estado novamente ao ocupar cargos de direção no governo Varguista.

Esse movimento operado pelos militares do tenentismo nos remete a uma interpretação desse processo através da categoria gramsciana de *Transformismo*, quando Gramsci analisa o problema da direção política no Estado moderno Italiano. Vale aqui retomar os apontamentos de Gramsci no CC 19, ao afirmar que o transformismo se constitui como um desdobramento da revolução passiva e pode ocorrer de modo individual ou através de grupos inteiros. Nesse sentido, o autor aponta que esse processo pode ocorrer por meio da “[...] absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos nos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (GRAMSCI, CC19 §24, p. 63).

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa nos permitem afirmar que a absorção dos intelectuais tenentes ocorreu de forma gradual e contínua, nos termos gramscianos. É possível observar esse processo através de três momentos centrais na história, vejamos:

Esse processo de assimilação dos elementos de baixo, isto é, os tenentes, teve início através da incorporação das reivindicações do movimento tenentista no programa do governo da Aliança Liberal. Conforme expomos anteriormente, recordemos que este programa foi apresentado por Vargas em Janeiro de 1930, segundo Aarão Reis Filho (2014), no qual retomava em grandes traços as propostas

¹⁰³ Com exceção de Luís Carlos Prestes, em razão da sua oposição a Aliança Liberal, como já foi explicitado anteriormente.

dos tenentes, com ênfase no lema do movimento tenentista: “representação e justiça”.

Merece destaque o fato de que a maioria dos tenentes rebeldes que participaram dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, bem como a marcha na Coluna Prestes, passaram a apoiar a candidatura de Vargas nas eleições de Março de 1930, conforme apontou análise de Abreu (FGV/CPDOC). No entanto, a partir da derrota de Vargas na eleição presidencial, que teve a disputa de uma das principais chapas a Aliança liberal encabeçada por Getúlio Vargas, os tenentes participaram ativamente das conspirações que culminaram no “movimento revolucionário” de 1930.

Nesse sentido, o segundo elemento que permite visualizar o transformismo dos tenentes, é através do desempenho desses sujeitos como uma das forças propulsoras do “movimento revolucionário” de 1930, como mostra a análise de Santa Rosa (1976). Desse modo, através do protagonismo essencial dos jovens tenentes em 1930, esse movimento possibilitou a ascensão de Vargas ao governo federal através de uma articulação pelo alto, caracterizada nesta pesquisa como revolução passiva.

A história comprova que após Vargas tomar o governo em 1930, os cargos por indicação passaram a ser ocupados por representantes das forças políticas e das alianças realizadas na campanha eleitoral, que haviam propiciado a sua ascensão. Desse modo, Vargas estruturou um governo nomeando vários líderes tenentistas para assumir funções de relevo no âmbito federal e estadual, o que constitui o último elemento do transformismo e a sua fase mais nítida.

De acordo com Abreu (FGV/CPDOC)¹⁰⁴, Juarez Távora, foi encarregado de supervisionar os interventores¹⁰⁵ nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que todos os Estados tinham um tenente no governo, com exceção de Pernambuco e Bahia. Para a interventoria em São Paulo, foi nomeado o tenente João Alberto e Vargas indicou Miguel Costa para a chefia da Força Pública desse Estado. Ademais, outros militares de relevância no Tenentismo assumiram Ministérios, tais como: o novo líder

¹⁰⁴ Esta informações históricas também estão disponíveis no texto *Anos de incerteza (1930-1937): No país dos tenentes* foi organizada pela FGV e está disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>, acesso em: 20/05/2019.

¹⁰⁵ As interventorias tratava-se de um instrumento de centralização do poder. Por meio do decreto nº 20.348, de agosto de 1931, Vargas regulamentou o controle que ele poderia exercer sobre as interventorias federais nos estados. Para mais informações Cf.: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes/CodigoInterventores>

dos tenentes Góis Monteiro, Juarez Távora, Oswaldo Aranha e José Américo de Almeida.

Podemos afirmar, portanto, que o processo de transformismo que iniciou com a adesão dos militares, que compunham o movimento tenentista, à candidatura de Vargas, concretizou-se por meio da assimilação dos líderes para a composição do governo. Resulta desse processo a nossa compreensão do tenentismo como um movimento que se descola do Exército, que representou momentaneamente uma força propulsora “de baixo”, e foi assimilado no Estado novamente, ao constituir o governo defensor da ordem.

No momento histórico do estudo em questão, podemos concluir que o tenentismo cumpriu com a tarefa de possibilitar a continuidade do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro. Portanto, a partir da análise dos dados históricos que já apresentamos nessa pesquisa, compreendemos que os militares se constituem na força política que propicia a reprodução da hegemonia burguesa, como forma de representação das classes médias no Estado no Varguismo.

Em síntese, conforme procuramos demonstrar neste trabalho, os militares do movimento tenentista assumem a caracterização de intelectuais em razão do protagonismo que esse segmento desempenhou enquanto dirigentes e organizadores das classes médias. Nesse sentido, os intelectuais do tenentismo são assim classificados porque representaram política e moralmente os interesses das classes médias, ao tempo em que expressavam a concepção de mundo de uma fração da pequena burguesia emergente no cenário político brasileiro. Portanto, enquanto intelectuais orgânicos, os tenentes constituíram uma das forças que impulsionaram o movimento revolucionário de 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas nesta pesquisa retomaram a conjuntura do período entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, com ênfase no movimento “revolucionário” que marcou essa transição. Neste período, foram objetos de análise os militares que constituíram o movimento tenentista, através dos levantes que inicialmente ocorreram de forma restrita nos Estados do Rio de Janeiro em 1922, em São Paulo em 1924 e posteriormente ganharam uma dimensão nacional com a difusão da Coluna Prestes. Apesar de terem apresentado, inicialmente, uma proposta de um movimento revolucionário, o que se objetivava eram mudanças políticas que não alteravam a estrutura da sociedade, bem como expressavam os anseios de projetos reformistas e esbarravam nos limites da ordem. João Quartim de Moraes¹⁰⁶ aponta que havia “[...] limites burgueses da consciência democrático-revolucionária dos tenentes, em razão disto, os líderes do tenentismo não haviam estabelecido uma aliança política com os dirigentes populares paulistas no movimento de 1924”. Complementa o autor que os tenentes eram funcionários do aparelho do Estado e o “braço armado de sua força coativa”. Assim, “[...] não poderiam se transformar da noite para o dia, mesmo quando empenhados na contestação da ordem estabelecida, em bolcheviques ou algo parecido”.

Nesse sentido, é de suma importância frisar que, apesar da tentativa do tenentismo em alcançar popularidade e difundir-se socialmente, o movimento não estabeleceu vínculos com as massas urbanas ou rurais, isto é, não conseguiu uma adesão popular massiva. É exatamente em razão do protagonismo desempenhado pelos tenentes enquanto atores políticos que carregavam pautas adequadas à ética e a política das classes médias, que os tornou intelectuais orgânicos, destacando-se do caráter tradicional e conservador das corporações militares.

Os estudos realizados nesta pesquisa mostram que, segundo a indicação de Gramsci no CC12 §1, os militares desempenham um importante papel enquanto intelectuais tradicionais nas relações políticas de força. No entanto, a pesquisa comprova, como buscamos evidenciar na exposição que foi feita ao longo desta dissertação, que há uma singularidade no Brasil, expressa através do fenômeno da

¹⁰⁶Em entrevista ao Portal Vermelho em 03/08/2014. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/246882-1>. Acesso em: 14/06/2019.

politização e na heterogeneidade política das corporações militares. Portanto, enquanto sujeitos políticos fundamentais desta pesquisa, reforçamos a percepção de que os militares do movimento tenentista não se encaixam em nenhuma fórmula preexistente e rígida.

Nesse sentido, o tenentismo caracteriza-se como um movimento extremamente contraditório, pois, embora tenham surgido dentro do aparelho repressor de Estado, suas pautas políticas e suas estratégias de ação assumiram um caráter contestatório e disruptivo. Por outro lado, embora sustentassem uma ética e uma política de caráter burguês progressista, apresentavam traços nitidamente conservadores e encontraram os limites de sua ação na própria ordem ao serem absorvidos transformisticamente ao Estado. Essas características do tenentismo impõem importantes dificuldades para a análise desse movimento.

Contudo, tendo em vista os elementos da conjuntura de 1930 é possível chegar à conclusão de que os intelectuais do movimento tenentista caracterizam-se como intelectuais orgânicos e não como tradicionais, em função sua vinculação de classe, da função política que assumiram e pelos caminhos que o movimento trilhou. Apesar de ter nascido no interior de uma corporação pertencente ao aparelho de Estado, voltada institucionalmente para a formação de intelectuais defensores da ordem, o movimento dos tenentes defendia pautas de contestação, utilizando-se de guerra de movimento e de táticas rupturistas.

Assim, enquanto intelectuais orgânicos das classes médias, os líderes do tenentismo que aderiram a Aliança Liberal desempenharam um protagonismo fundamental na revolução de 1930. Estes, por sua vez, ao comando de Gois Monteiro, estiveram à frente do movimento armado que levou a deposição de Washington Luís e a ascensão de Vargas ao Governo Provisório. Os tenentes representaram, portanto, uma das forças propulsoras desse movimento “revolucionário”. A partir das discussões realizadas no decorrer desta pesquisa, podemos afirmar que os resultados da análise confirmam a nossa hipótese de que os militares do movimento tenentista exerceram um protagonismo fundamental no “movimento revolucionário de 1930” como intelectuais orgânicos das classes médias.

Este consiste num ponto crucial dos resultados desta pesquisa: a transição para o capitalismo no Brasil não ocorreu conforme os moldes “clássicos” de revolução. Desse modo, o movimento revolucionário não foi propiciado por uma

sublevação das massas populares, como apontamos anteriormente, os tenentes não estabeleceram vínculos com esse setor subalterno. Ademais, apesar da ascensão de Vargas significar uma representação das classes médias no poder, em especial a burguesia industrial emergente, as oligarquias arcaicas permaneceram dominantes. Portanto, no que diz respeito as interpretações acerca da revolução de 1930, cabe aqui reforçar que corroboramos com a corrente inaugurada por Santa Rosa (1976), que aponta esse movimento como uma revolução das classes médias.

A pesquisa demonstrou que o processo da revolução burguesa brasileira possui traços que constituem na particularidade da sua identidade, semelhante experiência nacional da realidade italiana no período do *Risorgimento*. Desse modo, em razão dessas determinações foi possível entender esse processo através da tradução da “revolução passiva”.

Podemos afirmar que esta pesquisa cumpriu o objetivo de identificar os elementos que caracterizam a revolução de 1930 como uma revolução passiva. Com esforço de síntese, elencamos as principais características desse processo, quais sejam: 1) na transição dos anos 1920 para os anos 1930 houve um pacto pelo alto entre as velhas oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial, o que conforma um processo de conciliação entre as diferentes frações das classes dominantes, processo caracterizado a partir da indicação de Gramsci como uma inovação-conservação; 2) houve nesse processo a ausência de uma iniciativa popular unitária, de maneira jacobina, embora não tenha acontecido uma total eliminação das movimentações populares e estas aconteceram eventualmente; 3) o acolhimento de parte das exigências dos de baixo.

Em decorrência desse processo, a pesquisa evidenciou que a assimilação dos líderes do tenentismo para compor o governo Vargas caracteriza-se como um processo de transformismo. Embora o tenentismo tenha representado uma força que emergiu das classes médias e tenha assumido a insurgência como prática política, a partir desta pesquisa, compreendemos que os militares que constituíram esse movimento foram re-assimilados ao Estado.

A análise da bibliografia aqui apresentada, nos levou a compreender o transformismo dos líderes tenentistas através de três momentos centrais: 1) incorporação das reivindicações do movimento tenentista no programa do governo da Aliança Liberal; 2) a atuação dos tenentes como uma das forças propulsoras do

“movimento revolucionário” de 1930; 3) a ocupação de funções e cargos de direção no governo Vargas pelos líderes tenentistas.

Portanto, uma das contribuições que os achados dessa pesquisa revela é o fenômeno da politização dos militares no Brasil. Estes sujeitos se constituem como um objeto de estudo fundamental, embora as análises que relacionam os militares com os processos políticos tenham sido pouco exploradas, principalmente sobre os militares e a esquerda¹⁰⁷, até o presente momento.

A partir da inferência ao passado também foi possível observar, a partir desta pesquisa, que os militares sempre estiveram à espreita do poder político. Quando esse setor não desempenhou um protagonismo ativo politicamente no comando do Governo Federal, teve algum representante na ocupação de ministérios ou cargos de direção. Nesse sentido, observamos que os militares são chamados a intervir ativamente na política quando há uma ameaça de subversivismo popular sob o discurso, semelhante a década de 1930, “de purificar o regime e republicanizar a república” (SODRÉ,1985).

Após o protagonismo dos militares na política brasileira em 1930, esse segmento manifestou-se mais evidentemente em 1964, mediante a instauração da ditadura militar. Conforme aponta a análise de Florestan (1987), nesse momento ocorreu uma contrarrevolução preventiva por parte da burguesia, temerosa com a ascensão dos movimentos populares. Ademais, esse período da história brasileira constituiu mais uma etapa da longa revolução burguesa brasileira.

Também podemos observar que o discurso de combater a corrupção, com o argumento da ética e da moral na política, não ficou restrito ao movimento militar de 1930, mas perpassa o golpe de 1964 e se atualiza no governo que atualmente está no comando da República Federal do Brasil. Cabe aqui destacar as reivindicações por parte dos setores das classes médias, que foram às ruas em Março de 2018, solicitando uma intervenção militar e também carregavam o discurso do fim da corrupção na política. Este discurso, que representa a classe média¹⁰⁸, tornou-se

¹⁰⁷ Cabe aqui fazer referência aos poucos estudos que trataram deste tema e que, igualmente, apontam para ausência de análises nesse sentido: *A Esquerda Militar no Brasil* de João Quartim de Moraes, publicada originalmente em 1991, dividida em três volumes e *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa* de Paulo Cunha, publicado em 2014. Neste livro, o autor chama atenção para a pequena quantidade das análises que se detiveram sobre a Esquerda Militar e se propõe a apresentar uma relação entre esses temas que aparecem escassos na bibliografia.

¹⁰⁸ Em entrevista concedida ao El País, em Agosto de 2018, Paulo Guedes - atual ministro da economia – apontava que “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda”.

mais evidente com a candidatura e a eleição do Jair Messias Bolsonaro nas últimas eleições, em Outubro de 2018.

Portanto, neste aspecto consiste o nosso ponto de partida como ponto de chegada: a politização das forças armadas no Brasil. Assim, a partir da proposta de leitura dos tenentes como intelectuais orgânicos das classes médias, os resultados desta pesquisa podem contribuir com a compreensão da atual conjuntura que se desdobra com o governo Bolsonaro.

Referências Bibliográficas

ACANDA, J.L. **Traducir a Gramsci**. Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

ALIAGA, L. **A forma política do MST**. 2008. 208 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALIAGA, Luciana. A questão política dos intelectuais: as elites dirigentes nos *Quaderni del Carcere* de A. Gramsci. **Revista Eletrônica Arma da Crítica** ano 3: número 3, dezembro 2011.

_____. Revolução passiva: um conceito em construção. In: BIANCHI, A. et all (org.). **Anais do Colóquio Internacional Antonio Gramsci**. Campinas, IFCH/Unicamp, 2017. ISBN 978-85-86572-7777.

ALIAGA, L; MARANHO, F. Revolução passiva e dependência no Brasil. (no prelo), 2019.

AARÃO REIS FILHO, D. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

ARICÓ, J. La cola del diablo. Itinerário de Gramsci na América Latina. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.

BARROS, C. **A ideologia do movimento tenentista**. 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BIANCHI, Álvaro; ALIAGA, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, p.17 - 36, 2011.

BIANCHI, A. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p. 34-57.

_____. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. “O Brasil dos gramscianos”. In **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Unesp, 2016, p. 117-132.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURITY, J. Estado e Capitalismo na Revolução Passiva Brasileira. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 4, n. 2, jul./dez., 1988.

CARVALHO, J.M. Os três povos da República. **Revista USP**. São Paulo. n. 59, p. 96-115, set/nov 2003.

_____. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. IN: CARVALHO, J.M. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CASTELO, R. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTE, S. Classe média, meritocracia e corrupção. **Revista Crítica Marxista**, n.46, 2018, p.103-125.

COUTINHO, C.N. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (Org). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

_____. **Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes**. 2000. Disponível em <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>. Acesso em: 20/08/2018.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, C. N. “O Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In MORAES, J. Q. (org.). **História do Marxismo no Brasil**, v. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 151-196.

DEL ROIO, M. T. A particularidade da revolução passiva no Brasil: uma tradução de Gramsci. In **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. “Notas sobre a trajetória de Gramsci na América Latina”. **Revista Crítica Marxista**. nº 33, São Paulo: UNESP, 2011.

_____. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In MENDONÇA; SILVA; MILLER (Orgs.). **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, E; BOSI, A.P. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Revista Outubro**, n.12, 2005. p. 45-69.

DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In **Revista Ideias**, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.

_____. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996, p. 9-80.

_____. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª ed. São Paulo: Xamã, p: 13-79, 2000.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: história e historiografia. 11ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. História Concisa do Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1976.

FERREIRA, M.M; PINTO, S.C.S. A crise dos anos vinte e a revolução de trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26 f.

FIGUEIREDO, E. L. (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORJAZ, M.C.S. A crise da república oligárquica no Brasil: as primeiras manifestações tenentistas. **Revista de Administração de Empresas**. Vol.16, n. 6 São Paulo Nov./Dec. 1976. ISSN 0034-7590

_____. A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo. **Revista de Administração de Empresas**. Vol.23 n. 2 São Paulo Apr./June 1983.

_____. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 24(3):35-46jul./set.1984.

GOMES, C.M.C. A centralidade do direito na cultura política contemporânea: tendências presentes no Serviço Social. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

_____. **Em Busca do Consenso**: Radicalidade democrática e afirmação de direitos tendências contemporâneas no serviço social. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 8ª edição. São Paulo: L&PM, 1987.

IAMAMOTO e CARVALHO. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JAMBEIRO, O. et al. **Tempos de Vargas o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004. 191 p.

LACORTE, R.; SILVA, P. T.; FRANÇA, M. J.; LEITÃO, S. Sobre a “Tradutibilidade” de Gramsci e algumas transformações sociais na Itália e no Brasil. **Revista Virtual – ENCONTROS com a FILOSOFIA**, n.2, 2013. Disponível em: < http://em-fil.net/conteudo/index_002_rocco.php>. Acesso em: 15/04/2019

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 173 -188).

_____. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. **Revista Novos Rumos**, n. 46, 2006.

LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACEDO, A.R.C. **Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal-oligárquica**. 2015. 205 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

MALTA, O. **Os “tenentes” na revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MARTINS, M.F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-posições**: Campinas. Vol 22, n.3. set./dez. 2011. p. 131-148.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MEDICI, R. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Revista de Sociologia**. Política. Curitiba, n 29, nov. 2007, p. 31-43.

MONTAÑO. C, DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. IN: **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, A.K. **O transformismo à Brasileira – a hegemonia Lulista em presença**. 2017. 95 fl. Monografia (Graduação em Serviço Social). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PANDOLFI, D.C; GRYNSZPAN, M. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PANDOLFI, D. C. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: **Getúlio Vargas e seu tempo**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Rio de Janeiro, 2004. p. 175-182

PORTANTIERO, J. C. Los usos de Gramsci. Colección el tempo de la politica. México: Folios Ediciones, 1981.

PRESTES, A.L. **LUIZ CARLOS PRESTES: Patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1957

ROMANI, C. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. Rio de Janeiro: Topoi. Vol 12, N. 23, Jul/Dec.2011.

SAES, G.A.M. de. O pensamento político de Virgínio Santa Rosa: um esboço interpretativo. **Revista de História**, n 161, Dez, 2009, p. 145-163.

SANTA ROSA, V. **O sentido do tenentismo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, J.S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SODRÉ, N.W. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

_____. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

_____. Prefácio. In SANTA ROSA, V. **O sentido do tenentismo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. **A coluna Prestes**: análise e depoimentos. São Paulo: círculo do livro. 1981.

_____. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. 72 p.

_____. **A intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SCHWARTZMAN, S (Org.). **Estado Novo**: um autorretrato. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.87-152.

VIVIANI, F.C. **A TRAJETÓRIA POLÍTICA TENENTISTA ENQUANTO PROCESSO:** Do forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009. 202 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos.

VOZA, P. Intelectuais. In LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

WEFFORT, Francisco C. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil - A Conjuntura do após Guerra. **Estudos CEBRAP**, n. 4, 1972. p. 65-103